

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ELAINE PINHEIRO

A PSICANÁLISE E A PRIMAZIA DO BIOLÓGICO

Rio de Janeiro

2014

Elaine Pinheiro

A PSICANÁLISE E A PRIMAZIA DO BIOLÓGICO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Orientador: Prof^ª. Dra. Regina Herzog

Rio de Janeiro

2014

Elaine Pinheiro

A PSICANÁLISE E A PRIMAZIA DO BIOLÓGICO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Aprovada em: 17 de fevereiro de 2014.

Prof^ª Dra. Regina Herzog (orientadora)

Prof^ª Dra. Fernanda Costa-Moura (UFRJ)

Prof^ª Dra. Jô Gondar (UNIRIO)

FICHA CATALOGRÁFICA

Pinheiro, Elaine.

A psicanálise e a primazia do biológico / Elaine Pinheiro – Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

133 fls.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia, 2014.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Regina Herzog

1. Psicanálise 2. Psicanálise e Ciência 3. Clínica Psicanalítica 4. Ética Psicanalítica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência nacional de fomento, pela concessão da bolsa de mestrado nesses vinte e quatro meses, essencial para o bom desenvolvimento desta pesquisa.

À professora Regina Herzog, por sua receptividade e atenção. Seu suporte foi fundamental, tanto no processo de escrita, dando indicações e aparando arestas, quanto no estágio em docência na disciplina de Teoria Psicanalítica.

Aos professores do Programa de Teoria Psicanalítica, pelo conhecimento compartilhado e pelos espaços de interlocução abertos, que tanto ajudaram na escrita deste trabalho.

Aos colegas mestrandos e doutorandos, com os quais convivi nessa trajetória, pelas proveitosas conversas que ultrapassaram o ambiente acadêmico.

Aos amigos de fora do ambiente acadêmico que, mesmo indiretamente, fizeram parte deste meu percurso. As horas de escuta a mim destinadas e a alegria dividida foram muito importantes para a conclusão desta dissertação, especialmente nos momentos mais áridos.

À minha mãe, que mesmo não concordando com todas as minhas escolhas, sempre esteve disposta a dar o apoio que fosse necessário. Por mais hábil que eu fosse com as palavras, não conseguiria escrever um agradecimento à altura da sua dedicação ao longo de todos esses anos.

RESUMO

PINHEIRO, Elaine. **A psicanálise e a primazia do biológico**. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Com base na obra de Freud, e também em algumas contribuições de Lacan, este trabalho abordará a questão da psicanálise no cenário contemporâneo, onde reina a tendência de tentar compreender todas as manifestações subjetivas através do corpo físico – mais especificamente, o cérebro. Neste panorama, a psicanálise, que nasce a partir da medicina, mas se distancia dela por conta de um novo olhar sobre o sintoma – que reflete um conflito psíquico – vem sendo cada vez mais atacada por não se enquadrar nos ideais cientificistas. Tendo sua terapêutica centrada na fala e não trabalhando com a ideia de cura, vem sendo preterida em nome de métodos que primam por intervenções medicamentosas ou modelagens comportamentais. Há ainda os pesquisadores que tentam associar psicanálise e neurociências, buscando mais validade a partir de correlatos neuronais dos processos psíquicos observados por Freud, e os que se opõem a essa tentativa. Ao longo dos capítulos, será abordado o modo como a sociedade pautada na competição, imediatismo e individualismo, provocou um deslocamento no modo como o sujeito contemporâneo se enxerga – cada vez mais referido ao corpo e menos ao pensamento – e a crença na ciência como guardião da verdade. Fala-se também sobre de que se trata o sujeito psicanalítico – marcado pelo Inconsciente e fundado na linguagem –, o papel do analista no processo e quais os fins terapêuticos que podem ser buscados em uma análise. A partir das intervenções do analista na fala do paciente, busca-se a construção de um saber sobre si e uma mudança de manejo com relação àquilo que é objeto de queixa. Ao final da pesquisa, conclui-se métodos baseados na correção tamponam o lugar do sujeito em prol de um ideal externo, enquanto a psicanálise prima por um posicionamento singular perante o real. Por esse motivo, a adequação da psicanálise às ciências naturais se faz desnecessária.

Palavras-chave: psicanálise; psicanálise e neurociência; ética; clínica psicanalítica; sujeito

RESUMÉ

PINHEIRO, Elaine. **A psicanálise e a primazia do biológico**. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Basé sur le travail de Freud, et aussi quelques contributions de Lacan, ce travail traitera de la question de la psychanalyse dans la scène contemporaine, où règne une tendance pour comprendre toutes les manifestations subjectives à travers du corps physique - plus précisément, le cerveau. Dans ce point de vue, la psychanalyse, qui s'élève de la médecine, mais il s'éloigne un nouveau regard sur le symptôme - qui reflète un conflit psychique - est de plus en plus attaqué pour ne pas raccorder dans les idéaux scientifiques. Ayant sa thérapie centrée sur la parole et ne travaillant pas avec l'idée de la guérison, a été déprécié au nom de méthodes qui visent des interventions de la drogue ou de la modélisation comportementale. Il ya encore des chercheurs qui essaient d'associer la psychanalyse et les neurosciences, pour gagner de plus de validité avec les corrélats neuronaux des processus mentaux observés par Freud, et ceux qui s'opposent à cette tentative. Tout au long des chapitres, on se discute comment la société basée sur la compétition, l'immediatisme et de l'individualisme, a provoqué un changement dans la façon dont le sujet contemporain se voit - de plus en plus soumise à l'organe que au pensée - et la croyance en la science comme gardien de la vérité. On parle aussi de ce qui est le sujet psychanalytique - marqué par l'Inconscient et fondée sur la langue - le rôle de l'analyste dans le processus et quelles fins thérapeutiques on peut espérer d'une analyse. Des interventions de l'analyste sur le discours du patient, on essaie la construction de la connaissance de soi-même et un changement de position vers ce qui est l'objet de la plainte. A la fin de l'étude, nous concluons que les méthodes de correction tamponnent le lieu du sujet en faveur d'un idéal externe, tandis que la psychanalyse s'efforce d'un positionnement singulier vers le réel. Par conséquent, la pertinence de la psychanalyse dans les sciences naturelles n'est pas nécessaire.

Mots-clés: psychanalyse; psychanalyse et neuroscience; éthique; pratique psychanalytique; sujet.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1. DA EMERGÊNCIA DO SUJEITO FREUDIANO AO “SUJEITO” BIOLÓGICO 17

1.1. Psicanálise e medicina: diferenças no olhar sobre o sintoma? 18

1.2. A volta para si mesmo do homem moderno 23

1.3. O espetáculo, o capitalismo e o consumismo 26

1.4. O lugar do corpo no contemporâneo 33

1.4.1. O cérebro como ator social e o lugar de incontestável da ciência 36

1.5. Os ataques à psicanálise 44

2. O SUJEITO EM PSICANÁLISE 49

2.1. O Conceito de Pulsão 50

2.1.1. 1895: o esboço do conceito 52

2.1.1.1. *Das Ding* e a incompletude 55

2.1.2. 1905: pulsão sexual e zonas erógenas 55

2.1.3. 1920: Pulsão de Morte X Pulsão de Vida 57

2.2. O aparelho psíquico 59

2.3. A repetição entre o recaiado e o pulsional 63

2.4. O Mal-estar na Civilização 67

2.5. Considerações sobre o Sujeito em Lacan 71

3. O DISPOSITIVO PSICANALÍTICO 78

3.1. A verdade que emerge na fala 78

3.2. A Transferência 84

3.3. A Contratransferência 89

3.4. Sobre a atuação do analista 95

3.5. A Análise e a experiência de auto (re)criação 100

3.6. *Das Ding* e Pulsão de Morte: a falta que permite a criação 103

3.7. A ética da Psicanálise e o tratamento analítico 106

3.8. A importância da responsabilização: do analisando e do analista 110

CONSIDERAÇÕES FINAIS 115

REFERÊNCIAS 126

INTRODUÇÃO

Atualmente, a psicanálise vem sendo bastante questionada com relação a seus tratamentos longos e até mesmo sua pertinência enquanto tratamento. Alguns defendem, inclusive, a sua extinção. Em abril de 2012, a revista francesa *Le Nouvel Observateur* publicou uma matéria com o título “*Faut-il brûler la psychanalyse?*” (“É necessário queimar a psicanálise?”), inspirado em associações de pais de autistas, revoltados por entenderem que a psicanálise culpa os pais pelas enfermidades de seus filhos, e que por isso deve ser erradicada.

Concomitantemente, é grande a difusão de tratamentos baseados estritamente em medicamentos e processos de treinamento cognitivo. Explicações de base neurológica têm sido bastante difundidas e abraçadas pelo corpo social como solução para qualquer tipo de disfunção psíquica – seja ela patológica, como é o caso do autismo, seja ela da ordem de qualquer traço de comportamento que incomode o sujeito ou seja visto pela cultura como pouco adequado – como a timidez, a tristeza ou a desatenção. Todos esses procedimentos se situam no campo da ciência.

Em um mundo pautado pela lógica do imediatismo e da produtividade, a psicanálise é cada vez mais criticada, em detrimento de métodos terapêuticos que colocam a causa do sofrimento no cérebro (Ehrenberg, 2009) e pretendem treinar o sujeito para que este se ajuste ao mundo – como é o caso da farmacologia ao eliminar o sintoma, e da terapia cognitiva que, segundo Falcone (2008), é um método educativo. Apontada por críticos como uma falsa ciência, é acusada de não ter seu foco na redução sintomática. Freud (1923 [1922]) nos propõe a seguinte descrição para a psicanálise:

“...o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica.” (p. 287)

Dez anos depois, em sua conferência intitulada “*A Questão de uma Weltanschauung*”, de 1932, Freud começa questionando se a psicanálise ela mesma é capaz de produzir uma *Weltanschauung*. Define este termo alemão – segundo ele, de difícil tradução – como:

“uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência, uniformemente, com base em uma hipótese superior dominante, a qual, por conseguinte, não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo. (...) Acreditando-se nela, pode-se sentir segurança na vida, pode-se saber o que se procura alcançar e como se pode lidar com as emoções e interesses próprios da maneira mais apropriada.” (p. 155).

Seria, portanto, como uma visão de mundo. Prosseguindo em sua argumentação, responde que a psicanálise não é capaz de produzir uma visão de mundo. Contudo, para ele, ela pode se apoiar na *Weltanschauung* científica. Diz que o anseio por explicações desse tipo satisfaz as necessidades humanas de segurança para aplacar a ansiedade que decorre das dificuldades da vida. Neste sentido, a grande contribuição da psicanálise para a ciência, inclusive, teria sido justamente investigar esses processos da mente humana, suas necessidades e mecanismos de funcionamento.

A *Weltanschauung* científica também se propõe a explicar o mundo de modo universal, através de um método bastante específico, baseado em “elaboração intelectual de observações cuidadosamente escolhidas” (p.156). O cientista trabalha com aquilo que consegue encontrar por meio de suas observações.

Freud aproxima a psicanálise da ciência, uma vez que o campo de saber inaugurado por ele pretendia investigar a causa real de certos fenômenos psíquicos e agir efetivamente sobre eles como um método terapêutico. Os achados observados na atividade clínica constituíam o material de pesquisa, e o saber construído a partir daí retornava para a própria clínica, na forma de técnica de intervenção. Sua teoria se basearia na observação fenomênica, e não na ilusão. A intuição pura e simples não seria uma fonte fidedigna de conhecimento. A *Weltanschauung* científica cabe à psicanálise justamente por seu método primar pela descrição da realidade, mais fiel quanto possível.

O caminho científico é lento, cheio de percalços e trabalhoso. É comum que as verdades de um momento sejam posteriormente refutadas e substituídas por outras. Apesar de não prometer conforto perene e em algumas vezes dizer que o homem deve se resignar perante certas situações, é capaz de avanços bastante benéficos (Freud, 1932b/1996). No próprio âmbito da psicanálise, vemos isso ocorrer. Não há promessa de bem-estar geral. Além disso as investigações nunca cessam, não só pela inexatidão que ronda a subjetividade humana, mas também pelo caminhar dos tempos que

acarretam mudanças culturais, o que vai influir diretamente nos sintomas que são apresentados pelos sujeitos na clínica.

Freud pondera que a *Weltanschauung* científica não pretende ser perfeita, abrangendo tudo, mas sempre considera as condições reais do mundo externo. Por mais frustrante que o mundo possa ser, quer aproximar-se da verdade e afastar-se das ilusões.

Hoje, o que assistimos é o saber científico roubar a cena como a verdadeira autoridade sobre qualquer assunto. Na ausência de referenciais simbólicos estáveis de instituições como trabalho, religião, política, família e etc., a construção científica, com suas fórmulas e instrumentos de observação cada vez mais apurados, a ciência parece ocupar o lugar da Verdade definitiva. No que tange a vida humana, a produção científica sobre o corpo tem explicações a dar inclusive sobre aquilo que dizemos ser da ordem dos afetos, do psiquismo. As técnicas de imagem cerebral, ao desvendar mecanismos de funções como memória e fala, e sentimentos como tristeza, euforia e medo, tiveram papel fundamental nesta mudança. Alguns cientistas acreditam que a subjetividade se resume à soma de processos neurofisiológicos. Na última década, adeptos deste saber desferiram, sobretudo, ataques virulentos à psicanálise, argumentando que seu método investigativo e terapêutico seria uma grande falácia, e Freud era um vigarista com uma boa estratégia publicitária.

A tendência de se tratar o subjetivo pelo biológico não é tão nova quanto parece. Em 1975, foi publicado o trabalho *Sociobiology: The New Synthesis*. A tentativa era achar ressonâncias entre as sociedades humanas e as de outros animais. No ano seguinte, Marshall Sahlins publicou *The Use And Abuse of Biology: An Anthropological Critique of Sociobiology*, em que critica ferozmente a nova disciplina. Há críticas sobre o fato de sociobiólogos tomarem como exemplo apenas algumas sociedades humanas e universalizarem seus costumes e crenças, sobre a atribuição de comportamentos à genética, negligenciando a dimensão simbólica das trocas humanas, e sobre um possível darwinismo social fomentado por sociobiólogos, perpetrando um *status quo* social do qual eles mesmos são beneficiários. Os críticos afirmam que a teoria da evolução foi associada a intenções mercadológicas, atendendo ao *ethos* competitivo capitalista.

Ora, os críticos dos tratamentos do psiquismo pela via do biológico possuem ressalvas semelhantes. Argumentam que terapias medicamentosas estariam incidindo no modo de vida dos sujeitos para além da doença, e terapias comportamentais não passam

de “adestramento” (conforme as palavras de Miller, 2005). Ambas serviriam na adaptação da massa a ideais da cultura capitalista, como autonomia, iniciativa, produtividade e assertividade. No final das contas, estariam a serviço de um controle social, e não de um bem-estar universal. Foucault, em *O Nascimento da Biopolítica* (1979), já alertava para os possíveis perigos éticos de diretrizes públicas baseadas em um bem-estar geral.

É sabido que há pesquisadores que estudam uma articulação entre os dois campos – biologia e psicanálise – como Winograd (2004), Sollero-de-Campos (2009), Solms (2004), Andrade (2003), Guerra (2008), entre outros. Nesta área, foi criada em julho de 2000 a *International Neuro-Psychoanalysis Society*, situada em Londres. Já há processos neurais que parecem confirmar as ideias de Freud sobre o funcionamento da mente. É sabido ainda que há estudos neurocientíficos que levam em consideração a esfera da relação com o semelhante, a relação com o outro é condição *sine qua non* para que o organismo se desenvolva. A esse respeito, temos estudos sobre neurônios-espelho, que permitem simular internamente a ação do outro. Cientistas perceberam que a mesma área cerebral era ativada quando um indivíduo observava uma ação alheia e quando ele mesmo agia. Esses neurônios identificam vários tipos de ações motoras, mesmo quando não feitas por um ser da espécie humana. O estudo com neurônios-espelho interessa, sobretudo, a pacientes que sofreram derrame. Ainda na biologia, vamos encontrar correntes que não consideram a hipótese de um determinismo genético.

Os que defendem uma articulação com o biológico, afirmam que as neurociências promoveriam uma validação objetiva da psicanálise. Pode-se observar no cérebro aquilo que Freud só conseguira acessar por meio do relato de pacientes na clínica. Um dos exemplos é a amnésia infantil, explicada quando a neurociência mostra que estruturas cerebrais responsáveis pela memória consciente não funcionam direito durante os dois primeiros anos de vida. No entanto, essas experiências ficariam inscritas no ser humano, influenciando suas conexões cerebrais e modos de atuar e pensar. O recalque seria confirmado por um mecanismo que faz com que lembranças desagradáveis sejam ativamente esquecidas. O afeto – descarga de libido sentida como prazer ou desprazer – seria confirmado por circuitos cerebrais que são ativados ou inibidos por certos processos bioquímicos. No campo de pacientes com lesões cerebrais, funções cognitivas se encontrariam prejudicadas, afetando a memória e a consciência de

si no espaço e no tempo. Nesses casos, as neurociências têm contribuições efetivas a dar.

Também em defesa desta possível articulação, considera-se o fato de Freud ter se valido de outras áreas de conhecimento (como sociologia, filosofia, física, biologia, química) e ter sido um neurologista. Apesar de não admitir que as instâncias psíquicas estariam em locais neuroanatômicos, ele admitia que este hiato poderia vir a ser desfeito:

“Verifica-se aqui um hiato que, por enquanto, não pode ser preenchido, e não constitui tarefa da psicologia preenche-lo. Nossa topografia psíquica, *no momento*, nada tem a ver com a anatomia; refere-se não a localidades anatômicas, mas a regiões do mecanismo mental, onde quer que estejam situadas no corpo” (Freud, 1915b/1976, p. 201).

Com respeito à inadequação da articulação entre psicanálise e biologia, argumenta-se que imagens do cérebro em funcionamento não conferem maior validação à psicanálise. Um paradigma científico determina quais questões são dignas de serem investigadas, quais métodos devem ser usados e os critérios de observação.

“...a superioridade de um paradigma em relação a outro só pode ser avaliada a partir de critérios externos ao paradigma, tais como: levar a um maior grau de controle dos fenômenos da natureza, permitir certos desenvolvimentos tecnológicos, servir a determinados interesses sociais, econômicos e políticos, etc.” (Faveret, 2006)

O fato de Freud ter se ancorado na biologia e admitir que processos psíquicos se davam *no corpo* (e não em instâncias transcendentais) também não justificaria tal empreitada, uma vez que o autor também enfatizava a importância da linguagem nas trocas com o outro e na influência da cultura sobre o sujeito. A psicanálise surgiu, não se pode esquecer, baseada em sintomas sem qualquer causa física. Esses sintomas se modificaram ao longo dos anos, mas sua base na vida relacional permanece.

Mesmo quando admitiu, no penúltimo ano de vida, que um dia a psicanálise poderia vir a ser uma ciência natural (Freud, 1938/1996), é preciso considerar o ideal positivista de sua época, que levava em conta apenas as ciências naturais – supostamente neutras – e não considerava a influência do social sobre os cientistas. Freud sempre se esmerou muito em conferir credibilidade à sua descoberta e fundar

uma teoria e prática com base na observação empírica, e não na indução (Herzog, 1987).

Apresentados alguns dos argumentos de ambos os lados, é preciso ainda ressaltar nesta introdução que este trabalho não visa atacar as neurociências¹. A proposta é investigar a tendência contemporânea de tratar a esfera da subjetividade por um viés biológico e no que esta proposta pode se afastar ou distanciar da teoria e técnica psicanalíticas. Dizendo de outro modo: se a psicanálise considera um sujeito dotado de uma vida interior, com seus desejos, impulsos e paixões, qual seria o lugar do sujeito na biologia?

Para isso, será feito um percurso teórico em três capítulos. No primeiro deles, começamos a abordar a questão da psicanálise, que nasce da medicina, mas se afasta dela ao lançar outro tipo de olhar sobre o sintoma. Enquanto a medicina se pauta em uma noção de patologia fundada sobre a anátomo-clínica (Foucault, 1963/2003), a psicanálise enxerga o sintoma como tendo uma função simbólica, e obedecendo a um modo de funcionamento subjetivo que não se explica pela lógica da consciência. Esta noção de sujeito só é possível por conta de certas transformações civilizatórias: o ser humano, que antes se definia baseado em referências coletivas, passa a se enxergar como uma individualidade. O processo segue se desenrolando de tal modo que culmina, na contemporaneidade, num sujeito cada vez mais fechado em seu narcisismo. A sociedade capitalista pautada na moral do espetáculo (Costa, 2005) cria sujeitos cada vez mais referidos ao próprio corpo e menos ao simbólico. A crença social que confere ao saber científico autoridade para enunciar a verdade do mundo, aliada a esse retorno dos sujeitos ao próprio corpo, impulsionam o sucesso de métodos de modificação física (tais como plásticas e próteses). Na esfera do psíquico, vemos o sucesso das explicações biológicas para manifestações subjetivas. São cada vez mais comuns as intervenções no espírito por meio de remédios e treinamentos comportamentais. E mais de cem anos depois de seu nascimento, a psicanálise é cada vez mais criticada justamente por aquilo que a fez surgir: o afastamento do registro da ciência.

No segundo capítulo, procuramos abordar o que é o sujeito para a psicanálise. Apoiando-se na teoria conceitual freudiana, percorre-se um caminho que começa em

¹ Conforme explica Rose (2010), o termo “neurociência” surgiu na década de 1960, como a junção de várias disciplinas que se ocupavam do estudo do cérebro.

1895, num momento pré-psicanalítico, onde mesmo tentando achar as bases do funcionamento psíquico em um aparelho neuronal, Freud já dava indicações sobre o ser humano marcado pela pulsão, que viria a conceber mais tarde. Isso se mostra evidente quando fala da primeira vivência de satisfação, onde a ação do outro é fundamental para que se instaure uma busca por satisfação que virá a ser repetida pelo sujeito. Em 1900, com o nascimento da psicanálise propriamente dito, vemos uma noção de ser humano causado pelo Inconsciente. Sendo assim, é causado por uma lógica outra, que nada tem a ver com a coerência consciente. O sintoma, segundo esta visão, tem relação com a linguagem e o modo como o sujeito se apropria dela. Este sujeito dividido, que aparece no não-sentido – justamente nos momentos em que não se reconhece no que pensa ou faz. Abordaremos o conceito de pulsão, que surge em 1905 como uma incessante busca inconsciente por satisfação, e é revisto em 1920, com a noção de Pulsão de Morte, uma tendência a retornar ao estado inorgânico e à destrutividade, que pode se dirigir para o interior ou exterior. O sujeito se divide entre uma parte que busca a satisfação e outra que tende ao estado inanimado, com ausência absoluta de tensão. A civilização, por conseguinte, seria grande fonte de mal-estar para os seres humanos, por tentar justamente refrear seus impulsos – tanto eróticos quanto agressivos. Na segunda parte do capítulo, faremos algumas considerações sobre a obra de Lacan, o psicanalista que cunhou a noção de sujeito e fez um “retorno a Freud”. Apoiando-se na importância da linguagem para a constituição do psíquico, propõe a concepção de inconsciente que surge a partir do discurso do Outro, o que significa dizer que o ser humano é marcado, desde o nascimento, pelos significantes que recebe do próximo. A submissão a um Outro opaco, em cujo desejo desconhecido o sujeito tenta encontrar um lugar, é o que determinará seu modo de buscar satisfação – e a análise tentará operar o descolamento desse modo. Na travessia da fantasia, passar do gozo ao desejo é desligar-se de um modo de satisfação submetido ao desejo do Outro para escolher um desejo próprio.

No terceiro capítulo, o foco será o dispositivo analítico: de quais meios dispõe e quais são seus objetivos. Será abordada a noção freudiana de transferência, que consiste na confiança que o paciente deposita no analista – fundamental para que o tratamento se dê. Tocaremos na noção de contratransferência em Lacan, ao falar da via inversa da transferência e conceber o desejo do analista. No tocante ao modo de tratamento, a psicanálise se debruça sobre as palavras. Freud ancorava suas investigações na fala do sujeito: seus casos clínicos escritos se assemelham a narrativas romanescas, uma vez

que o foco não era a descrição sintomática, mas o modo como o sujeito falava sobre sua vida e seu sofrimento, e qual sua posição diante daquilo que se apresentava como questão. Lacan, seguindo Freud, se atém à fala como único recurso do qual o analista dispõe no *setting*, e faz contribuições quanto ao posicionamento do sujeito ao falar da ética, que remete à condição trágica do homem. Dizer isso é assumir o desamparo perante a imprevisibilidade do acaso e a ausência de respostas prontas e de sentido para os acontecimentos da vida. Diante deste não-saber, deve criar suas próprias respostas, arriscar em seus atos, responsabilizando-se por eles, mesmo sem ter certeza de que os efeitos serão favoráveis a ele próprio. Os efeitos terapêuticos operados em uma análise se baseiam em mudanças na forma de falar sobre sua vida, na forma de se conduzir para a satisfação. Mas não sem garantir o lugar do sujeito, respeitando sua história e singularidade.

CAPÍTULO I

DA EMERGÊNCIA DO SUJEITO FREUDIANO AO 'SUJEITO' BIOLÓGICO

Psicanálise e ciência sempre guardaram entre si pontos de interlocução. Sendo Freud um neurologista de formação, e uma vez que a Psicanálise surgiu de seu interesse sobre os sintomas histéricos, o diálogo com a medicina sempre esteve presente. Em 1932, Freud, em sua conferência sobre a *weltanschauung*, afirmou que a psicanálise tem a visão de mundo da ciência, apesar de não ser ela mesma uma ciência. Isso se deve ao fato de apoiar-se nas investigações dos fenômenos psíquicos, mas sem a intenção de estabelecer um sistema de pensamento hermético, como seria o caso de uma filosofia. Lacan (1969-70/2007), em seu seminário *O avesso da Psicanálise*, distingue o discurso científico (que ele nomeia universitário) do discurso psicanalítico. O primeiro visa buscar respostas finais para as questões que lhe acoçam, na esperança de apreender o real através da linguagem, com o estabelecimento de leis e fórmulas. O segundo vai debruçar-se justamente sobre o vazio, para explorá-lo: a condição trágica do ser humano não permite exatidão e o sentido para os acontecimentos está sempre aberto para ser construído pelo próprio sujeito.

Atualmente, com o crescente avançar das técnicas de imagem cerebral, tem sido cada vez mais comum buscar nesse órgão todas as respostas para as questões relativas à subjetividade que tanto afligem o homem contemporâneo: ansiedade, depressão, comportamentos compulsivos e outros males têm suas bases neuroquímicas rastreadas e utilizadas para embasar soluções ditas mais exatas: sejam elas medicamentosas ou por meio de treinos comportamentais.

Apoiada teoricamente na biologia, que diz respeito ao organismo físico, a medicina é voltada para o plano das causas, e precisará recorrer a outras disciplinas para dar conta do plano do sentido. No entanto, ao tomar de empréstimo o saber de outras áreas, a medicina não deixa de se nortear pelo par de opostos normal-patológico que serviu de paradigma inclusive para as ciências humanas. Deste modo, a medicina mantém sua intenção normativa e univerzalizante, propondo-se a dar conta do homem como um todo e criando padrões a serem seguidos por ele. Vale lembrar que com avanços tecnológicos das últimas décadas, a medicina foi capaz de estender as fronteiras

entre vida e morte, fazendo frente ao discurso religioso e assumindo o lugar de Deus. (Herzog, 1988). Esses feitos reforçam ainda mais o peso da influência de seu discurso no corpo social.

Em vista disso, a Psicanálise, definida desde seus primórdios por uma paciente como “*talking cure*” (cura pela palavra) tem sido severamente atacada por não ter como foco primordial a remoção de sintomas ou a garantia de uma cura. O lançamento, na França, de um “livro negro da psicanálise” e o debate que gerou em torno disso são expressões dessa querela. Um método que se baseia na narrativa singular que cada sujeito tem sobre sua história colide com os ideais vigentes de instantaneidade e a máxima capitalista do “tempo é dinheiro”.

Neste capítulo, a tentativa será mostrar como a psicanálise foi influenciada pela medicina, mesmo tendo se afastado dela para constituir um campo de saber específico. Tentarei fazer um percurso através dos fenômenos e mudanças sociais que causaram a emergência do sujeito freudiano que a psicanálise investiga. E como esse mesmo sujeito, despojado de seus rígidos referenciais externos e fadado a procurar respostas em si mesmo, acaba se voltando para a concretude corporal em busca dessas respostas – o que torna as explicações biologizantes mais populares. Tornou-se usual crer que atos e sentimentos possuem causas físicas, e que um corpo belo e saudável deve ser a base para as aspirações morais. A cultura capitalista – que prega o consumismo e exige cada vez mais das habilidades pessoais, e não só das aptidões técnicas dos trabalhadores –, a sociedade do espetáculo – calcada na imagem – e a propagação da ciência como detentora da verdade também favorecem esse retorno ao corpo. Enquanto a ciência do corpo fornece as justificativas racionais, a sociedade do espetáculo fornece as bases morais de como devemos agir. Neste contexto, tornam-se pertinentes métodos terapêuticos e investigativos que obturem o lugar do sujeito, e concentrem no cérebro a chave para as questões subjetivas.

1.1) Psicanálise e medicina: diferenças no olhar sobre o sintoma

Na obra de Foucault intitulada *O Nascimento da Clínica* (1963/2003) vemos a evolução da medicina como uma disciplina científica. Até o século XVIII, o corpo sagrado não podia ser violado após a morte. Depois deste século, começaram a existir os

primeiros estudos anatômicos em cadáveres. Antes dessa época, a medicina se baseava mais na experiência e em cuidados instintivos para aliviar a dor e o sofrimento. O saber era construído dos cuidados no leito do paciente e não havia um saber acima dos outros, detentor de uma verdade. Com o estudo da anatomia, inaugurou-se o paradigma anátomo-clínico e, com ele, a medicina científica, que estava preocupada em encontrar as lesões ou disfunções no órgão que causavam a doença. O médico deixa de perguntar ao paciente sobre como ele se sente para perguntar onde dói. Com o status de ciência, a medicina passa a ostentar o discurso soberano sobre os cuidados com o corpo.

A Psicanálise, cujo objeto de investigação são as formações inconscientes, desde seu surgimento, implicou uma ruptura epistemológica com o campo da medicina, ao trazer uma noção de corpo calcada no conceito de pulsão, definido por Freud (1915a/1976) como:

“um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo” (p. 142).

Ao contrário do instinto, que possui objeto pré-definido, a pulsão não tem estabelecido previamente nem seu objeto nem sua forma de satisfação, que serão moldadas conforme a história do sujeito. Deste modo, o corpo passa a ser compreendido como indissociável do registro simbólico e, conseqüentemente, da relação com o próximo.

Em uma visão calcada na fisiologia, as forças físico-químicas são as únicas a regular e agir no organismo. Por isso mesmo, o estudo dos fenômenos psíquicos e do comportamento humano deve estar no ramo das ciências naturais. Esta visão é consonante com o positivismo científico do século XIX, para o qual a ciência avançaria conforme o crescente refinamento dos métodos de observação dos fenômenos. Freud, neurologista, era um homem das ciências naturais. Não é por acaso que seu *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895/1950[1996]) tentava achar as bases fisiológicas concretas para o psiquismo humano. Apesar de tentar localizar os mecanismos e causas psíquicos no cérebro, já é possível ver neste texto a importância do semelhante na constituição do psiquismo.

Charcot, com seu prestígio clínico e institucional, foi quem operou o deslocamento do problema da histeria – cuja etiologia e tratamento eram um enigma para a medicina da época – do âmbito da clínica médica para o da neurologia. E foi graças a Charcot que o impasse que a histeria representava para a medicina ficou evidente para Freud, fazendo com que este último delineasse a Psicanálise como um novo e diferenciado campo de saber. O modelo anátomo-clínico que servia de norte para a medicina era o grande entrave para a elucidação dos sintomas histéricos, uma vez que não se encontrava qualquer lesão anatômica que pudesse ser apontada como cerne daquela patologia. Diante disso, os pacientes eram tomados por simuladores, por colocarem em xeque o paradigma que norteava a clínica. (Birman, 2010).

Cabe lembrar aqui que Freud, desde o início de seus trabalhos, teve o cuidado de conferir um rigor científico ao campo de saber que construía. Como aponta Herzog (1988), essa busca pelo status de cientificidade está presente em vários dos artigos do primeiro psicanalista. Os processos pulsionais (acúmulo e escoamento de energia) análogos a processos das ciências naturais, a descrição dos procedimentos técnicos e dos fenômenos descobertos são exemplos disso. Essa busca por objetividade era um esforço necessário para que seu trabalho não fosse tomado como místico ou como mais uma forma de sugestão. Mesmo em 1923, quando já se contabilizavam mais de duas décadas de investigações acerca dos processos inconscientes, Freud ainda reafirmava a legitimidade de sua descoberta, caracterizando a psicanálise como “um procedimento para a investigação dos processos mentais que são inacessíveis de qualquer outro modo” (Freud, 1923/1976, p. 287).

Vemos então que a discussão biológico X psicológico não é propriamente nova. Mesmo atingido pelas referências de seu tempo, Freud dá um passo a mais e pensará, posteriormente, num corpo pulsional – em oposição a um corpo meramente anatômico – , que depende da relação com o semelhante para se formar. É por conta do outro que nomeia, atende e frustra suas demandas, que um sujeito pode advir como tal. Com isso, Freud desfaz a dicotomia que toma mente e corpo como dois lugares separados. Além do mais, Freud (1923/1976), ao definir o Eu como uma instância corporal, que tem sua origem nas sensações físicas (que serão constitutivas do sujeito real divisão do sujeito) torna inválidas as críticas daqueles que o acusam de ter negligenciado a questão do corpo.

Eventos psíquicos e físicos são diferenciáveis. Atividades como andar, comer, dormir, são tidas como distintas de pensar, sentir afeto e identificar-se com a causa do próximo. No entanto, fenômenos psíquicos não se tratam de fatos metafísicos. Tanto eventos físicos quanto psíquicos são executados pelo mesmo corpo, com contextos e finalidades particulares. A real divisão do sujeito, para a psicanálise da primeira tópica, está entre os sistemas Consciente – que considera a realidade exterior – e Inconsciente – dos desejos recalcados. Já na segunda tópica, Freud propõe 3 instâncias psíquicas – Eu, Isso e Supereu – além de falar da luta entre pulsões de vida e pulsão de morte, que habita todos os sujeitos.

Como já dito anteriormente, foi ao se debruçar sobre os casos de histeria que esta visão começou a surgir. A enfermidade histérica não admitia explicações baseadas somente no corpo físico, apesar do corpo ser o palco de seus sintomas, que apareciam mesmo que uma etiologia orgânica não fosse detectada. A estranheza desse tipo de manifestação tornou necessária uma nova forma de olhar para o problema.

O sintoma emergiria justamente do efeito que as palavras provocam ao marcar o corpo do sujeito. A histérica que sofre uma paralisia em sua perna, por exemplo, não possui qualquer comprometimento orgânico. O que está em jogo é a ideia de perna, ou seja, a ligação que o significante “perna” guarda com o conteúdo do desejo recalcado, inacessível à consciência. O conflito psíquico – com origem na história individual – seria expresso simbolicamente no sintoma. O corpo, além de anatômico, é um corpo simbólico, atingido pela palavra e referido a ela.

Portanto, o sintoma é forjado pela palavra, expressão de um conflito inconsciente, totalmente distinto do sintoma da medicina. O desejo em conflito com a consciência encontra ligação com alguma palavra que se associe a ele, que se expressa no corpo. Sendo assim, o sintoma é a expressão de um desejo. Trata-se então de uma formação de compromisso entre o Consciente e Inconsciente.

Outra ruptura de Freud com o discurso médico da época foi com relação à interpretação dos sonhos. Enquanto que a medicina os compreendia como uma disfunção momentânea do sistema nervoso central, onde não havia vontade nem sujeito, Freud (1900/1996) se aproximava mais da tradição popular, que atribuía um significado aos sonhos. Para o criador da psicanálise, sonhar é uma forma de pensar submetida às leis do sistema Inconsciente, e assim um desejo recalcado encontraria escoamento. Foi

outro modo de realizar a “desconstrução da medicalização do corpo e das paixões, que estava sendo progressivamente forjada pela medicina científica ao longo do século XIX.” (Birman, 2010, p. 21).

Postular um aparelho psíquico cujo motor principal estava no Inconsciente, instância esta não localizável no corpo anatômico e responsável por produções psíquicas aparentemente desprovidas de sentido, foi um grande passo que possibilitou a Freud romper com o discurso médico e instituir o discurso psicanalítico. Pregava a importância da linguagem no tratamento de patologias somáticas e mentais. Tal afirmação convergia com a medicina anterior à dita medicina científica do século XIX. A primeira fazia uso da palavra, a segunda objetivava as patologias conforme o modelo anátomo-clínico de corpo.

O aparelho psíquico tal como concebido por Freud era guiado pelo Princípio do Prazer. Isso quer dizer que sua finalidade era fazer uma mediação entre as contingências ambientais e as forças pulsionais. Em suma, é um aparelho que busca evitar o desprazer. Acerca do funcionamento do aparelho psíquico:

“Entre os registros da pulsão e da linguagem, no entanto, o discurso freudiano inscreveu o registro do fantasma, que direcionaria o polo pulsional do aparelho psíquico com vistas à experiência da satisfação e à realização do desejo.” (Birman, 2010, p. 25)

Deste modo, pulsão, fantasia e linguagem foram definitivos para a compreensão de um corpo erógeno divergente do corpo anatômico da medicina positivista.

Por outro lado, a concepção de arco-reflexo – movimento involuntário – e a noção de divisão hierárquica do sistema nervoso em diferentes níveis de complexidade foram fundamentais para desmontar a lógica cartesiana segundo a qual um indivíduo só existe através do pensamento. Essas contribuições da neuroanatomia foram, segundo Birman (2010), fundamentais para a noção de descentramento do sujeito como sujeito da consciência. Podemos arriscar, portanto, que a psicanálise deve sua existência a essas descobertas.

Foucault, em seu curso *O Poder Psiquiátrico* (1974/1997) sinaliza que, no paradigma anátomo-clínico, o enfermo sempre se encontra em uma posição passiva, apenas queixando-se ao médico e entregando seu corpo para que o profissional o

examine e diagnostique. Com o surgimento do exame do movimento involuntário do reflexo, passou a ser necessária a colaboração voluntária dos pacientes, que muitas vezes resistiam ao tratamento.

Essa necessidade de cooperação da parte do paciente fez com que o diálogo fosse reinserido na prática clínica. Nesse contexto Lacan (*apud* Birman 2010) afirmou que a psicanálise só poderia ter nascido da prática médica – que acolhia uma queixa concreta – e não da psicologia experimental da época, que limitava-se a mapear as sensações e faculdades mentais.

1.2) *A volta para si mesmo do homem moderno:*

Mas afinal, de onde surgiu esse sujeito sobre o qual a psicanálise se debruça? O nascimento deste saber que emergiu da escuta clínica de pacientes histéricas, e só foi possível por estas pacientes estarem inseridas em uma sociedade industrial, urbana, laica e democrática. Um homem que não tem mais os rígidos referenciais externos da Idade Média (Roudinesco, 2000).

A posição narcísica de ser o objeto capaz de dar conta da falta do Outro (cuja primeira representação é a mãe) é aquilo que foi perdido pelo sujeito junto com a ilusão mítica da onipotência. Diante disso, há duas formas de mascarar a *falta-a-ser*: por meio da neurose ou por meio da filiação simbólica (Kehl, 2002).

Valendo-nos das considerações de Kehl (2002), vemos que a transição cultural de um modo de vida referido ao coletivo para outro modo de vida, referido cada vez mais ao individualismo, é o que permitiu o surgimento do sujeito neurótico, marcado pelo conflito, sobre o qual a psicanálise montou suas investigações, uma vez que as regras rígidas de uma comunidade “liberam o sujeito da necessidade de elaborar uma resposta neurótica para seu conflito” (Kehl, 2002, p. 46). Em uma cultura de formações sociais bem demarcadas e estáveis que regem a vida do ser humano, o sujeito é menos livre para ser autor de seu próprio destino. Por outro lado, é menos implicado nos atos que pratica. Enquanto nas culturas antigas as normas, transgressões e punições são explícitas e decididas pela coletividade, nas modernas sociedades individualistas essas regras são internalizadas, e cabe cada vez mais ao sujeito julgar a natureza de seus atos.

Nas sociedades tradicionais, as questões do ser (filiação), da verdade e do bem (regras morais e mitos que as justificam) são claramente dados, assim como o sujeito que escolhe transgredi-los sabe exatamente qual a punição que lhe caberá. Podemos fazer a analogia com o que Foucault (2004) assinala como a passagem do poder soberano para o poder disciplinar. Nas palavras de Kehl:

“O temor a uma punição conhecida, que se seguiria a uma transgressão explicitamente proibida, é o oposto do culpa neurótica, que consiste no constante adiamento de uma punição imaginária por um crime que o sujeito “sabe” que praticou, mas cuja natureza ele ignora.” (Kehl, 2002, p. 46)

O sentimento de culpa do sujeito neurótico nas sociedades individualistas é considerado por Freud (1923/1976) como um dos fatores que impede ao sujeito sair de sua neurose. Graças à instância do Supereu (responsável pela internalização da lei), achar que praticou um ato transgressor equivale a praticar. Para Freud (1930/1974), “... a intenção é considerada equivalente ao ato” (p. 128). Vemos assim que a culpa neurótica é a punição que o próprio sujeito impõe, inconscientemente, a si próprio. Isso se explica por meio do desamparo ao qual todos os seres humanos estão expostos desde o início da vida, dependendo de outra pessoa para protegê-lo (Freud, 1930/1974), pois o homem da sociedade individualista ainda é um ser em relação com o outro. Nas sociedades antigas e medievais, as formações sociais com códigos rígidos e públicos, tanto no que tocam a vida pública quanto a vida privada, eram o que salvava o sujeito da neurose. E o sujeito neurótico da modernidade carrega uma culpa proporcional à autonomia que crê possuir (Kehl, 2002).

O período da Renascença – do século XIV ao século XVI, marcando a transição da Idade Média para a Idade Moderna – trouxe dois marcos que explicam essa mudança. A expansão mercantilista do século XVI, aumentando a circulação de mercadorias – circulação que teve seu ápice com o capitalismo, na modernidade – abriu ao homem novas formas de se relacionar com a verdade, promovendo a mercadoria como uma forma de suprimir a falta e encontrar o bem. Além disso, a Reforma da igreja fez com que a relação com Deus fosse cada vez mais idiossincrática e menos ditada pelas autoridades religiosas, cabendo ao homem se dirigir para a salvação de sua alma. A Reforma luterana quebra a hegemonia da igreja católica como detentora da verdade. Não contesta a ideia de Deus, mas sim a autoridade da igreja, abrindo um novo modo de

lidar com a fé, onde há inclusive a possibilidade de cada devoto interpretar, a seu modo, os textos bíblicos. A verdade única é abalada.

As diversas traduções da Bíblia feitas pelos humanistas, o hábito das leituras silenciosas individuais (substituindo a transmissão oral coletiva) e a invenção da imprensa são outros fatores que aumentaram a circulação de palavras e contribuíram para uma descentralização da autoridade (Kehl, 2002). Os representantes simbólicos da lei e da verdade são cada vez mais rarefeitos. Podemos citar também o Iluminismo – que pregava a busca da verdade por meio da razão – e a revolução científica ao final do século XVII, que com seus métodos de observação e matematização, abriram um modo de investigar e compreender o real distinto das explicações dogmáticas (Lacan 1954-55/1985).

A descentralização do lugar da verdade, da autoridade, das respostas – que Lacan chamará de lugar do *Outro* – é cada vez mais pulverizado. A subjetividade coletiva calcada na autoridade se desloca para uma subjetividade individualista, a cargo do sujeito. Segundo Kehl (2002) a internalização das leis e dos ideais na forma de um Supereu se dá na medida em que este processo avança. Além disso, o resgate da cultura greco-romana e a exploração do “Novo Mundo” fazem o homem relativizar convenções sociais e convicções morais tidas anteriormente como naturais.

A passagem das culturas em que homens se vêem como partes de um coletivo social para culturas onde se vêem como indivíduos distintos uns dos outros se dá com base em duas separações, oriundas do processo civilizador. A primeira é a separação de um homem perante os outros – não apenas física, mas também subjetiva, cada um com suas características pessoais. A segunda, entre o homem e seu próprio corpo: seus processos fisiológicos, impulsos e paixões, que agora não mais devem ser acessíveis aos olhos públicos (Kehl, 2002). Esta última separação, que podemos chamar de um Eu moral X Eu pulsional, implica que certos hábitos e anseios devem ficar restritos à esfera da vida privada, à intimidade relacionada à verdade de cada indivíduo – diferenciada da esfera pública, onde a moral social obriga o sujeito se conter, agindo conforme o recato e a cortesia. Este processo se inicia ao final do século XIV e se completa no século XVIII, quando na ausência de referenciais tradicionais e inabaláveis para regular a própria vida, cada um está destinado a “vivenciar através dos processos de pensamento

seus conflitos e culpas, desconhecendo cada vez mais grande parte do que determina seus tormentos” (Kehl, 2002, p. 62).

Ainda segundo Kehl (2002), conviver com o semelhante, que diferentemente da Idade Média, é um semelhante estranho, com sua própria interioridade, fez com que fossem criados manuais de educação com normas de bom comportamento público, para que a convivência fosse tornada mais suportável. Eram também um modo de a nobreza demarcar seus padrões, assegurando o seu lugar perante a ascensão econômica burguesa. Além disso, a prática da confissão cristã era outra maneira de manter os homens sob um poder disciplinador não mais baseado na extensiva coerção externa, mas embutido nele mesmo. Diante disso, podemos associar esse controle interno à instância superegoica que regula o sujeito freudiano, e é responsável pelo conflito interno que o marca: o confronto entre lei e desejo.

Vemos, assim que o sujeito moderno, diferente do medieval, é um sujeito não mais tão referido à coletividade e à linhagem, mas à sua interioridade, “...um sujeito que passa a desconhecer tanto suas determinações íntimas como o caráter coletivo, social, das forças que o atravessam” (Kehl, 2002, p. 64). A linguagem está aberta a outros sentidos possíveis, e não só referente a um Outro divino e absoluto. É aberto um espaço para a interpretação e, conseqüentemente, para a dúvida sobre o que fazer consigo mesmo e seu próprio destino. Cada um será levado a pensar sobre si e procurar um sentido para sua existência.

O que vemos hoje é que as estruturas de linguagem encontram-se cada vez mais abertas a sentidos diversos e menos sólidas. O sujeito desamparado continua sendo levado a buscar suas próprias respostas. Porém, em um panorama social em que o incentivo constante é para a transposição de limites como forma de diferenciação e autorealização, a instabilidade dos referenciais simbólicos leva o sujeito a buscar refúgio no real do corpo. Analisaremos agora algumas razões que conduzem a esta busca – entre elas, o capitalismo e a ascensão das neurociências.

1.3) O espetáculo, o capitalismo e o consumismo:

As transformações na subjetividade não surgem por acaso. São resultado de um processo de mudanças na cultura, que reverberam no modo como os indivíduos

apreendem o mundo, se percebem e se relacionam entre si. É essa questão, inclusive, que foi abordada no tópico anterior. Hoje, o sujeito extremamente referido ao corpo é diferente do sujeito que foi alvo das primeiras investigações psicanalíticas. Diante disso, mais do que pertinente, faz-se importante destacar fatores do social que operaram essa transformação, fazendo com que a relação com a subjetividade seja entendida, cada vez mais, como uma questão orgânica e, principalmente, uma questão cerebral. Conforme destacado por Costa (2005), a questão do consumismo incitado pelo mercado capitalista e da sociedade do espetáculo são fatores chave.

A sociedade atual caminha conforme as coordenadas estipuladas por Guy Debord em 1968, com sua obra “A Sociedade do Espetáculo”. Nela, o autor descrevia um panorama de sociedade em forma de encenação performática onde o que importa é a aparência. Os sujeitos absorvem passivamente esse desfile de imagens que estampa a superfluidade do social. Nesse modelo, não importa muito o que o sujeito é. Basta *parecer* que é alguma coisa, pois o que está em jogo é o personagem socialmente exibido.

Conforme o pensamento de Costa (2005), é possível ver que os meios de comunicação em massa são responsáveis por veicularem o modelo que deve ser seguido – celebridades ricas, influentes e famosas – ao mesmo tempo que que exhibe a impossibilidade de alcançá-lo, pois a maior parte dos indivíduos não dispõe das condições para chegar nesse seleto grupo de privilegiados. A atenção da massa é sempre dirigida para o que está no *spotlight*. São difundidos modos de viver: o que consumir, como agir para ser bem sucedido na carreira, ter amigos, ser um bom amante, ter saúde, quais julgamentos morais emitir, quais valores sociais cultivar, o que consumir, do que gostar (músicas, filmes, etc.). Tudo é ditado pela mídia e assimilado pelos sujeitos. O desejo de ter a mesma vida feliz ostentada pelos famosos faz com que a maioria de anônimos tente imitá-los – especialmente na aparência física. Esse desfile de imagens não convida ao pensamento, mas à mimetização. Assim, a audiência passiva garante a manutenção do próprio espetáculo onde a verdade é aquilo que os meios de comunicação decidem que deve ser visto (Costa, 2005).

A valorização do imediato, do momentâneo, em detrimento da história e do memorável fazem com que o lugar da autoridade tenha suas estruturas rachadas. Valores e crenças eram antes transmitidos pela autoridade, fundada na sabedoria sobre o

que se passou. Vê-se, por conseguinte, a ascensão dos discursos da ciência e da moda, fundadas justamente na superação daquilo que se passou – no caso da ciência, a contragosto, e no da moda, de acordo com suas intenções de lançar novidades a serem consumidas. A autoridade, achatada, é substituída então pela figura da celebridade, que é a “autoridade do provisório” (Costa, 2005).

As celebridades são figuras que “sabem aliar moda e tecnologia a serviço da *moral do entretenimento*” (Costa, 2005, p. 169), em torno das quais gravitam fãs, ávidos por conquistarem a mesma posição de visibilidade e o mesmo estilo de vida. Seus nomes logo são substituídos por outros: a descartabilidade se dá tão rápido quanto a conquista da fama.

Em oposição à autoridade, que conjugava notoriedade e talento, as celebridades são a personificação do vácuo, com discursos rasos e pouco originais, exibindo apenas sucesso e visibilidade, ocupando uma posição onde o talento é algo dispensável (mesmo que ele exista). Basta ter a capacidade de entreter, distrair o público. Mesmo os gestos e opiniões aparentemente mais libertários e ousados são sempre afinados com o ditado pela moda. Caso contrário, a celebridade é empurrada para o ostracismo. Os formadores de opinião da moral do espetáculo se firmam e se mantêm com base em suas imagens, e não na riqueza de pensamento e experiência.

Disso resulta que, ao mesmo tempo em que são admiradas pelas pessoas por sua condição social, as celebridades são desprezadas por terem uma fachada vistosa, mas um interior em ruínas. A admiração se dá em um nível superficial. A sociedade do espetáculo não consegue conjugar prestígio social com riqueza moral.

Acerca do consumismo, Costa (2005) coloca que o modo como os humanos se relacionam com os objetos se deve mais a como a felicidade é por nós concebida do que a um caráter alienante da mercadoria. Longe de um psicologismo, enxergar deste modo é apenas reconhecer que os objetos sempre nos serviram (além de suas específicas finalidades práticas) para dar materialidade e durabilidade a nossas vivências internas e sentimentos. Ideais morais e sentimentos não se sustentam sem os objetos que amparam nossa estadia no mundo. Deste modo, os objetos não deturpam os sentimentos, mas são parte da criação e manutenção dos ideais do eu. O que faz diferença é o modo de lidar com os objetos.

Na tradição ocidental, o sujeito sempre fora definido ou por seus atos (relacionados à aparição pública) ou por sua interioridade emocional (relacionada à vida privada). Na contemporaneidade, nem um nem outro, mas o corpo é o referencial usado para que um sujeito se defina. A influência dos meios de comunicação de massa na opinião do público tem grande parte nesta mudança. Tanto a propaganda de cosméticos, remédios e outros meios de modificação corporal, quanto a associação de um determinado tipo de forma física ao sucesso serviram para que essa mudança acontecesse.

Na tentativa de disseminar e consolidar, valores e visões de mundo, a mídia respalda-se na imagem – seguindo a moral do espetáculo. O público é levado a invejar o estilo de vida de figuras midiáticas que possuem fama e poder de influência. A maior parte das pessoas não conseguirá, contudo, as condições de acesso a tal círculo de visibilidade social. Sendo assim, a imitação da aparência física é o que lhes resta. Uma imagem corporal semelhante à dos privilegiados passa a ser o prêmio de consolação de uma massa de sujeitos frustrados (Costa, 2005).

Podemos citar ainda o fenômeno das redes sociais como meio de imitar o estilo de vida das celebridades. São um veículo para expor, sobretudo, a tal forma física em conformidade com os padrões publicitários. Nelas, usuários exibem relatos de seu dia-a-dia, fotos de momentos felizes ou em poses que imitam capas de revista, gostos pessoais e vastas listas de contatos. O que importa é a *aparência* montada para *exibição* e o reconhecimento do olhar do outro, por meio de “curtidas” e comentários elogiosos.

O consumo de tudo aquilo que possibilite um corpo-espetáculo, digno de ser exibido, será valorizado em larga escala. Vemos, neste ponto, que a Sociedade do Espetáculo se esboça não apenas no gestual e nos valores individuais, mas também na própria carne dos indivíduos, que se esforçam por conseguirem um ideal estético digno de chamar atenção positivamente – e causar, se possível, a mesma inveja incitada pelos veículos midiáticos.

“O corpo da publicidade, entretanto, não se dirige diretamente a nenhum de nós ou considera as peculiaridades de nossas histórias de vidas, ao provocar o nosso desejo de imitá-lo. A moda, em sua neutralidade moral e constante mudança, não nos acusa, nem elogia, apenas se apresenta como um ideal que devemos perseguir, sem consideração pelas consequências físico-emocionais que venhamos a sofrer.” (Costa, 2005, p. 197)

Devido ao padrão competitivo do mercado de trabalho contemporâneo, os objetos – que em épocas anteriores serviam como manutenção de memória emocional – hoje servem para agregar *status* social àquele que o possui, identificando-o como um “vencedor” em qualquer lugar ou situação. Além disso, o deslocamento de foco da vida sentimental para a vida física – que será melhor trabalhado no próximo tópico deste capítulo – e os valores imediatistas do sistema capitalista fazem com que a relação com os objetos passam a se dar de modo que eles devem estar sempre ao alcance do corpo. Quanto mais presentes e mais numerosos, melhor. Apoio-me em Bauman (2010) e Birman (2013) para dizer que a importância da figura do cidadão – modelo de sujeito admirável e a ser valorizado – foi deslocada, na contemporaneidade, para a figura do consumidor. “Contudo, se os cidadãos perdem progressivamente direitos e os consumidores se agigantam na atualidade, isso implica dizer que a sociedade foi transformada num mercado”¹ (Birman, 2013).

Bauman (2008) fala sobre a influência do mercado no modo como as pessoas organizam suas vidas, e como a partir dele conseguimos compreender a subjetividade contemporânea, tanto os anseios quanto as angústias. Estamos submetidos ao sistema capitalista, que tem o lucro como finalidade de todas as operações comerciais de bens ou serviços. Quanto mais se consegue produzir e vender em menos tempo, melhor. A competitividade é um elemento chave deste sistema, uma vez que os homens competem entre si para garantirem sua fatia no mercado. Consequentemente, o sujeito que busca ser empregado deve destacar-se, para interessar àquele que comprará sua força de trabalho. Deve mostrar seu diferencial, as vantagens que possui em relação a seus concorrentes. Além desta exigência profissional, recai sobre o sujeito a exigência de destacar-se socialmente – exigência gerada pela própria propaganda capitalista. Esse destaque se daria através de características pessoais (as disseminadas pelas propagandas e as exigidas pelo mercado de trabalho, estando várias delas presentes nesses dois grupos) e através do consumo. O consumo seria, inclusive, um meio de incrementar algumas características pessoais (remédios e cosméticos, por exemplo, atenderiam a este fim), além de fonte de prazer e conforto. E sendo o dinheiro algo tão cobiçado neste sistema, consumir bastante também traz status e notabilidade. Ou seja, as propagandas vendem um sonho: ter uma vida materialmente confortável e ser uma pessoa respeitada

¹ Coluna disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,alexander-o-grande,1094957,0.htm>

e feliz. A satisfação leva o tempo de uma compra, e o limite é o montante que se pode gastar.

Neste sentido Bauman (2008) considera que vivemos em uma sociedade de consumidores onde as próprias pessoas se transformaram em mercadoria – é mais popular quem melhor sabe se vender. A relação das pessoas é pautada também no modo de consumo: laços feitos com base nos benefícios que se pode extrair do vínculo, sem muita tolerância para insatisfações e, muitas vezes, desfeitos com a velocidade de quem troca um produto pelo outro. A escolha, muitas vezes, é feita com base em “indicações” e “resenhas”. Exemplos disso são os sites de relacionamento, que sugerem possíveis parceiros com base em características físicas e pessoais desejadas pelo usuário, além de gostos em comum. Há também os tão polêmicos aplicativos de *smartphones* em que os sujeitos avaliam parceiros passados, inclusive dando notas, para que futuros pretendentes possam estar alertas sobre o que está por vir.

Retornando à questão do mercado de trabalho, Ehrenberg (1998) coloca que, desde a década de setenta, a sociedade ocidental tem produzido cada vez mais sujeitos deprimidos, e associa isso aos ideais de autonomia, iniciativa e independência – que suplantaram a rígida exigência por seguir normas e interditos. Bauman (2008) ressalta que o “empregado nota dez” é aquele flexível, disposto a encarar qualquer situação e abdicar de projetos pessoais em prol do trabalho, desapegado a lugares, pessoas, tradições, ou seja, de tudo aquilo que o constitui enquanto sujeito, de sua própria história. A competitividade e a pressão por destaque levaram a um empobrecimento dos laços humanos e das manifestações psicológicas espontâneas. Birman (2013) afirma que cada sujeito contemporâneo se transformou “em uma empresa de si mesmo”.

O medo atual não é o da punição, mas o da vergonha de se sentir insuficiente e não estar à altura dos ideais. Enquanto na neurose clássica dos tempos de Freud o conflito fundamental era entre a lei externa e o desejo individual, o conflito atual se dá entre o que é possível e impossível de ser feito. Entre o século XIX e início do século XX, a culpa recaía sobre impulsos sexuais e agressivos, enquanto hoje recai sobre a não-autonomia e a dependência (Phillips e Taylor *apud* Farah, 2012). Em vez da punição do outro, é o julgamento do próprio eu sobre o desempenho pessoal que gera aflição. Ainda existe um apelo superegoico, porém, que se dá não mais pela via dos

interditos, mas pela via narcísica dos ideais que devem ser não só perseguidos como atingidos.

As exigências corporativas de nosso tempo fizeram com que se trocasse uma culpa – cuja referência é o outro – por uma vergonha – que é autorreferente – daquilo que não foi feito. Esse dano é irreparável e gera angústia paralisante (Farah, 2012). Lembremos ainda que esse padrão não fica restrito apenas às empresas privadas, mas também á maioria das outras áreas, incluindo a saúde e a produção de saber na academia. Paradoxalmente, o mundo do trabalho que prima pela iniciativa, ação e produtividade a qualquer preço tem a crueldade de suas metas evidenciada no adoecimento dos sujeitos que, deprimidos e angustiados, se vêem incapazes de agir – além da produtividade prejudicada

Somemos a isso o fato de os trabalhadores estarem sendo cada vez mais cobrados no seu *ser*, além das necessárias aptidões técnicas. Capacidades como comunicação, assertividade, bom relacionamento interpessoal, espírito de liderança, empreendedorismo (Farah, 2012). Recentemente, o *website* de um jornal paulista publicou a seguinte matéria: “Gostar de rock começa a pesar na avaliação profissional” (Moreira, 2011). Há ainda diversos casos de empregadores que, antes de selecionarem candidatos para uma vaga, espionam seus perfis em redes sociais para observarem seus gostos pessoais, atividades de lazer e como se mostram ao mundo de modo geral. São exemplos de como as cobranças sobre o profissional extrapolam as paredes do escritório e chegam até a vida cotidiana íntima.

A Gestão por Competências é o modelo usado por empresas para estipularem as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias para a ocupação de um cargo, além de mapearem as competências do empregados, que devem se comprometer a adquirir as competências lhes faltam, em vista de atender ao padrão de qualidade almejado. Isso aumenta ainda mais o sentimento de insuficiência, onde o sujeito sente vergonha por não atender às expectativas.

Seguindo esta lógica, aquilo que escapa aos ideais – já que é disfuncional para o mercado – é julgado como anormal ou até mesmo patológico. Buscam-se soluções rápidas – tão rápidas quanto um ato de compra – que eliminem o sofrimento e adequem o sujeito ao ideal de sucesso que dele é esperado.

Miller (2006) destaca o papel que a avaliação possui hoje. O sujeito é avaliado o tempo todo, em seu trabalho e fora dele. A avaliação nada mais é do que um modo de controlar tudo que escapa a um padrão, minando a liberdade que nos permite criar e se responsabilizar pelos riscos e prazeres de um modo de vida singular. Ser avaliado se torna, cada vez mais, um modo de apaziguar sujeitos achatados pelas exigências do mundo globalizado e inseguros quanto a seu valor.

Costa (2005) comenta a mudança de parâmetros para a normalidade psíquica. No século XVIII, o anormal era o desrazoado; no século XIX, aquele cujas paixões eram abomináveis e imorais; hoje, é aquele que exhibe fraqueza de vontade e não consegue regular seu corpo e mente conforme o ideal de vida adaptada. São eles os dependentes ou adictos, os desregulados (anoréxicos, bulímicos, fóbicos, portadores de síndrome do pânico), inibidos (que se encolhem diante do mundo), estressados (desperdiçam energia que deveria ser canalizada para fins positivos) e deformados (que não atendem à forma estética difundida).

Com os ideais de autonomia, independência e eficiência (Ehrenberg, 1998), o sujeito é o único responsável por seu sucesso, já que a sociedade democrática dá a todos a chance de um (ótimo) lugar ao sol. Na sociedade capitalista, o céu é o limite quando se tem vontade de progredir. Desta maneira, ficar para trás nessa corrida é um grande baque narcísico para quem falha. Costa (2005) destaca que, enquanto o sucesso é fruto da vontade, a derrota é fruto do organismo. “O anseio por independência, ao falhar, deve ser visto como uma anomalia biológica e não como denúncia da estreiteza da norma social em face da diversidade expressiva da vida humana” (Costa, 2005, p. 196).

1.4) O lugar do corpo no contemporâneo:

Fortes (2010), em um artigo sobre a anorexia, aborda o lugar central que o corpo vem ocupando na cultura atual. Ocorre na clínica um número enorme de sintomas corporais sem que o paciente manifeste claramente qualquer conflito psíquico. Nota-se paralelamente na cultura um cuidado voltado cada vez menos para o cultivo de valores morais e de aptidões intelectuais e cada vez mais uma preocupação com um corpo esteticamente belo, saudável e capaz de viver por longos anos. A identidade é cada vez

mais calcada no corpo e não nas ideias. Esse culto ao corpo é acompanhado de um individualismo exagerado.

Indo do âmbito pessoal para o público, a preocupação crescente com a ecologia tem tomado o espaço das questões relativas à política e à cidadania. A bioética ocupa na esfera pública um lugar semelhante ao que a qualidade de vida ocupa na esfera pessoal. O cidadão que cuida do corpo é o ideal moral de nossa época. Não é à toa que cresce o número de intervenções – definitivas ou não – com o intuito de alterar a forma física. Há um número reduzido de modelos de ideal estético, e são estes que as pessoas visam alcançar. Na carona dessas alterações, vemos uma gama de dismorfismos corporais como anorexia, bulimia, obesidade e mutilações.

Birman (2003) afirma que a cultura do somático se expressa através da demasiada importância dada à forma do corpo na contemporaneidade, da preocupação com a natureza, da maciça medicalização e da quantidade de patologias do espírito caracterizadas por um mal estar corpóreo: depressão (manifesta também na perda de vitalidade corporal e na tendência à inação), transtornos alimentares, síndrome do pânico (com taquicardia, sudorese e angústia de morte) e as compulsões (como as toxicomanias e a ânsia por comprar). Além de sintomas físicos manifestos, vemos o corpo afetado no que tange a sua ação, indo desde a tendência à inação da depressão até comportamentos que atentam contra a própria vida, como ocorre em transtornos alimentares e nas compulsões. Este panorama se dá em um momento onde o simbólico se encontra esvaziado e os discursos dos sujeitos cada vez mais empobrecidos, com dificuldades para significar seu mal-estar.

Além do já citado anteriormente culto à imagem da moral do espetáculo, temos no papel da ciência como organizador do contemporâneo um dos motivos fundamentais da volta das atenções para o corpo. O cultivo das ideias, dos sentimentos e das qualidades morais cedeu lugar ao cultivo do corpo. A ideia de Bem passou a estar ligada à noção de qualidade de vida. E apesar de outras instâncias continuarem a influenciar as vidas dos sujeitos, todas elas tiveram suas bases rearranjadas para se adequarem ao compasso científico. Os valores religiosos, sociais, políticos só se mantêm se estiverem afinados com o bem estar físico. O orgânico é a medida principal do contemporâneo (Costa, 2005).

Na Idade Antiga e Idade Média, o sujeito se definia por meio dos laços de linhagem e do grupo social ao qual pertencia. Nelas, o corpo físico era visto como instrumento para a ação. Após a renascença, especialmente no romantismo burguês do século XIX, o sujeito se definia por uma verdade interior, e o corpo era visto como um empecilho para a pureza da alma e dos sentimentos. Hoje, a chamada “cultura somática” não difere das outras pelo tempo gasto em cuidados com o corpo, mas pela relação entre vida psíquica e vida física, onde esta última adquire importância primordial e norteia as ações (Costa, 2005).

Costa (2005) fala de um “remapeamento cognitivo do corpo físico” que foi importante para essa virada no modo de o ser humano se relacionar com seu físico. A saber: o progresso do saber científico (atividades mentais antes tidas como desconexas do corpo tiveram seus circuitos neurais traçados); o avanço das tecnologias médicas (desde as regras de higiene até as terapias genéticas); a ordem política (o desinvestimento de debates ideológicos e políticos para a atenção em debates de ordem sexual, étnica e geracional, onde o corpo tem papel relevante); a ordem espiritual (o sucesso das espiritualidades asiáticas, onde o corpo é tido como tão importante quanto o psiquismo no direcionamento moral, e os cuidados com o físico conduzem à paz e sabedoria interior).

Para Ortega (2008), *biossociabilidade* é a tendência atual de explicar a vida psicológica através de causas físicas. Além disso, o prestígio moral é substituído pela performance corporal. Houve um deslocamento do foco da vida sentimental para a vida física. Estar “bem consigo mesmo” não remete mais apenas a um estado de conforto sentimental, mas ostentar um corpo que segue os padrões publicitários. Costa (2005) faz uma distinção entre *felicidade sentimental* e *felicidade sensorial*. A primeira envolve um tipo de prazer durável por meio da antecipação e da lembrança do encontro com o objeto (coisa ou pessoa). O que conta é o valor sentimental da vivência. A narrativa e a fantasia concernentes a ela são o recheio que tornam possível a felicidade sentimental. Na segunda, o prazer está diretamente condicionado à presença física do objeto. Evocar o momento não garante um nível satisfatório de prazer. Os objetos devem estar sempre ao alcance das mãos e serem diversificados.

Se antes o corpo era um meio para transformar o mundo e dar vazão às vontades daquele ao qual pertence, agora o corpo é um fim em si mesmo. Habitar o mundo em

posse de um corpo saudável garantiria ao sujeito o melhor exercício da vida mental nas esferas política, sentimental, religiosa, laboral, social e familiar. Hoje, o próprio corpo físico é o que garante a admiração moral. Além disso, enquanto antes as sensações físicas era um meio de enriquecer a memória das experiências vividas com o semelhante a serem evocadas posteriormente – produzindo satisfação – hoje, a situação é outra. As sensações físicas são o que há de principal em uma experiência vivida. Aquilo que requer tempo ou paciência e não traz o prazer sensorial imediato não é desejável.

A cultura somática nos seduz com a possibilidade de uma vida sem complicações e repleta de vantagens, mas a promessa de calma logo revela sua face de tormenta. Paradoxalmente, quanto maiores os esforços para a obtenção de prazer, maiores os sacrifícios e a frustrações. Seja por ideais inatingíveis propagados pela mídia, seja pelo esforço que eles requerem para que sejam alcançados.

No plano das relações, o culto ao corpo pode levar a um enfraquecimento dos laços humanos. O sujeito fechado em seu narcisismo tem menos preocupações com suas condições psicológicas (que tem papel fundamental na relação com o outro) que com sua forma física. Segundo Costa (2005) haveria um desprezo pelo próximo que contrasta com a admiração pelas celebridades presentes nas campanhas publicitárias – que não nutrem por nós qualquer apreço. E somemos aqui outra contrapartida: dependemos do próximo para obtermos o reconhecimento desejado. Afinal, uma imagem perfeita não tem a mesma serventia narcísica se não é aprovada pelo olhar do outro.

O lugar central do corpo na atualidade é notável ainda no crescente sucesso das terapias cognitivo comportamentais, e no número de matérias midiáticas sobre processos neuroquímicos responsáveis pelas emoções e outras funções cognitivas.

1.4.1) O cérebro como ator social e o lugar de incontestável da ciência:

A respeito da tão falada derrocada dos valores no contemporâneo, Costa (2005) afirma que os indivíduos não abandonaram os referenciais externos para ficarem envoltos em suas bolhas narcísicas. Ainda há atribuição de juízo de valor, hierarquia de ações que vão do bem ao mal, do certo ao errado. O que mudou, no entanto, foi o que está no topo desta hierarquia. A ciência se transformou naquilo que supera as

prioridades do indivíduo e servirá como bússola para a sociedade. Diante das autoridades destronadas e de uma abertura a sentidos e interpretações cada vez mais plurais, a ciência, com seus experimentos concretos e fórmulas matemáticas tornou-se aquilo que deve ser seguido – e assim é propagada pelos meios de comunicação, ainda presos ao ideal positivista de ciência neutra em relação ao corpo social e descortinadora do real. Com seu discurso duro e objetivável, a ciência é tida como lugar da verdade absoluta e do sentido da vida.

O papel de morada da verdade antes conferido a Deus agora é conferido ao discurso científico. Além dos critérios de validação experimental, a ciência faz as vezes de um Deus quando estende os limites da expectativa de vida, joga com a fronteira entre a vida e a morte e, até mesmo, opera “milagres”. Se a Bíblia mostra Jesus multiplicando peixes e fazendo um paraplégico caminhar, a ciência das últimas décadas foi capaz de clonar seres vivos, e já há relatos de paraplégicos que voltaram a caminhar por conta da terapia com células-tronco.

Stengers (2002) cita o experimento do plano inclinado de Galileu Galilei como inaugural de um fato científico, que permite ao cientista se retirar da cena do experimento, ou seja, o movimento no plano independe da presença do autor. Assim, a lei do movimento depende apenas do fato. E mais do que isso: cria um acontecimento incontestável, que mostra que a descrição correta do movimento é aquela exibida por Galileu. A verdade fica então moldada àquele dispositivo experimental. “O mundo fictício proposto por Galileu não é somente o mundo que Galileu sabe como questionar, é um mundo *que ninguém pode questionar de um modo outro que o dele*” (Stengers, 2002, p. 106). O dispositivo, ao exibir um fato, encena uma verdade, e faz da explicação de Galileu acerca da mesma algo irrefutável, além de desqualificar outras interpretações divergentes da dele.

A ciência será a instituição em torno da qual todas as outras vão se organizar. Trabalho, família, política, religião continuam existindo e sendo referência para várias pessoas, porém, com uma tonalidade mais individual, uma vez que não existe mais um modo exato e incontestável de enquadramento e é maior a liberdade de escolha (vários arranjos familiares, vários modos de exercer a profissão, credos diversos, etc.). O parâmetro científico será estendido para todas as outras esferas da vida anímica.

“Entre os fabricantes de opinião, em especial a mídia, o mito científico encampou o direito intelectual de falar do lugar da Verdade, provocando uma reviravolta no terreno dos valores. As formas de vida, antes referendadas por valores religiosos, éticos ou políticos, passaram a se legitimar no plano do debate científico. O que era medido por critérios pertencentes à esfera dos ideais morais passou a ser avaliado por métodos de controle e validação experimentais. A virtude moral deixou de ser o único padrão de vida reta e justa. Agora, o bom ou o Bem também são definidos pela distância ou proximidade da “qualidade de vida”, que tem como referentes privilegiados o corpo e a espécie.” (Costa, 2005, p. 190)

Acerca da neurociência, Ehrenberg (2009) cita o modo como seu domínio passou de doenças neurológicas e funções – como movimento e sentidos – para as emoções, comportamentos sociais e sentimentos morais; ou seja, o domínio do espírito; o que foi facilitado pelos procedimentos de imagéria cerebral e biologia molecular. A “biologia do espírito” seria reflexo da crença individualista de que o homem está “fechado na interioridade de seu corpo, lugar de sua verdade” (p. 190) e que depois se relaciona com outros para formar o social. Este modelo é chamado por ele de *Sujeito Cerebral*.

O autor rebate esta concepção argumentando que à biologia caberia incidir sempre sobre os corpos, excluindo de suas operações quaisquer variáveis subjetivas que façam menção ao “espírito” ou ao social, sob pena de comprometer a fidedignidade de seu estudo. Sendo assim, esse “programa forte” das neurociências – que se arrisca na esfera concernente às relações sociais – já partiria de um erro lógico.

Os cientistas tendem a dizer que há uma ponte entre os mecanismos moleculares e os estados mentais – ansiedade, medo, raiva, delírio, cognição em geral. Assim, o cérebro criaria o “espírito”. Para eles as doenças mentais devem ser entendidas nos moldes das doenças somáticas complexas – que têm causa multifatorial. Sendo assim, o cérebro – mais especificamente suas lesões e disfunções – seria a principal causa da doença mental. Já nos casos de normalidade, o sujeito é reflexo de sua fisiologia cerebral, ou seja, o sujeito é o seu cérebro. Sua bioquímica é a matriz de sua vida anímica e o faz ser aquilo que é.

Para promover tal contestação, Ehrenberg (2009) coloca que as causas fisiológicas de sentirmos o que sentimos se encontram no cérebro, mas o corpo físico

está imerso em um universo social, de linguagem. Logo, a existência de uma alteração cerebral não é argumento que se sustente por si só.

Conhecer um cérebro serviria apenas para identificar uma pessoa dentre tantas outras de sua espécie; diferenciá-la, dizer que é ela e não outra. Mas as características orgânicas, os mecanismos biológicos a nível molecular, só são desencadeados em determinadas situações. Poderíamos ver características de personalidade mais destacadas que outras, mas não determinar o que ou quem despertaria essas características. Elas só aparecem porque o sujeito está *inserido em um contexto*, está *em relação com um semelhante*. O sentido desta personalidade, desta identidade, só é visto no social, em relação com os outros.

Nesta forma de subjetividade que prima pelo cerebral em detrimento da linguagem, deixa-se de levar em conta os conflitos, dilemas e contradições inerentes a qualquer ser humano que viva em sociedade e tenha de se haver com as contingências de seu entorno, que possua uma dependência patente do outro. Os conflitos passam a ser explicados através das estruturas cerebrais. Passamos de uma tentativa de compreensão mais profunda das questões a uma rasa descrição de sujeitos.

Notamos que a presença do cérebro nas mídias é cada vez maior. Ele vira uma chave rápida e objetiva para solucionar toda a sorte de problemas: desde os patológicos – depressão, ansiedade – até os comportamentais da vida cotidiana, o cérebro está cada vez mais presente nos manuais de autoajuda e matérias de revistas que dirigem o sujeito a uma vida mais saudável e socialmente bem aceita. É a valorização social do cérebro, que rompe as barreiras do laboratório.

Para Ehrenberg (2009), o sucesso das neurociências em nossa sociedade se deve ao fato de dar respostas simples que, além de atenderem ao “ideal de autonomia individual generalizada” – pois concentra todas as causas nos indivíduos –, “(...) permitem, hoje, consolar quem – na realidade, a maioria de nós – tem dificuldades de encarar o mundo de decisão e ação que se edificou sobre as ruínas da sociedade da disciplina, aquela que conhecia o respeito à autoridade cuja perda é objeto de lamentações cotidianas” (p. 202). O componente biológico ameniza os pesos das tomadas de decisão e de responsabilidade que são exigidas das pessoas, pois a culpa é do cérebro; justifica – ou seja, vira razão – de qualquer fracasso, admitindo, ao mesmo tempo, soluções mais simples, como as de ordem pedagógica ou farmacológica.

Rose (2010) enxerga um panorama menos reducionista. Menciona casos de conhecidos que se convenceram de uma desordem biológica como etiologia de seus transtornos depressivos, por não terem obtido melhora somente com métodos psicoterapêuticos. Cita estudos etnográficos com bipolares, revelando que boa parte dos acometidos por essa desordem afetiva creem em uma causa orgânica cerebral para seus problemas. No entanto, nem essas pessoas nem seus clínicos consideravam que eram marionetes de seus cérebros, mas sim pessoas com cérebros, e que podiam alterá-los por meio de drogas – a principal forma levantada para curar a patologia. Não há a ideia de que são “cérebros sobre pernas” e que a mente se resume às atividades cerebrais.

A geneticista Mayana Zatz (2006) afirma que o determinismo genético é impensável, uma vez que mesmo os estudos iniciais mostram que a interação com o ambiente é fundamental para que uma certa característica ou tendência se desenvolva ou não. Sendo assim, vemos que há, mesmo que pequeno, um espaço reservado para interpelar questões sobre o sujeito. O que está em jogo, no entanto, é uma maneira de pensar e gerenciar a questão, como intervir nela.

Na segunda metade do século XX, tivemos na Europa e nos Estados Unidos o que Nikolas Rose (2003) chamou de “sociedades psicofarmacológicas”. Manifestações como tristeza e ansiedade, mesmo que em níveis baixos, são cada vez mais medicadas. O número de desordens psíquicas catalogadas é cada vez maior, e as questões relativas ao psiquismo têm sido recorrentemente alvo de intervenção medicamentosa, num remodelamento de capacidades subjetivas. Desequilíbrios psíquicos, como a depressão, são vistos como um funcionamento anormal do cérebro que pode voltar a um estado homeostático após uma interferência de ordem farmacológica. O “Eu Neuroquímico” (*Neurochemical Self*) de Rose é análogo ao que Ehrenberg batizou de Sujeito Cerebral.

Podemos falar uma biologização do psíquico (que converge com a *cultura somática* vigente e o esvaziamento dos referenciais morais no social). Se a psicologia, no século XX, forneceu instrumental para a compreensão do indivíduo e do social,

“a base de certos tipos de competências para gerenciamento de nossos *selves*; proporcionar uma diversidade de maneiras de tornar problemas sócio-políticos inteligíveis e tornar possíveis programas para intervir neles; fornecer uma linguagem por meio da qual podemos nos imaginar e tornar nossas dificuldades inteligíveis, etc., fornecer a base de certos tipos de competências para gerenciamento de nossos *selves*; proporcionar uma

diversidade de maneiras de tornar problemas sócio-políticos inteligíveis e tornar possíveis programas para intervir neles; fornecer uma linguagem por meio da qual podemos nos imaginar e tornar nossas dificuldades inteligíveis, etc.”, (p. 312)

hoje é o cérebro quem ocupa esse lugar (Rose, 2010).

Entre os anos 1990 e 2000, o crescimento da prescrição de psicofármacos chegou a 200% na América do Sul (2003), 125% na Europa, 130% no Paquistão, 50% na África do Sul e em regiões “mais desenvolvidas do Japão”, e – pasmem – mais de 600% dos Estados Unidos. Mesmo com diferenças entre os tipos de drogas prescritas – enquanto nos Estados Unidos os antidepressivos respondem pela maior parte das receitas médicas, no Japão, América do Sul e África do Sul, os campeões são os tranquilizantes – os dados são alarmantes.

Rose (2010) menciona diretrizes de saúde pública no Reino Unido. A intenção seria maximizar o capital mental das populações a partir de intervenções no cérebro. Essas intervenções, de ordem farmacológica ou comportamental, seriam feitas a partir da detecção de problemas em várias áreas do social (como por exemplo, educação ou de violência). O cérebro vira um ator social que serve de instrumento para a governabilidade.

O mesmo autor lembra que as intervenções já não se fixam em reconduzir o sujeito de um estado patológico e desajustado ao ambiente para uma normalidade, capacitando-o de circular no social. A meta é prevenir e minimizar futuros riscos, de uma maneira que não se sabe mais quais as fronteiras entre cura, normalidade e aprimoramento de capacidades (Rose, 2003). Um exemplo nítido deste panorama é exibido pelo *website* de negócios *Business Insider*². Ao publicar uma lista com 15 coisas feitas por “super empreendedores” (*overachievers*), o segundo item destaca o uso de fármacos (contra ansiedade e déficit de atenção, por exemplo), para que estejam sempre um passo à frente dos outros em suas atividades.

Ortega (2008) coloca que a crença no cérebro como lugar da essência do indivíduo não se deve apenas ao rápido avanço das neurociências, das tecnologias de neuroimagem nem da localização de áreas cerebrais responsáveis por diversas funções

² Matéria de Abril de 2013, disponível em <http://www.businessinsider.com/15-things-overachievers-do-2013-4>

cognitivas, mas sim a um contexto cultural que favorece o sucesso do “sujeito cerebral”. A ideia de que o sujeito é seu conjunto de neurônios desemboca no desenvolvimento de práticas de si cerebrais (*neuroasceses*), ou seja, modos adequados de cuidar de si a fim de garantir uma alta performance cerebral. Rose (2010) afirma que as intervenções e explicações comportamentais, no tocante à intersubjetividade, são tomadas não mais como algo do puramente subjetivo, mas em como o cérebro responde a essas interações e como pode ser moldado a partir delas. O cérebro serve de eixo balizador para várias áreas e gera prefixos como neuroeconomia, neuromercado, trabalho neurosocial, neuropsiquiatria.

Tomemos aqui um exemplo sobre a subjetividade e processos cerebrais. Há um consenso sobre a causalidade cerebral das depressões. Apesar disso, os clínicos e estudiosos se dividem em dois grupos: aquele que toma a causa neural como uma entre outras e aquele que vê a causa neural como única. Para os primeiros, o cérebro é causa no sentido em que há alterações neurofisiológicas que interferem no estado de espírito, e a manipulação de medicamentos é capaz de reverter esses efeitos. Já o segundo grupo possui um raciocínio reducionista biológico segundo o qual a depressão consiste exatamente nas alterações neurofisiológicas. Este grupo incorre num erro lógico notável: nada pode ser causa e efeito ao mesmo tempo. Se causa e efeito são idênticos, é porque a causa não é causa de nada, e sim o efeito ele mesmo (Costa, 2005).

Passando do registro da lógica para o dos acontecimentos, não é verossímil dizer que a imagem dos processos cerebrais em um sujeito com depressão abarque a totalidade do estado depressivo. Há uma série de sinais não esmiuçáveis por meio dessas imagens, como por exemplo: pensamento lentificado, baixa autoestima, tristeza, ausência de vontade, tendência à inação, etc. Além disso, há diferentes quadros depressivos com relação à duração e intensidade dos sintomas, e as causas ambientais que os engatilharam (rompimento amoroso, fracasso profissional, luto, saudades da terra natal, dificuldade financeiras, doença física grave, etc) (Costa, 2005). A representação imagética de todos os tipos de depressão é igual? Se sim, intervir em uma depressão apenas com base na neurofisiologia seria algo análogo a tomar o sintoma como a doença. Vários sintomas são comuns a vários estados patológicos bastante diferentes. A condição neurofisiológica desencadeia sentimentos ou sensações, mas não abarca a totalidade do quadro depressivo, que possui um sentido na rede relacional que o sujeito ocupa. A dimensão subjetiva da doença não é apreensível pela neurofisiologia.

Ainda acerca do funcionamento cerebral durante certos estados mentais, Ortega (2008) cita um estudo onde foram escaneados os cérebros de oito budistas americanos em estado de meditação tibetana e três freiras franciscanas em oração contemplativa. Em ambos os casos, notou-se aumento de atividade no córtex pré-frontal e diminuição de atividade no lobo parietal posterior superior. O autor ressalta que o estudo confirma o fato óbvio de que todo trabalho mental possui um correlato cerebral. No entanto, o estado de Nirvana é diferente da experiência de comunhão com Deus. Mesmo tendo imagens cerebrais semelhantes, os dois tipos de práticas observados possuem bases teológicas distintas e estão inseridos em contextos socioculturais diversos. Sendo assim, assumir que conexões neuronais e processos bioquímicos alcançam a complexidade de uma experiência psíquica é simplificar a riqueza da vida mental.

Enquanto nas doenças puramente físicas o funcionamento dos órgãos explica a totalidade dos sintomas, nas doenças mentais isso não ocorre. A atividade cerebral que acontece em paralelo aos sintomas não é a causa nem a totalidade do estado depressivo. A depressão é um processo que envolve a esfera relacional dos acontecimentos, a consciência do sujeito de si e do mundo. Envolve padrões de pensamento e comportamento usuais do sujeito, mas também respostas físicas e mentais não usuais, que especialmente ocorrem em situações únicas – e cujos efeitos podem reverberar por mais tempo (Costa, 2005). Podemos incluir aí ocasiões em que o sujeito executa um ato em que não se reconhece. Esses acontecimentos, tão caros à psicanálise, são surpreendentes até para quem os provoca por destoarem da unidade egóica coesa. Como será esmiuçado mais a frente neste trabalho, é justamente aí que o sujeito dividido da psicanálise aparece.

Essas respostas, específicas e sob medida para certos eventos, não se repetem. Por isso mesmo não podem ser englobadas em um padrão a ser investigado ou medido, sobre o qual possamos intervir. Crer ser possível representar a totalidade da depressão em imagens é o mesmo que crer ser possível “conhecer o padrão neural de um músico que, em um dia feliz, comove a plateia com um desempenho excepcional ou de um jogador de futebol que marca um gol e leva seu time à vitória em uma partida final de campeonato” (Costa, 2005, p. 219). Possibilidades como essa estão sujeitas a inúmeras variáveis orgânicas e ambientais, e o fluxo da vida relacional “não para a fim de que a ciência possa, a seu bel-prazer, fixar qualquer um deles em imagens ou traçados” (idem, p. 220). As imagens cerebrais não dão conta da dimensão subjetiva da experiência.

1.5) *Os ataques à psicanálise:*

Para concluir, diante do exposto sobre o papel do corpo e os tratamentos de base biológica, mostraremos um pouco das críticas sofridas pela psicanálise. Muitos questionam no que o tratamento psicanalítico seria diferente de uma mera sugestão, onde o analista influenciaria o paciente conforme sua própria moral. A respeito disso, Freud (1912a/1996) se defende dizendo que a psicanálise analisa inclusive a transferência. Além disso, a segunda tópica da teoria psicanalítica traz outro suporte para esta questão, a saber, o conceito de pulsão de morte. Freud (1930/1974) expõe como as duas modalidades pulsionais – de vida e de morte – funcionariam em estado de fusão e desfusão, trabalhando juntas. Sendo assim, na cena transferencial, a força desarticuladora da pulsão de morte entraria em cena para limitar o amor incitado pela pulsão de vida. Esse mecanismo relativizaria o poder da figura do analista. (Birman, 2010). O tema da transferência será mais desenvolvido no 3º capítulo deste trabalho.

Críticas relacionadas à técnica psicanalítica foram feitas, argumentando a ineficácia da mesma, uma vez que o fenômeno transferencial seria universal – inerente à estrutura da própria neurose – e, por conseguinte, não dependeria de um setting terapêutico para desabrochar. A resposta para isso é que a psicanálise não tem como objetivo o aparecimento da transferência, mas o trabalho sobre ela – que também é vista como resistência (Herzog, 1988).

Em 2005, tivemos na França a publicação de um livro intitulado “*Le Livre Noir de La Psychanalyse*”, organizado por autores adeptos das teorias cognitivistas e comportamentais, na tentativa de destruir a psicanálise em suas bases, colocando-a como uma prática obsoleta, ineficaz e incompatível com mundo em que vivemos.

O livro, que tenta derrubar a credibilidade da psicanálise, não tem esse nome à toa. Faz alusão a “O livro negro”, publicação francesa de 1995 que traz testemunhos de judeus sobreviventes do nazismo. Nestes termos, a intenção parece ser de denunciar um crime de massa cometido pela psicanálise contra seus incautos pacientes, vítimas de uma picaretagem e de uma teoria sem qualquer eficiência prática. Houve outros “livros negros” publicados na França, sempre com o mesmo tom de denúncia. (Perelson, 2011).

Os duros ataques por parte dos comportamentalistas e as defesas fervorosas dos psicanalistas fizeram com que o debate se estendesse através das mais diversas formas de mídia (rádio, televisão, jornais, revistas, internet) assim que foi lançado. Há críticas sobre um suposto mercenarismo dos psicanalistas, sobre a teoria psicanalítica calcada no inconsciente não admitir críticas – já que todas seriam encaradas como resistências. Já alguns psicanalistas criticaram a quantidade de ódio contida nos textos, proporcional à precariedade de sua fundamentação teórica, e denominando as TCC como técnicas de adestramento humano baseadas na lógica vigente do imediato e do rentável.

Elisabeth Roudinesco (2005) relata que autores psicanalistas são atacados de forma violenta, e que o próprio livro possui falhas, como alguns dados numéricos apresentados e algumas interpretações “delirantes”. Psicanalistas seriam retratados como profissionais que exercem má influência nas instituições onde estariam “infiltrados”, que só pensam em dinheiro, e que partem do princípio de que todos os seus pacientes passaram por abusos sexuais na infância. Aqueles que escrevem o livro argumentam que a psicanálise está em derrocada em todos os países ditos civilizados, ao contrário da França e da América Latina, onde ainda encontraria refúgio. Ignoram sua expansão nos países do antigo bloco soviético e as configurações sociais de uma sociedade voltada para o consumo e produção desenfreados, que tampona com mercadorias questionamentos acerca de sua lógica.

Freud é taxado como um impostor e mentiroso que seduziu a humanidade com histórias inventadas, tendo sido acusado de deixar seus pacientes em péssimo estado por prometer falsas curas que nunca seriam atingidas. O livro trata com total descrédito os tratamentos psicanalíticos, que são considerados calcados em uma falsa ciência, baseada em estudos clínicos falaciosos e levianos. Os terapeutas adeptos da Terapia Cognitivo Comportamental são apontados como os únicos capazes de dar conta do mal estar que acomete os sujeitos no mundo contemporâneo.

Vale lembrar que a TCC se apoia no conjunto de premissas da neurociência. Porto et al. (2008) tratam o diálogo entre TCC e neurociência como o diálogo entre mente e cérebro, uma vez que certos pensamentos, dependendo de seus conteúdos, têm o poder de gerar maior ou menor secreção de certos neurotransmissores por parte dos neurônios. Os autores evidenciam a importância dos estudos sobre os circuitos neurais envolvidos na melhora de sintomas decorrente de um tratamento bem sucedido com a

TCC. Conhecer esses circuitos contribuiria para um refinamento das técnicas e maior eficácia dos tratamentos. Uma vez que muitos transtornos estariam associados à dificuldade de controlar o medo e de regular emoções negativas, o conjunto de técnicas da TCC, que propõe a extinção do medo condicionado e a regulação cognitiva das emoções, possibilitariam a cura do paciente de sua patologia.

A psicanálise é apontada pelo Livro Negro como uma prática nociva, que atrasa a vida daqueles que procuram escuta para suas questões. Psicanalistas, por sua vez, seriam criaturas atrozetas que organizariam uma espécie de complô para disseminar suas ideias obscurantistas na máquina da saúde pública francesa. Diz Roudinesco sobre o “livro negro”: “O tom geral é o de um libelo de acusação que visa reduzir o indivíduo à soma de seus comportamentos e denunciar toda tentativa de explorar o inconsciente.” (Roudinesco, 2005, p. 21).

Para Badiou (2012), os ataques à psicanálise são resultado de uma crise global que pretende substituir o sujeito pelo indivíduo. O segundo é condensado em seu corpo, identidade, vontades e condição social. O primeiro está no indivíduo, mas não se restringe a ele. É um conjunto de capacidades que o permitem pensar, criar, compartilhar com a coletividade, extrapolando os limites do individual. Essa capacidade de transformação, para o autor, é a condição para a liberdade. Por conta disso, a psicanálise, além de terapêutica, seria emancipadora.

Ao ser questionado sobre o porquê de não se admitir o envelhecimento do pensamento de Freud, e que as neurociências seriam capazes de dar conta de todas as questões humanas, Jacques-Allain Miller (2005) diz que, por meio de exercícios e treinamentos (bases da TCC) pode-se até extinguir determinado sintoma, mas suas causas inconscientes permanecerão nebulosas, e a manifestação sintomática deverá reaparecer de outra forma. Diz que a psicanálise tem efeitos terapêuticos, e que parte deles consiste justamente em colocar em questão a noção de “cura”, já que não há cura para a condição humana. Segundo ele, a TCC, conjunto de técnicas de aprendizagem e condicionamentos que só dão conta de comportamentos observáveis, não se constituem de maneira alguma em uma terapia. Miller critica ainda o fato de uma linha terapêutica limitar-se a adestrar um humano tal como se faz com animais. Ainda a respeito da terapêutica, Judith Miller (2007) explica que

“(…) a psicanálise permite àquele que se dirige a um psicanalista encontrar outras soluções diferentes daquela constituída pelos sintomas de que padece. A psicanálise não se propõe a ‘ajudar’, como vocês dizem. E hoje, um século depois de publicada ‘A Interpretação dos sonhos’, ela está em condições de fazer reconhecer o direito de cada um de se inscrever no laço social particular” (p. 80).

Este livro – e seu sucesso na França – é um exemplo de como métodos que convidam a uma elaboração são cada vez mais atacados, privilegiando-se muitas vezes respostas rápidas, reducionistas e superficiais.

Sintetizando para concluir, as estruturas de linguagem trazem solidez, sentido ao mundo. Com a derrocada de instituições tradicionais e quebra de uma verdade única, começou a busca por outras. Mas agora, a busca por referências, antes ancorada privilegiadamente na linguagem – mediadora das trocas humanas – está cada vez mais referida ao corpo. O sujeito desamparado em busca de respostas acha refúgio na concretude orgânica. A conjuntura capitalista e a crença da ciência como reveladora do real impulsionaram este panorama. Neste contexto, as neurociências vêm ganhando projeção.

A ideia de que devemos ser sempre felizes e bem sucedidos causa sofrimento quando não é alcançada. E neste contexto, a concepção de uma origem cerebral faz com que não seja questionada a conjuntura social que produz sujeitos ansiosos e infelizes; atende a uma demanda por desresponsabilização, pois a “culpa” é do cérebro; desmerece diferentes modos de estar no mundo, diferentes tipos de personalidade, em favor de um só; cria a ilusão de soluções sempre fáceis para a felicidade. A noção de subjetividade originada e residente no cérebro dá a todos a esperança de potencializar as capacidades cognitivas e o controle emocional, em um mundo que exige que sejamos sempre objetivos, eficazes e competitivos, e onde os limites para o sucesso não devem existir. Por isso, é compreensível que a biologia seja evocada até quando não é adequada à situação, ocupando um papel semelhante ao que as práticas mágicas ocupavam no mundo antigo. Nestes termos, a ideia de que o cérebro é a causa do funcionamento subjetivo passa a parecer, então, verossímil.

O exposto até aqui não visa ter um tom saudosista ou desmerecedor com relação à importância do organismo. Dizer isso seria contradizer, inclusive, a teorização de Freud, que atestou a importância do corpo na constituição e funcionamento do sujeito.

Porém, se queremos compreender os males do presente, faz-se mister olhar a história e analisar criticamente o panorama atual. Cabe questionar se os ideais traçados e a cultura somática não estão cobrando um preço alto demais e merecem ser revistos. Além disso, é preciso questionar os limites da ciência no que diz respeito ao mal-estar psíquico dos humanos, seres de linguagem, imersos em um contexto e suscetíveis ao acaso e contingências não controláveis ou reproduzíveis em laboratório. E mesmo que se admita a possibilidade de intervenção no organismo, há o risco da normatização de condutas que tampona o lugar do sujeito. O que veremos nos próximos capítulos deste trabalho é como a psicanálise preza por um modo de intervenção terapêutica que valoriza aquilo que é peculiar a cada um, com sua bagagem histórica, potencialidades e limitações.

CAPÍTULO II

O SUJEITO DA PSICANÁLISE

No primeiro capítulo, abordamos tratamentos que têm nas ciências biomédicas suas bases teóricas. Esses tratamentos, que manejam a cura de modo a “educar” o paciente para modos mais adaptativos de operar ou por regulação neuroquímica, têm como base um padrão de normalidade que surge de certos ideais sociais. Angústias e tristezas devem ser tamponadas em nome da proatividade e independência exigidas pelo mercado. Desta maneira, o foco deixa de se restringir a um mal-estar sentido e busca-se também uma otimização das capacidades valorizadas. Além disso, por mais que se leve em conta o sofrimento do homem em seu meio, o desconforto é olhado por uma ótica que prima mais por lucros financeiros que por um bem-estar dos sujeitos. Enxerga-se mais um organismo que não se adapta a um meio do que um meio que esmaga individualidades. Neste capítulo, será exposto o sujeito tal como enxergado pela psicanálise: singular, marcado por sua história, seus vínculos e seu modo de se apropriar da linguagem. Por ter nascido justamente de casos clínicos em que o sintoma não tinha causas orgânicas, a psicanálise toma por base as *relações* do sujeito com seu entorno.

Por meio de suas investigações clínicas, Freud abandona a ideia de uma teoria factual – onde uma sedução traumática seria o agente etiológico das neuroses – para uma teoria da fantasia que se pode dizer hermenêutica – onde mais do que se ocorreu ou não algum fato, o que importa é a leitura que o sujeito faz de certos acontecimentos. Ao passar do valor do fato para o valor da narrativa, Freud põe em questão, além da história pessoal, a linguagem que subjetiva e media as relações com o mundo. Assim, uma história deve ser compreendida sempre à luz do modo como é contada. O homem é um animal de linguagem.

O termo “sujeito” não era usado por Freud, que apenas falava em Eu, Isso, Supereu, Inconsciente e Consciente. Foi Jacques Lacan, em seu retorno a Freud, quem introduziu esta palavra para designar o modo como a psicanálise concebe o ser humano. Um ser que não se restringe a seu aparato orgânico, diferente do indivíduo psicofísico dividido entre mente e corpo. Um sujeito marcado pela singularidade de sua história, acossado pela pulsão e constituído de identificações com o próximo. Diferentemente do

sujeito cartesiano da filosofia clássica – cuja existência só pode ser comprovada por meio do pensamento consciente – o sujeito da psicanálise é marcado pela ação do Inconsciente: é, onde não sabe que é; pensa, onde não sabe que pensa. Nas palavras de Freud, “o ego não é o senhor da sua própria casa” (1917/1976, p. 178).

Pacheco (1996) afirma que os conceitos de pulsão – de vida e de morte – e de inconsciente e seu interesse pelo estudo antropológico apontavam sua inclinação para pensar a questão da formação do sujeito. Em *Projeto para uma Psicologia Científica* (1950[1895]/1996) já é possível enxergar a semente da noção de Inconsciente. Trata-se do aparelho neuronal, que ao registrar as experiências de dor e satisfação, cria trilhamentos facilitados que guiarão o sujeito em escolhas posteriores, fazendo com que este tenda sempre a um determinado modo de operar.

A partir de 1900, com o nascimento da Psicanálise, encontramos o esforço de Freud para mostrar como fenômenos simples, no entanto enigmáticos para aquele que os abriga, seriam indícios da existência de uma instância Inconsciente. As formações inconscientes – sonhos, lapsos de língua, chistes, atos falhos e sintomas neuróticos – seriam fruto do funcionamento dessa instância. Esses fenômenos são chamados de formações de compromisso entre os sistemas Consciente e Inconsciente. Desejos conflitantes com a consciência e a moral civilizatória são mantidos inconscientes através do mecanismo do recalque. Desta forma, são travestidos pela censura. É o único meio de ascenderem à consciência e encontrarem descarga libidinal. Por isso, o Inconsciente, lugar das representações recalçadas e da causa psíquica, aparece nos pedaços da fala em que o sujeito não se reconhece.

2.1) O Conceito de Pulsão:

Toda a metapsicologia que Freud concebeu na tentativa de elucidar o psiquismo humano é impossível de ser pensada sem o conceito de pulsão. A psicanálise tem a pulsão como conceito fundamental: o que está no limite entre o somático e o psíquico. Ao contrário do instinto, que possui objeto pré-definido, a pulsão não tem estabelecido previamente nem seu objeto nem sua forma de satisfação, que serão moldados conforme a história do sujeito.

Em seu texto “*Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*” (1905/2002) Freud nos apresenta sua primeira definição de Pulsão:

“Por ‘pulsão’ podemos entender, a princípio, apenas o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente, para diferenciá-la do ‘estímulo’, que é produzido por excitações isoladas vindas de fora. Pulsão, portanto, é um dos conceitos da delimitação entre o anímico e o físico. (...) em si mesma, ela não possui qualidade alguma, devendo apenas ser considerada como uma medida de exigência de trabalho feita à vida anímica. O que distingue as pulsões entre si e as dota de propriedades específicas é sua relação com duas *fontes* somáticas e seus alvos. A fonte da pulsão é um processo excitatório num órgão, e seu alvo imediato consiste na supressão desse estímulo orgânico.” (Freud, (1905/2002, p. 46)

A explicação acima apresentada corresponde ao conceito de pulsão sexual, e o próprio Freud, em uma nota de rodapé acrescentada em 1924, admitiu ser a pulsão aquilo que há de mais importante, porém de mais incompleto na teoria psicanalítica.

São quatro (04) os termos da pulsão (Freud, 1915/1976):

- Pressão (*Drang*) – um impacto constante, que exige descarga motora e alívio das tensões.

- Finalidade (*Ziel*) – é a satisfação, que pode ser obtida por diversos meios (alvos) e que deve anular a fonte de estimulação. Nem sempre a satisfação é obtida com o prazer consciente. Outro ponto a ser ressaltado é o de que a satisfação é sempre parcial, pois a energia pulsional não é totalmente descarregada – o que faz com que a pressão nunca cesse por completo.

- Objeto (*Objekt*) – aquilo através do qual o impulso encontra satisfação. É o que há de mais variável. Inicialmente, pode ser qualquer coisa (visto que não é algo pré-programado geneticamente). Posteriormente, cria-se a demanda por objetos específicos que o sujeito vai elegendo ao longo da vida.

- Fonte (*Quelle*) – processos somáticos que ocorrem no corpo. O lugar onde o impulso se origina, de onde parte o estímulo. Boca e ânus são zonas primordiais devido à estimulação do outro desde a mais tenra idade (a exigência por comida e pelo controle dos esfíncteres), que dá contorno a essas zonas.

A pulsão é acessível através de seus representantes psíquicos. Por entrarem em curto-circuito com a moral social e o Eu, algumas ideias permanecem recalçadas no Inconsciente – segundo a visão dinâmica da metapsicologia, concernente ao conflito psíquico. Do ponto de vista econômico, concernente à energia psíquica, essas ideias permanecem sempre investidas de energia libidinal. A satisfação pulsional deriva da descarga de libido, diminuindo a tensão no aparelho psíquico. Deste modo, as ideias recalçadas, imantadas por libido, buscam sempre voltar à consciência visando no mundo externo um objeto que possibilite a descarga de energia. O aumento de tensão é vivido como desprazer, e a descarga, como prazer.

Sobre este conceito tão difícil de delimitar com exatidão, Laplanche e Pontalis (2004) apresentam outra contribuição elucidativa:

“Pressão interna que, segundo a psicanálise, atua num campo muito mais vasto do que o das atividades sexuais no sentido corrente do termo. Nela se verificam eminentemente algumas das características da pulsão que a diferenciam de um instinto: o seu objeto não é predeterminado biologicamente e suas modalidades de satisfação (metas ou objetivos) são variáveis, mais especialmente ligadas ao funcionamento de zonas corporais determinadas (zonas erógenas), mas suscetíveis de acompanhar as atividades mais diversas em que se apoiam.” (Laplanche e Pontalis, 2004, p. 403).

A pulsão é uma exigência de satisfação que surge a partir da incidência do investimento do outro no corpo da criança. Uma força constante que, ao contrário de estímulos externos, não admite fuga, e só se acalma com uma ação sobre sua fonte.

2.1.1) 1895: o esboço do conceito

Freud, em “*Projeto para uma psicologia científica*” (1950[1895]/1996), define sua proposta como uma psicologia para neurólogos, tentando encontrar no cérebro as bases para os processos psíquicos. Apesar de pré-psicanalítico, este texto já carrega em si a ideia do que seria a formação de um circuito pulsional, um modo de obter satisfação diretamente atrelado às vivências pessoais mais primitivas, e que o sujeito tende a voltar a percorrer.

A primeira vivência de satisfação seria estruturante do modo de funcionar do aparelho neuronal – composto por neurônios e um *quantum* (Q) de energia. Na primeira vez em que o recém-nascido sentisse fome, os neurônios seriam ocupados por energia. Isso levaria a respostas reflexas, como o grito, o choro e a agitação motora, as quais consistem na única forma de eliminação da excitação externa que acomete o aparelho neuronal. Tal reação, embora não seja capaz de eliminar o desprazer, uma vez que a fonte de estimulação não seria anulada, funcionaria como um meio de comunicação entre a criança e o adulto, pois faria com que este atentasse para o estado de carência do bebê.

Denomina-se ação específica a alteração do mundo externo de uma maneira específica para interromper uma estimulação endógena – ou seja, conseguir a descarga e, por conseguinte, o prazer. Este mecanismo, ao contrário da alucinação, leva à descarga real – inibe a fonte de estimulação – e por isso leva em conta a realidade. Quando o adulto executasse a ação específica – aquilo que anula a fonte do estímulo, por exemplo, quando a mãe oferecesse o seio à criança – esta, através de ações reflexas, realizaria os movimentos necessários para a alimentação (a sucção, por exemplo) e, assim, a recepção de estímulos internos cessaria, fazendo com que o desprazer desaparecesse. Esta é a vivência primária de satisfação.

Existe uma carência, o objeto que a supre (pode ser qualquer um), e um registro que diz quais movimentos tomar para conseguir este objeto. O sujeito articula esses três registros: a experiência de satisfação é a carência associada aos objetos e aos atos motores necessários. Entra um x de energia no sistema (gerador de tensão) e através do trabalho do sistema (articulação dos três registros) esse x será descarregado através da via motora. Se isso for cumprido, restabelece-se o fluxo de energia e a tensão é desfeita. A experiência mostra que a primeira via a ser seguida é a que conduz à alteração interna (gritos, emoções, agitação, etc), mas não é o suficiente para cessar a fonte de estimulação.

A vivência de satisfação produz descarga eficaz (elimina a urgência que causava desprazer); investimento (ocupação, catexia) de um ou vários neurônios que correspondem à percepção do objeto (para retomar posteriormente a imagem mnêmica do mesmo); e tudo o que envolve a ação específica também fica investido. Passa a

existir, portanto, uma facilitação da trilha de neurônios ativados naquela vivência. A energia do aparelho passa mais facilmente por um neurônio catexizado.

A defesa primária é a tendência que nos empurra a não ocupar representações que gerem desprazer. Estamos sempre buscando prazer (experiência de satisfação), fugindo do desprazer (experiência de dor, traumáticas), e por meio da ação específica agimos no mundo para manter o aparelho equilibrado. Justifica-se isso com o evolucionismo da biologia – é sabido que Freud levava em conta os estudos de Darwin.

Visto que a ação específica requer modificação do mundo real, pode-se apontar aí uma ideia de não-autonomia do sujeito. O mundo não se dobra aos modos específicos de agir de uma pessoa, mas exige intervenções específicas. Não somos capazes de fazer a ação específica sem passar pelo outro. Ela se efetua por meio da assistência alheia. Deve haver, para o vivente, um lugar no outro, e por isso o outro é inaugural na vida do sujeito. Não há escapatória possível.

Esta alteridade nos introduz na ordem simbólica e social. O sujeito deve executar uma ação específica que o enlace ao outro (mesmo que ela lhe custe algo), já que é somente na passagem pelo outro que a possibilidade de satisfação se efetua para a pessoa. É o outro que nos possibilita a satisfação, mas é também ele que pode interdita-la.

Este outro, por sua vez, responde por algo que é da ordem de sua vivência interna, com seus limites próprios. É incompleto e limitado, e é justamente esta sua condição que permite ao sujeito encontrar, naquele semelhante, um lugar. Desta forma, o encaixe entre o sujeito e o outro nunca é perfeito.

Além de um outro idiossincrático, o sujeito deve se haver com a opacidade do acaso da vida. Não há indicação prévia de qual ação deve ser feita e nem garantia de que surtirá efeito. O objeto desejado pode não vir, pode demorar, pode vir de outra forma que não a desejada, em excesso, em escassez, etc. É fácil enxergar, já na teoria freudiana de 1895, como a pulsão contempla a condição trágica do sujeito, desamparado no mundo.

2.1.1.1. *Das Ding e a incompletude*

No que diz respeito ao desamparo e à incompletude do ser humano, encontramos no “*Projeto*” o conceito de *Das Ding*. *Das Ding* (a Coisa) seria o objeto perdido da primeira vivência de satisfação (descrita acima), conforme Freud coloca em seu *Projeto Para Uma Psicologia Científica* (1950[1895]/1996). É mítico, já que não existe objeto que gere satisfação plena. Apesar disso, foi essa marca de satisfação total que foi deixada no sujeito. O que há neste objeto é da ordem do indizível, do impossível, e é ele que o sujeito tentará reencontrar posteriormente.

O modelo da experiência infantil de primeira vivência de satisfação é, para Freud, o contato com a mãe no aleitamento. Ao sentir fome novamente, a criança evoca os traços de memória relacionados àquela experiência prazerosa. No entanto, uma segunda experiência nunca é igual à primeira. Entre a lembrança da Coisa e seus predicados e a percepção atual desta mesma coisa, há uma defasagem: o objeto (componente perceptivo constante) é o mesmo, mas seus atributos são mutáveis. O objeto original era semelhante, mas não idêntico ao atual. Sendo assim, é impossível o reencontro total com o objeto e a plena revivescência da experiência primeira. Haverá sempre um resto, uma lacuna que não poderá ser representada. Isso é *Das Ding*.

Com a interdição ao incesto pela qual passa a criança no Complexo de Édipo, ao mesmo tempo em que se introjeta a lei (na forma de um Supereu), abre-se mão do objeto – que ocupava lugar de *Das Ding* e é recalçado. É isso que permite ao sujeito desejar outra coisa, fazer laço com os semelhantes, ligar a energia psíquica a representações que possam tentar suprir a falta primordial. Esta falta direciona o movimento desejante.

A moralidade também tem sua origem na dependência do outro, uma vez que é este outro que diz o que é ou não permitido, e baseia-se nisso para atender ou não aos anseios daquele que demanda.

2.1.2. *1905: pulsão sexual e zonas erógenas*

Em 1905, com a obra “*Três Ensaios Sobre a Sexualidade*”, vemos novamente que o circuito da pulsão sexual não se forma sem a intervenção daquele que cuida do

infante. Freud fala em “pulsões de autoconservação”, que seriam as urgências fisiológicas do corpo, como alimentação e excreção, responsáveis pela conservação da vida biológica. Ocorre que um bebê, ao ser cuidado pela mãe – ou qualquer um que se ocupe dessa função – tem satisfeitas suas necessidades físicas básicas, mas também tem seu corpo estimulado de diversas formas.

Ao sentir um incômodo, em um primeiro momento, o bebê chora como forma de descarga de tensão. O outro confere ao choro a qualidade de apelo e executa os cuidados para aliviar o incômodo da criança. Em um segundo momento, o choro do bebê será um apelo dirigido ao cuidador, para que execute a ação que propiciará a descarga de tensão. Esse investimento do outro vai erogeneizando o corpo do bebê e criando pontos de tensão corporal que exigem satisfação. Mais que uma demanda pela satisfação de necessidades biológicas, surge uma demanda por atenção. Além disso, ao nomear os incômodos do bebê – é possível apenas inferir que a criança está sentindo frio, calor, fome ou sono –, o adulto acaba por induzir a criança a certo modo de satisfação. Por exemplo, uma mãe que imagina que todos os choros de seu filho sejam causados por fome pode criar nele a tendência a, posteriormente, buscar a comida como forma privilegiada de dissolver seus desconfortos.

Assim, são constituídas as zonas erógenas. Freud (1905/2002) diz que o corpo todo é erógeno, ou seja, qualquer parte do corpo pode servir como fonte de prazer. No entanto, boca e ânus são consideradas zonas privilegiadas. Além de serem responsáveis por funções básicas, essas zonas se tornam privilegiadas porque há todo um investimento do cuidador para que a criança coma e comece a controlar os esfíncteres. São apontadas também a pulsão escopofílica (ligada ao olhar e ser olhado), cuja zona erógena seriam os olhos, e a pulsão de dominação (ligada ao sadismo e ao masoquismo), cuja zona seria a pele. Esta última, por sinal, é vista pelo autor como a zona erógena por excelência.

Essas funções básicas servem de apoio para um modo de se fazer laço com o outro. A comunicação, a sensação de poder fazer algo que o adulto deseja e a satisfação por atender ou negar ao adulto o que ele deseja, tudo isso faz com que se construa uma relação e um laço afetivo. As zonas não são privilegiadas meramente por conta das funções orgânicas que envolvem, mas por conta do papel que encontram na relação entre criança e adulto.

Este fato já aponta a perspectiva subjetivista de Freud em sua teoria psicanalítica sobre a sexualidade, fazendo contraste com uma visão reducionista e biologizante. O investimento em um objeto é visto como uma via de mão dupla: tanto o adulto investe na criança que cuida, quanto a criança investe no adulto, tomando-o como objeto de amor e extraíndo dele a satisfação corporal.

Esta breve exposição indica que toda ação, desde o início da vida, é marcada pela incidência do semelhante. Um sujeito só emerge devido aos cuidados e investimentos libidinais do outro que cuida dele. Sendo assim, o que importa para o arranjo da economia psíquica de um sujeito é como ele é investido e responde a essas interações com o outro. Assim se instaura o circuito pulsional.

2.1.3. 1920: Pulsão de Morte X Pulsão de Vida.

Em 1920 Freud apresenta uma nova classe de pulsão que gerou bastante resistência inclusive em alguns de seus seguidores: a pulsão de morte. Apesar das divergências no meio psicanalítico, Freud (1930/1974) afirma categoricamente que se antes suas ideias sobre este tema eram apenas especulativas, dez anos corridos de investigações tinham tornado impossível não reconhecer a existência desta nova modalidade pulsional.

Em 1905, seu dualismo pulsional consistia em pulsões sexuais X pulsões do ego – aquelas apoiadas apenas em funções vitais que conservam a existência. Em 1914, ao observar pacientes com dificuldades de estabelecerem um laço transferencial com o analista, Freud foi levado a postular um tipo de libido que não permaneceria investida em objetos externos. Deste modo, haveria uma libido objetal e uma libido narcísica, que toma o próprio eu como seu objeto (Freud, 1914b/1976). Na urgência de ter de abandonar algum objeto, a libido seria revertida para o próprio eu, que também se identificaria com um traço do dito objeto abandonado.

Já em 1920, Freud, que há muito se defrontava com o tema da agressividade em sua clínica, esbarrou com alguns fenômenos onde não era possível apontar uma formação de compromisso entre inconsciente e consciente. A compulsão à repetição – presente tanto em atos autodestrutivos quanto em sonhos traumáticos – e a reação terapêutica negativa – onde parecia haver uma recusa do sujeito em sarar de seu sintoma

– fizeram Freud especular sobre a existência de outra classe de pulsão. Nasce assim o segundo dualismo pulsional, consistindo entre pulsões de vida X pulsão de morte.

Contrária à tendência das pulsões de vida (compreendendo pulsões sexuais e do eu), cujo objetivo é preservar a existência e agregar unidades cada vez maiores, haveria uma tendência à morte. A pulsão de morte seria então responsável por conduzir o organismo de volta à vida inorgânica, desagregando essas unidades. Se as pulsões de vida conservam um estado mínimo de tensão no corpo, a pulsão de morte almeja o estado onde é ausente qualquer tipo de tensão. O Princípio de Nirvana, regente destas últimas, opõe-se ao Princípio do Prazer que rege as primeiras: enquanto um busca a descarga energética total, o outro busca a descarga que gera satisfação e mantém uma homeostase com o meio.

As manifestações da pulsão de morte seriam sempre mais silenciosas e difíceis de identificar, enquanto as da pulsão de vida seriam mais facilmente observáveis. No entanto, Freud (1930/1974) enuncia que, assim como Princípio do Prazer e Princípio de Nirvana não se anulam, as duas classes de pulsão costumam operar concomitantemente, o que ele classifica em 1923 como fusão e des fusão pulsional. O maior exemplo de fusão entre as duas pulsões seria o sadismo: a agressividade voltada para o amor. Há ainda a agressividade dirigida para objetos exteriores, que mesmo aparentando ser pura e simplesmente destrutiva, pode ser tomada como a pulsão de morte sob influência de Eros. Neste caso, o organismo não destrói a si mesmo, além da satisfação narcísica gerada pela sensação de onipotência. Pode possibilitar também a dominação de elementos úteis, ou mesmo que poderiam perturbar a vida do sujeito. Em contrapartida, quando o Eu é compelido a conter as tendências agressivas do Isso e consegue fazê-lo com sucesso, a força destrutiva retorna sobre o próprio sujeito.

Freud (1930/1974) frisa ainda que o impulso à agressão é constitutivo de todos os seres humanos, sendo o mais primitivo e o grande entrave à construção da civilização. Esta última existe para, a serviço de Eros, agregar os humanos em grupos e tentar tolher os efeitos devastadores da pulsão de morte.

2.2. *O aparelho psíquico:*

Freud, em 1923, apresenta um modelo de aparelho psíquico não mais dividido apenas em sistemas Consciente e Inconsciente. Para postular a divisão psíquica nas três instâncias – Eu, Isso e Supereu – o autor traça um panorama do que seria o processo de constituição do psiquismo individual.

Sendo a consciência a parte mais externa do aparelho, é a que entra em contato direto com o mundo externo. As percepções externas são sensoriais, e as internas, sentimentos. As percepções conscientes, ao se ligarem a representações verbais – basicamente resíduos auditivos – transformam-se em traços de memória que permanecem no Pré-Consciente, podendo ser evocados em momentos posteriores. Desta forma, só algo que já foi percepção consciente pode tornar-se novamente consciente, e as representações verbais possibilitariam este processo. Na associação livre em análise, a tentativa de tornar consciente o recalcado seria feita justamente na criação de vínculos verbais entre as ideias conscientes e inconscientes.

A instância do Eu, que abriga a consciência, tem dependência direta do sistema perceptivo. Abrange também a parte pré-consciente, apesar de conservar uma porção inconsciente. Freud afirma que “O Ego não se acha nitidamente separado do Id; sua parte inferior funde-se com ele” e que “o Ego é aquela parte do Id que foi modificado pela influência do mundo externo, por intermédio do Pcpt.-Cs.” (Freud, 1923/1976, p. 38-39). No Isso, jazem as ideias que entram em colapso com a consciência, que lá são mantidas pelo mecanismo do recalque. O Eu – lugar da razão – tenta impor um freio ao desejo constante de descarga do Isso – lugar das paixões –, considerando as contingências do mundo externo. Ao mesmo tempo em que tenta “transformar em ação a vontade do Id, como se fosse sua própria” (Freud, 1923/1976, p. 39), substitui o Princípio do Prazer pelo Princípio de Realidade. Assim como as percepções norteiam as ações do Eu, as pulsões norteiam as do Isso.

Além da percepção do mundo externo, que fazem com que uma parte do Isso se transforme em Eu, Freud cita as percepções internas de prazer e desprazer como fundantes da instância que guarda a consciência. “O Ego é, primeiro e acima de tudo, um Ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície” (Freud, 1923/1976, p. 40). Isso significa dizer que o Ego é o responsável pela sensação de unidade corporal do sujeito, que faz com que ele se veja

um indivíduo distinto dos outros. Essa sensação é derivada justamente de sensações corporais, o que faz do Eu uma projeção mental do corpo. É possível ver aí a ideia, já presente em 1905, de como os cuidados do próximo são importantes no desenho de corpo e modos de satisfação que o sujeito tomará para si. Além disso, a ideia de um Eu derivado de sensações físicas rompe com o mito de uma Psicanálise que negligencia o corpo, tomando como importantes somente os processos mentais. Essa afirmação de Freud é mais uma evidência da quebra da dicotomia mente-corpo.

A maior novidade apresentada em 1923 vem a ser a noção de Supereu. Esta instância seria a responsável pela censura interna, ou seja, a consciência moral que cada indivíduo introjeta para ascender à condição de civilizado. Para explicar sua origem, Freud recorre a dois fenômenos essenciais para a emergência de um sujeito: Complexo de Édipo e Narcisismo.

Freud (1930/1974) mostra que o Supereu consiste em uma parte do Eu que, movido pela agressividade, se volta contra ele mesmo. A tensão entre Eu e Supereu é vivida pelo sujeito como necessidade de punição, gerando um sentimento de culpa. A culpa advém de nossa condição de desamparo primordial. Ora, a culpa surge quando o sujeito crê ter feito uma má ação. No entanto, a má ação em si não é necessária, pois a intenção de cometê-la já basta para que a culpa surja. Como as más ações não necessariamente são prejudiciais ao Eu – podem ser, inclusive, satisfatórias – conclui-se que a medida de julgamento para essas ações é sempre dada pelo semelhante. Isso porque um mal feito pode acarretar perda de amor, de assistência e de proteção dos perigos.

“(…) mesmo quando a pessoa não *fez* realmente uma coisa má, mas apenas identificou em si a *intenção* de fazê-la, ela pode encarar-se como culpada. Surge então a questão de saber por que a intenção é considerada equivalente ao ato. (...) Esse motivo é facilmente descoberto no desamparo e na dependência dela em relação a outras pessoas, e pode ser mais bem designado como medo da perda de amor.” (Freud, 1930/1974, p.128)

Se o desamparo é a origem da moralidade, o Supereu é a introjeção da autoridade, o modo como a civilização consegue constranger moralmente os sujeitos e conter as moções de agressividade.

O narcisismo primário, representado pela frase “Sua majestade o bebê” (Freud, 1914b/1976, p. 108), é o narcisismo revivido dos pais. Os progenitores enxergam em seu filho a imagem da perfeição – o mesmo Eu Ideal que outrora acreditaram possuir – e projetam nele tudo aquilo que gostariam de ser. Em um primeiro momento – fase oral da criança – o investimento e a identificação com o objeto são indissociáveis. Posteriormente, a criança percebe não ser a única motivação das ações de seus pais, passa a ser repreendida por algumas de suas ações e se confronta com o tabu cultural do incesto. Esses acontecimentos a levam à perda da sensação de onipotência e a ter de abandonar um objeto. O Eu sofre aí um processo de alteração, onde assimila um traço do objeto perdido, ou seja, identifica-se com ele. Por essa razão, afirmamos que “o caráter do Eu é um precipitado de catexias objetais abandonadas e que ele contém a história dessas escolhas de objeto” (Freud, 1923/1976, p. 43-44). Assim, ao identificar-se com o objeto, o Eu se oferece ao Isso como objeto de amor, como um substituto semelhante ao que foi perdido. Este mecanismo recebe o nome de narcisismo secundário e promove a integração do Eu: as percepções, sensações físicas e identificações anímicas agrupam-se em uma unidade coesa. Deste modo, o Isso é um grande reservatório de libido que, posteriormente, também flui para o Eu por conta das identificações. A libido objetal outrora investida no objeto se converte em libido narcísica.

O Supereu, ao se formar como instância da censura interna, apoia-se na identificação primária, que Freud (1923/1976) inicialmente afirma se dar com o pai, mas posteriormente afirma, em nota de rodapé, que seria mais seguro dizer “com os pais” (Freud, 1923/1976, p. 45). Seria uma identificação imediata que não advém de qualquer perda objetal. Quanto às identificações objetais da infância – cujos efeitos são duradouros na personalidade do sujeito –, Freud toma como base o processo do Complexo de Édipo. No entanto, antes de explicar este conceito, é conveniente dizer que os lugares de pai e mãe são simbólicos, não sendo referidos às figuras literais em si. O modelo familiar patriarcal do início do século XX sofreu vários abalos de lá para cá. O que importa nesse processo psíquico é que alguém ocupe esses lugares, mesmo que não sejam, necessariamente, os pais.

Nos meninos, o investimento objetal é feito na figura materna, enquanto a identificação se dá com o pai. Conforme vai crescendo o amor pela mãe, o pai é visto como obstáculo, o que faz com que esta segunda relação com ele ganhe tonalidade

ambivalente – onde impulsos hostis e ternos convivem lado a lado. Este seria o complexo de Édipo positivo, ou seja, de escolha heterossexual. Ao final, o menino abre mão da mãe como objeto e se identifica com ela ou intensifica sua identificação com o pai. Com as meninas, o enredo é oposto, e o final se dá com uma intensificação da identificação com a mãe. No entanto, Freud (1923/1976) coloca que, devido ao caráter bissexual da criança – oriundo da falta de objeto definido para a pulsão – o mais provável é um complexo de Édipo de caráter dúplice, positivo e negativo ao mesmo tempo. Isso implica dizer que pai e mãe são vistos como objeto de amor e como obstáculos à satisfação pulsional, o que gera atitude ambivalente para com os dois. Apesar de pender mais para um lado do que para o outro, a criança terá para com os dois progenitores atitudes amorosas e hostis.

“O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no Eu, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação no Eu retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do Eu como um Ideal do Eu ou Supereu”
(Freud, 1923/1976, p. 49)

Neste texto, Freud não deixa clara a diferença entre Supereu e Ideal do Eu. Entretanto, em outro momento de sua obra, a diferenciação entre os dois fica mais evidente. Em 1932, na conferência *Dissecção da Personalidade Psíquica*, o Ideal do Eu aparece como uma função do Supereu, um resíduo da identificação com os pais, que servirá de norte para o aperfeiçoamento buscado pelo sujeito ao longo da vida. O Supereu é uma instância independente do Eu, derivada das identificações com os pais e que tem sua crueldade radical explicada pelo mecanismo da melancolia: há introjeção do objeto perdido, e essa identificação total - e não apenas com um traço – provoca uma cisão no Eu. Lacan (1953-54/1986) define um Eu Ideal como um resto da imagem ilusória de perfeição e onipotência do narcisismo primário, que o sujeito tentará reencontrar, ao passo que o Ideal do Eu está no registro do simbólico. “Um está no plano do imaginário, o outro no plano do simbólico – porque a exigência do *Ich-Ideal* toma seu lugar no conjunto das exigências da lei.” (Lacan, 1953-54/1986, p. 157).

O Supereu não é apenas resquício das escolhas objetais primitivas feitas pelo Isso, mas também algo com a função de recalcar essas escolhas feitas no complexo de Édipo. Daí o paradoxo citado por Freud (1923/1976), onde o Supereu ao mesmo tempo

em que exige que o sujeito seja como seu pai (via dos ideais), o interdita, dizendo que há coisas que são prerrogativas únicas de seu pai, e que ele não deve fazer (via da censura). O Supereu é o representante da cultura dentro do sujeito, representando as aspirações mais elevadas e a lei civilizatória. Possui o caráter do pai, que interdita – no complexo de Édipo clássico – a satisfação pulsional irrestrita. Quanto mais forte for o complexo de Édipo e mais fortemente for reprimido pelos pais, escola e arestas morais, mais tirano será o Superego, na forma de uma consciência moral ou de um sentimento inconsciente de culpa.

O Supereu, além de derivar das identificações primitivas, também – e aqui podemos estender isso ao Ideal do Eu – é herdeiro do complexo de Édipo, por ser fundado com base nas identificações parentais vindas do narcisismo secundário, e expressar a submissão do Eu ao Isso:

“... constitui também a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do Isso. Erigindo esse Ideal do Eu, o Eu dominou o complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, colocou-se em sujeição ao Isso. Enquanto que o Eu é essencialmente o representante do mundo externo, da realidade, o Supereu coloca-se, em contraste com ele, como representante do mundo interno, do Isso. Os conflitos entre o Eu e o ideal, como agora estamos preparados para descobrir, em última análise refletirão o contraste entre o que é real e o que é psíquico, entre o mundo externo e o mundo interno.” (Freud, 1923/1976, p. 51)

O Eu é uma parte diferenciada do Isso, além de representar o mundo externo para este último. Tudo aquilo que é tido como mais nobre no homem é da ordem do Ideal do Eu. O descompasso entre as exigências conscientes e aquilo que é alcançado pelo Eu é vivido como sentimento de culpa. Daí a ideia de Freud (1930/1974) que o Supereu foi o modo como a civilização conseguiu fazer com que as normas arranjassem morada dentro de todos os indivíduos, impondo barreiras à agressividade e dirigindo-os para a preservação do coletivo.

2.3. A repetição entre o recalcado e o pulsional:

Em 1917, Freud diz, em uma de suas conferências, que há um sentido oculto, próprio da verdade do sujeito, que insiste em se expressar conscientemente, a despeito

do Eu. O recalque se encarrega de manter o pulsional inconsciente, e ele ressurgue pelas formações inconscientes que o sujeito não consegue compreender.

Se em 1895, quando Freud ainda trabalhava com hipnose, a repetição do *Projeto* era para reviver a trilha deixada pela primeira vivência de satisfação, a repetição do retorno do recalcado traz suas implicações clínicas. Através da fala livre em análise, Freud almejava tornar consciente o inconsciente, comunicando ao analisando as interpretações de seus fenômenos inconscientes.

A partir de suas investigações, sistematiza que a transferência se impõe como uma resistência à associação livre, mas também é essencial, uma vez que por meio dela o sujeito também rememora aquilo que fora afastado da consciência. É a repetição em ato, projetando no analista as figuras parentais, que possibilita compreender a história das relações do analisando (Freud, 1912a/1996).

Em 1914 (*Recordar, Repetir e Perlaborar*), Freud fala que há dois tipos de recordação: lembrar de algo esquecido ou recalcado, ou o *acting out*, que expressa o recalcado através da atuação, repetindo sem perceber. Por exemplo, alguém que não recorda ser crítico e desafiador frente à autoridade dos pais, mas age desse modo no trato com o analista. Nesse texto, a compulsão à repetição tem relação com a transferência e a resistência. No entanto, a transferência é apenas um fragmento da repetição. O passado esquecido pelo sujeito é reeditado em todos os aspectos da vida, e não apenas na cena transferencial. E quanto maior a resistência do sujeito, mais o *acting out* substituirá a recordação, já que o recordar – como ocorre na hipnose – só é possível porque a resistência foi suspensa. Deste modo, o objetivo da análise é a simbolização: elaborar as resistências que levam à repetição pelo ato, conseguindo falar sobre elas.

Em 1919 (*O Estranho*) Freud cita pela primeira vez uma repetição “pura” que ultrapassa o princípio do prazer e visa apenas a própria repetição, e que pode adquirir caráter “demoníaco”. A própria repetição desprazerosa e a recusa em se curar (reação terapêutica negativa) o levaram a postular a segunda tópica. Em 1920, Freud declara que a pulsão por excelência é de morte, em uma repetição acéfala que tende ao retorno ao inorgânico.

O sujeito antes referido às representações inconscientes e à simbolização encontrava um limite não simbolizável, como o umbigo dos sonhos. Na mudança de

paradigma, a energia psíquica desligada desde sempre – não concebida na primeira tópica, pois está a serviço da pulsão de morte – consegue se ligar a outras representações e assim servir ao Princípio do Prazer. É a relação com o semelhante que ocasiona isso. (Pacheco, 1996)

Baseados nas noções de fusão e desfusão pulsional, podemos entender que, nesta fase da obra freudiana, a Compulsão à Repetição é a tentativa de ligar a energia psíquica errante a outras representações, fazendo com que o sujeito busque outras saídas em sua vida, outros destinos para a pulsão. A esse respeito:

“Fica definido que uma parte do psiquismo funciona sob a égide do princípio do prazer, que instala um automatismo do recalque e retorno do recalado, mas fica igualmente definido que algo está para além do princípio do prazer, insistindo como compulsão à repetição”. (Pacheco, 1996, p.31)

Na primeira tópica, afirma Pacheco (1996), a pulsão surge com a representação do objeto da vivência de satisfação, uma vez que só é acessível no consciente por seus representantes, e encontrará saciedade em um objeto. O sujeito do Inconsciente aparece no Eu Pré-Consciente através do retorno da ideia recalçada. Na segunda tópica, há pulsão desde sempre, onde parte da energia se liga, e a parte que não se liga é regida pelo princípio do nirvana. O Eu é Pré-Consciente e Inconsciente, pois tem sua parte final fundida ao Isso. Ao passo que o Eu guarda as representações, o Isso é essencialmente pulsional e inconsciente. O recalçado está nessa interseção, o que significa que todo material recalçado é inconsciente, no entanto, ele não abarca tudo de inconsciente. Há, no Isso, algo para além do princípio do prazer, que não está representado e sobre o qual o sujeito não pode falar. É energia em estado livre, que nos permite compreender a frase de Freud “*Wo Es war, soll Ich werden*” (“*Onde Isso era, Eu devo advir*”).

Em vez de apenas a interpretação das representações recalçadas, há algo na clínica que deve se ater à energia pulsional pura, que insiste em exigir trabalho do sujeito, que só poderá ser simbolizado se sair de um estado desligado para o estado de ligação a objetos. Deve haver produção de algo novo por parte do sujeito.

A existência de um pulsional desligado para além do sujeito das representações recalçadas rompe com a noção de origem. Não basta reconstruir a história das relações objetais primitivas para descobrir uma verdade oculta sobre o sujeito. Além da

determinação histórica que, para ser modificada, exige um rearranjo de investimentos libidinais, deve haver algo da ordem da criação. A mudança de postura com relação à vida implicará algo de invenção, onde o sentido dado à própria história passada é construído no presente, e novos objetivos para a pulsão devem ser buscados. O sujeito escreve sua própria narrativa, inventa sua verdade no *a posteriori*.

Pacheco (1996) coloca que ao trocar o paradigma representacional pelo pulsional, Freud se afasta do ideal iluminista para o qual a ciência descortina a verdade da natureza, e aproxima-se do ideal romântico, onde a arte é o modo mais fiel para retratar a experiência. A elaboração simbólica é feita em cima dos novos sentidos a serem construídos, e não de uma verdade velada e cristalizada que veio à tona. A construção do sujeito passa de uma dimensão científica para uma dimensão ficcional.

Marcas perceptivas sobre as quais o sujeito não pode falar, pois pertencem a um momento anterior à aquisição da linguagem – e conseqüentemente, antes da emergência do sujeito – retornam sobre o sujeito. Ficam armazenadas no Isso, não representadas, inscritas apenas como signos de percepção (*Wahrnehmungszeichen*), desarticulados uns dos outros, que não acham apoio verbal, não se inserem na cadeia significante. São signos perceptivos aos quais Freud (1950[1896]/1996), na *Carta 52* enviada a Fliess, associa o início da constituição da memória, que jazem como algo de indizível, – o que Lacan localizaria, posteriormente, no registro do real – e como o não representável que acossa o sujeito exigindo trabalho, da ordem da Pulsão de Morte. Segundo Pacheco (1996), essas impressões, enquanto presentificação da pulsão de morte:

“... são uma quantidade não representada, apenas passível de ser expressa como angústia. Esse signo é a marca dessa quantidade, pura angústia, (...) quantidade que é o único indício de que há algo primitivamente marcado do qual não se pode falar, mas que insiste, como um signo, sem deslizamento possível.” (Pacheco, 1996, p. 36)

Como já dito anteriormente, só há emergência de um sujeito por conta de um outro que atribui àquele organismo indefeso alguma subjetividade, que enxerga ali um eu. É por haver um reconhecimento de existência por parte do outro que o sujeito pode se identificar com aquela imagem nele projetada, e com o que o outro espera dele. O revestimento pulsional sobre o biológico é feito na interação com o próximo que satisfaz as necessidades do bebê. Articulando o *Projeto, Além do Princípio do Prazer e O Eu e o Isso*: a energia outrora desligada passa a integrar um circuito, encontrando

representações no mundo externo e constituindo um aparelho psíquico. No entanto, os restos que não encontram ligação reincidentem sobre o sujeito. A angústia inquieta o sujeito e, se bem canalizada, pode incitá-lo à ação, à produção de algo novo.

2.4) O Mal-estar na Civilização:

Freud (1930/1974), ao discorrer sobre o mal estar inerente à vida, cita que são três as fontes de sofrimento fundamentais: as forças da natureza, a fragilidade do organismo humano e a as regras que pautam a interação dos homens entre si. Com relação às duas primeiras fontes, o homem se conforma com o fato de que não pode controlar a natureza totalmente. Já com relação à terceira fonte, há uma certa indignação, pois as regras impostas para o convívio em sociedade são muitas vezes vistas mais como um entrave do que como um benefício, o que nos levaria a crer que também neste âmbito podemos encontrar algo que é da ordem do impossível, e que provavelmente remete à nossa constituição psíquica.

O autor coloca o argumento paradoxal de que a civilização seria a grande fonte de nossas insatisfações (e abandoná-la seria a solução de nossos problemas), lembrando que ela mesma representa todo o esforço que o ser humano empreende para se proteger. Freud cita o exemplo das neuroses, que são provocadas por um choque entre os anseios do sujeito e as exigências do social que lhe são impostas. Indica também que o aumento do controle adquirido sobre a natureza e os progressos científicos não foram suficientes para fazer o ser humano mais feliz. E que, portanto, o controle da natureza não basta para a felicidade humana. Destaca ainda que, por maior que seja nosso desconforto com a civilização atual, não temos como dizer que os homens de civilizações anteriores se sentiam mais confortáveis com os papéis que ocupavam em seus meios sociais.

Freud define civilização como “a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos.” (Freud, 1930/1974, p. 96). Diz que consideramos um país como civilizado quando ele dispõe de todos os recursos existentes que permitem ao homem explorar a terra e proteger-se dos fenômenos da natureza, além de ampliarem os limites da capacidade de seu corpo e sua comunicação. No entanto, esses “órgãos

auxiliares” – que podem ser considerados aquisições culturais – são capazes de, ao mesmo tempo, facilitar e dificultar sua vida. Mas além do avanço tecnológico, há outras coisas que esperamos de um país dito “civilizado”, mesmo que essas coisas não sejam de ordem prática, como é o caso da beleza. Há ainda valores como organização e limpeza. No entanto, explicita que o que melhor caracteriza a civilização são as tão estimadas e incentivadas produções artísticas e intelectuais, e o grande valor dado aos sistemas de ideias (religiões, filosofias) e os ideais que se formam com base nessas ideias, as exigências que recaem sobre os membros de uma civilização.

Neste texto, Freud (1930/1974) diz que a civilização se caracteriza pela tentativa de regular os relacionamentos sociais, para evitar arbitrariedades impostas por aqueles que gozam de maior força física. Sendo assim, o passo máximo da civilização constitui-se na passagem do poder do indivíduo para o poder da comunidade. A justiça é um valor fundamental que implica que as leis devem ser cumpridas por todos os indivíduos. O estatuto legal traz o benefício da proteção contra a força bruta, mas exige em troca que o sujeito não faça tudo aquilo que é de sua vontade – sua liberdade é cerceada. A civilização é majoritariamente caracterizada pela renúncia da satisfação pulsional, caso esta venha a colidir com a lei ou a moral. Por conta disso, grande parte dos esforços da humanidade, segundo Freud, concentram-se em encontrar uma acomodação satisfatória entre os anseios do indivíduo e as exigências da comunidade, sem saber se esse conflito é indissolúvel ou se um determinado modelo de civilização seria capaz de abarcar este desejo. A sublimação seria então um destino pulsional criado e valorizado pela civilização, pois dá vazão à pulsão (na forma de um desvio) ao mesmo tempo em que possibilita a criação de obras artísticas e científicas.

Freud (1930/1974) declara que, ao lado da pulsão de vida, que visa a manutenção do corpo, a preservação da unidade, opera também uma pulsão oposta – de morte – que teria por objetivo desagregar, destruir, e levar o organismo até um ponto de tensão inexistente, que seria alcançado com a morte. A agressividade para com o mundo externo seria um desvio dessa pulsão de morte, que por influência de Eros, se voltaria para os outros evitando que o indivíduo se destruísse. Assim, para Freud, a inclinação à agressividade é algo inerente à condição psíquica humana, e constitui o maior dos entraves à civilização. Esta última é um processo desencadeado por Eros, na tentativa de agregar primeiramente os indivíduos, e posteriormente, todos os povos, em uma unidade – a saber, a humanidade. Este projeto é ameaçado pela hostilidade pertencente a

cada um dos homens, que deriva da pulsão de morte. Como já dito anteriormente neste capítulo, o Supereu é a instância que garante a preservação da sociedade, seja por meio da culpa e da submissão às normas, seja através de um Ideal do Eu, que leve o ser humano a aspirações maiores, como a arte, trabalho intelectual, o desenvolvimento de si mesmo e o bem maior. Então, conforme salientado por Freud em 1930, a evolução da civilização é a expressão da batalha entre pulsão de vida e pulsão de morte, ou seja, a luta pela existência.

Podemos concluir então, a partir do que foi exposto por Freud, a existência de um mal estar inerente à nossa própria configuração enquanto civilização. Ao mesmo tempo em que ela se mostra imprescindível para a sobrevivência, exige dos sujeitos o sacrifício da renúncia de suas vontades – seja por meio do controle da agressividade, seja através da moral sexual civilizada.

O sujeito freudiano, se assim podemos dizer, é a junção das representações e afetos de sua história com um *quantum* de energia persistente (a energia pulsional desligada). Está sempre por se fazer no curso de suas escolhas, e submetido a um mal estar insolúvel, fruto da mesma condição civilizatória que garante a preservação de sua vida.

Ao abandonar a hipnose e passar para a associação livre, Freud retira o foco do tratamento dos sintomas de um fato traumático etiológico. Pois se em 1900, a interpretação dos sonhos se debruça sobre o relato do sujeito sobre as alucinações tidas durante o sono, é porque o que importa é a palavra que o sujeito tem sobre ele mesmo e aquilo que o cerca. O que é o sonho, senão uma narrativa em forma de imagens? As representações inconscientes, relativas às experiências de satisfação primordiais, se articulam conforme as leis do processo primário para obterem descarga energética – atendendo ao Princípio do Prazer. Deste modo, o sonho é um pensamento submetido às leis do Inconsciente (processos primários).

Segundo Freud (1923/1976), os traços de memória inconscientes (oriundos das percepções) são traduzidos para o Pré-Consciente – ou seja, tornam-se passíveis de serem lembrados, trazidos à consciência – através de suas associações às palavras. Aquelas representações que não encontram aceitação na consciência permanecem recalçadas no inconsciente, não simbolizadas, não traduzidas para as palavras. Associam-se às representações que possuem acesso ao Consciente – ou seja, possuem

correspondente em palavra – deslocando para essas substitutas a energia a ser descarregada. Por isso Freud (1900/1996) trabalha com a materialidade das palavras, pois nos sonhos elas não obedecem ao sentido da linguagem consciente, mas sim aos processos primários de condensação e deslocamento. Picota-as, desmembra-as em sílabas, joga com as semelhanças de seus fonemas, trata-as como coisas.

O sonho é uma realização de desejo porque, ao deformá-lo para enganar a censura, permite que ele ascenda à consciência. Freud estuda os sonhos tentando elucidar a sintaxe do Inconsciente, traduzindo-a para a linguagem falada (contiguidade expressando relação causal, figuras compostas expressando relação lógica, ausência de negação no Inconsciente). O Inconsciente pulsa até mesmo – e sobretudo – enquanto dormimos, no momento em que a censura interna se encontra afrouxada.

Por isso a rememoração, seja através da associação livre, seja por meio da transferência, era o modo encontrado por Freud para tratar o mal estar de seus analisandos. Poder falar de seu sofrimento, de seu sintoma, questionar-se a partir das pontuações do analista sobre a livre fala no espaço do setting, eram os modos pelos quais efeitos terapêuticos eram atingidos pelos pacientes. Freud traz a palavra para o centro da questão do tratamento analítico. É no relato do sonho, na fala sobre o sintoma, nos tropeços de linguagem (lapsos e atos falhos) que o Inconsciente se mostra. É no não-sentido, onde o sujeito menos pensa falar de si, que ele mais enuncia algo de seu desejo.

Se desde o nascimento da psicanálise Freud assinalou a palavra como eixo central do processo analítico, Jacques Lacan (1901-1981) foi um psicanalista fundamental para retomar, posteriormente, a importância da palavra na teoria psicanalítica. Afinal, não foi *talking cure* (cura pela palavra) o nome dado por Anna O., célebre paciente de Josef Breuer, a este tipo de terapêutica? Quando, após a morte de Freud, em que vários analistas pendiam para uma análise calcada no imaginário – ou seja, a figura do analista servindo como modelo para o paciente – Lacan propôs um retorno a Freud e reforçou a importância de fazer com que o discurso do paciente fosse o foco de uma análise. Com seu estudo sobre o simbólico, explorando também questões como ética em psicanálise, tratamento da psicose e contratransferência, são inegáveis as contribuições do autor a esse campo de estudo. Deste modo, é importante que se levante

neste ponto algumas das contribuições lacanianas para a questão do sujeito em psicanálise – termo este, inclusive, inaugurado por ele.

2.5) Considerações sobre o Sujeito em Lacan:

Tomando como base a teoria freudiana, faz-se pertinente abordar o que Lacan começou a construir, nos anos cinquenta, em seu retorno a Freud, na tentativa de reassegurar a importância da linguagem no centro da teoria psicanalítica. Os três registros – real, simbólico e imaginário – se unem no eixo articulador de sua produção teórica.

A obra de Lacan pode ser dividida, de acordo com esses três registros, em três momentos (Pacheco, 1996). No primeiro, há privilégio do imaginário. O analista se coloca como espelho para que o analisando veja o reflexo de seu próprio eu. A verdade do sujeito surge passando pelo outro, na projeção transferencial. Lacan (1958a/1998) escreve que o analista “paga com sua pessoa”, pois se empresta aos fenômenos transferenciais.

Em um segundo momento, o foco é no simbólico. Lacan (1953/1978) opõe a palavra vazia – discurso consciente e lógico, organizado pelo Eu – à palavra plena, vinda do Inconsciente, que faz brotar a verdade do sujeito no tropeço da fala. O analista deve assinalar que o sujeito surge ali onde ele sente sumir, onde pensa não fazer sentido.

O terceiro e último momento é marcado pela questão do objeto *a*, onde o pulsional se faz mais evidente em um movimento repetitivo que insiste – aquilo que não se consegue dar conta na busca por satisfação. O desejo do analista opera para causar o sujeito, lançando-o nesse esforço. O registro privilegiado é o real (Pacheco, 1996).

Seja priorizando as formações de compromisso entre Consciente e Inconsciente – fase do Simbólico – ou o real não simbolizado da pulsão – fase do Real – Lacan é fiel a Freud, que não abriu mão do sexual até o final de sua obra. A centralidade da questão sexual na subjetividade humana se mostra tanto no tropeço da fala quanto no movimento pulsional puro. Podemos dizer que os três registros se articulam uma vez que aquele vazio do real que a linguagem não consegue simbolizar é obturado pelo imaginário – em forma de fantasia – como será explicado mais adiante.

O imaginário é o registro do Eu, responsável pela auto-imagem, sensação de unidade e separação entre o sujeito e o outro. Surge quando o bebê se identifica com a imagem que a mãe vê nele. No estágio do espelho – onde se forja o imaginário – há 3 tempos fundamentais: no primeiro, a criança não se diferencia do outro materno; no segundo, já é capaz de se diferenciar da mãe. No terceiro, finalmente, há a unificação do Eu, onde o bebê, ao se ver refletido no espelho, já sabe que aquele não é um outro, mas sua própria imagem refletida. (Lacan, 1949/1998)

O simbólico refere-se à linguagem e ao domínio do Inconsciente que surge após o fim do complexo de Édipo. Aparece o pai como objeto de desejo da mãe, quebrando a simbiose entre ela e seu filho. O bebê vê seu lugar privilegiado ameaçado. O pai personifica a lei civilizatória do incesto e o bebê assimila o significante fálico (ou nome-do-pai), que ficará fora da cadeia significante, mas servirá de eixo organizador para a mesma. Com a proibição de objeto imposta pela norma, o sujeito deve desejar outras coisas, e é a articulação entre os significantes que permitirá ao sujeito buscar novas trilhas para a satisfação pulsional. O simbólico é o lugar do sujeito, marcado pela palavra (Lacan, 1958b/1998). Aí podemos dizer que surge a cisão entre Eu (imaginário) e sujeito (do Inconsciente). E falar no inconsciente estruturado como uma linguagem é falar em significantes que se articulam como “um discurso divorciado do consciente” (Fink, 1998, p. 64).

Visto que é o significante que sofre ação do recalque, o sujeito, assim como na primeira tópica freudiana, é lacunar, aquilo que surge em pequenos detalhes, às vezes triviais – já que o recalado só se torna consciente quando disfarçado pela censura. Ao contrário do Eu, que garante uma unidade imaginária e completa, o sujeito do Inconsciente é incoerente e fragmentado. Para diferenciar os dois registros ao longo de sua obra, Lacan (1954-55/1985) usa os pronomes franceses *je* (eu, sujeito inconsciente) e *moi* (eu imaginário).

O real lacaniano remete ao impossível, aquele não simbolizado ao qual o sujeito não consegue dar sentido, e que sempre se reapresenta como um resto que força uma ação ao aparelho psíquico. Nas palavras de Fink: “(...) *aquilo que ainda não foi simbolizado*, resta ser simbolizado, ou até resiste à simbolização” (Fink, 1998, p. 44). É a presentificação de *Das Ding* (objeto da completude, inalcançável), da Pulsão de Morte, do real do mundo externo que o sujeito não pode controlar.

Lacan, na fase de sua obra marcada pelo estudo do simbólico, traduz a frase de Freud “*Wo Es was, soll Ich werden*” como “*Là où le S était, là Ich doit être*”, (onde o isso estava, eu devo estar [*être*]), remetendo ao fim de análise. O eu deve tomar a palavra, não mais desavisado sobre os significantes recalcados que o assujeitavam a um modo certo de agir. Em momento posterior, marcado pelo real, traduz como “*je doit advenir*” (“eu deve advir”). O Isso, lugar da pulsão que é apenas força constante, servirá de motor para um sujeito criado no só-depois (*Nachträglich*) (Pacheco, 1996).

Com relação ao simbólico, Lacan (1953/1978) postula que é o deslocamento de significantes que produz efeitos em análise. Por isso critica o tipo de análise do imaginário em que, segundo ele, deturpa o que foi criado por Freud. Pautada na intersubjetividade, esse tipo de análise se baseia na identificação com o eu do analista, e não na criação de um desejo do sujeito. “O sentido e a palavra que trazem significação do Édipo são procurados, e o fim do tratamento é a reconstrução pelo sujeito de sua história de acordo com um discurso transindividual” (Pacheco, 1996, p. 45)

O Outro (A) para Lacan pode assumir a forma da linguagem de onde o sujeito tira significantes para se comunicar, ou ainda o Outro primordial, lugar da alteridade. É a ele que o sujeito dirige as questões principais da existência: sexualidade e morte. Sendo marcado pela linguagem, o sujeito lacaniano é o sujeito que se mostra no discurso e é determinado pelos significantes que o marcaram desde a infância (que recebia da família, que eram usados para defini-lo, para convocá-lo ao laço social) (Fink, 1998).

O autor rompe com a noção do sujeito cartesiano que pensa, logo existe (Pacheco, 1996). A consciência é o lugar do engano. Para a psicanálise, o sujeito é onde não pensa. É em sua parte acéfala que o desejo que o anima se revela. E como a cisão do sujeito marcado pelo Inconsciente só se faz por conta da falta, não há significante suficiente para exprimir totalmente seu desejo. Em seu *Seminário VI*, Lacan (1958-59) diz não haver “Outro do Outro”. Submeter-se à linguagem é submeter-se a uma satisfação restrita ao que a linguagem pode nomear. Desta impossibilidade, sobra o objeto *a*, representante da falta, que causa o desejo e provoca o deslizar do sujeito de significante em significante, na tentativa de se fazer representar.

Ao criar o conceito de objeto *a*, que remete tanto ao vazio da linguagem quanto ao vazio do próprio sujeito, Lacan coloca sujeito e objeto como estando em um mesmo lugar. O objeto que causa o desejo é um espaço vazio que está dentro, e não fora

(Pacheco, 1996). E o sujeito o persegue incessantemente, seja pela natureza de incompletude desse furo, seja pela própria impossibilidade que a linguagem tem de tudo nomear. A busca por restaurar a completude mítica de um momento inicial – aquilo que foi sem nunca ter sido na verdade – é o que o sujeito possui de mais estranho e de mais familiar. Aqui, fazemos analogia com a força sem sentido da pulsão de morte, que inquieta o sujeito. Algo que é alheio ao sujeito, mesmo estando no centro dele. Algo íntimo, porém desconhecido. A esse respeito, Lacan, no *Seminário 7*, cria o neologismo “*extime*”, com o prefixo “*ex*” (fora) e a palavra “*intime*” (íntimo). O tema de *Das Ding* e Pulsão de Morte será melhor desenvolvido no terceiro capítulo desta dissertação.

O objeto *a* é em torno do qual se articula o circuito da pulsão, que busca satisfazer a zona erógena corporal que é sua fonte (*Quelle*) (Lacan, 1963/2008). Como já visto em Freud desde os *Três Ensaio Sobre a Sexualidade*, é o que há de mais variável na pulsão, não sendo definido biologicamente – ao contrário do instinto.

Desta maneira, o objeto *a* é o que articula os três registros do pensamento lacaniano, pois faz-se representar pelos objetos parciais da infância (seio, fezes, olhar, voz) no registro imaginário; pelos significantes escolhidos para articular uma demanda, no registro simbólico; e por sua intangibilidade – está perdido desde sempre, pois é a lembrança ilusória de uma primeira satisfação teoricamente plena –, no registro real. O objeto *a* está no cerne da falta, escapa a qualquer apreensão e provoca repetição. A satisfação plena ilusória sobra como o resto de todo esforço de satisfação feito pelo sujeito. Dito de outra forma, o sujeito tenta “reencontrar” o objeto da satisfação total, *Das Ding*, mas não obtém sucesso. As zonas erógenas continuam ansiando por satisfação.

Dois pontos aqui são dignos de esclarecimento. O primeiro é que esta satisfação pulsional também é metaforizada. Por exemplo, o que Freud diz sobre o caráter anal, em que o modo de satisfação é transposto analogamente para uma série de atitudes na vida do sujeito, como por exemplo, o desejo por controle. Outro ponto é que, ao contrário do primeiro impacto pessimista que a noção de falta e objeto *a* podem causar, são eles que fazem com que o movimento da vida continue no sujeito, impedindo que este entre em estado de marasmo. É sabido que há, por exemplo, situações de angústia – também algo que se apresenta não simbolizado para o sujeito – que são paralisantes. No entanto, este tipo de situação mais específica não é o esperado.

A partir daí, vemos outra mudança no pensamento lacaniano. Se o sintoma rende ao sujeito um ganho secundário (Freud, 1914a/1996, 1920/1976), o resto que insiste é uma expressão da pulsão de morte. Se falta um significante no campo do Outro, o Outro, como já dito anteriormente, é também furado. Segundo Pacheco (1996), neste momento, em vez de um significante S1 (nome-do-pai) que organiza o funcionamento da cadeia e a faz girar, é o real não simbolizado de *Das Ding* e da Pulsão de morte que animará o deslizar da cadeia. A pulsão se tece em torno de *Das Ding*.

Conforme ressalta Pacheco (1996), passam a existir dois tipos de Outro em Lacan:

“Com o A, Outro não barrado, Lacan indica o Nome-do-Pai, significante que se situa para além deste Outro e que impõe significação por sua lei própria, significante que é anterior e oposto ao desejo. No A barrado, o Outro é faltoso, desejante ele mesmo, trazendo incluídos a pulsão e o objeto a, logo o gozo, a fantasia e o desejo.” (Pacheco, 1996, p. 49)

Ao passar da referência da lei simbólica à referência do real, Lacan enfoca a pulsão como centro da teoria psicanalítica (Pacheco, 1996). O circuito pulsional é inaugurado pelo próximo, ou seja, já é a ação do significante sobre o biológico, injetando naquele organismo demandas que estão para além de necessidades físicas. É o efeito do Outro primordial e da linguagem no corpo.

É o objeto *a* que será cercado na travessia da fantasia (Fink, 1998). Na fantasia, o sujeito articula uma certa maneira particular de gozar, de obter satisfação das pulsões.

Ao fim do complexo de Édipo, tem-se o interdito do pai à criança, o recalque, a introjeção da lei civilizada e a entrada na linguagem. É preciso desejar outra coisa, e a linguagem servirá a este fim (Fink, 1998). Neste cenário, surge a fantasia, que se constitui como articuladora dos três registros - assim como o objeto *a*. É uma defesa contra o real: diante da falta, o sujeito constrói uma espécie de costura entre inconsciente e realidade. A fantasia passa a reger o princípio de prazer, direcionando as demandas do sujeito em sua busca por satisfação.

Desde a infância, o sujeito se identifica com a imagem de objeto de desejo daquele que se encarrega dele. A partir daí, traça sua unidade corporal imaginária e passa também a querer ser o desejo do Outro, querer saber o que o Outro espera dele. Assim, a posição do sujeito na fantasia fundamental é de submissão ao Outro, e ela se

prolonga até momentos posteriores da vida (Lacan, 1958-59). Como já visto em Freud (1923/1976; 1930/1974), esta posição tem origem no desamparo. Assumir a própria liberdade, sem direção ou mestre, implica riscos e causa angústia. Estamos todos jogados sem mapa em um terreno não cartografado.

A fantasia surge em dois momentos da constituição do sujeito apresentados por Lacan (1963-64/2008) em seu *Seminário 11: alienação e separação*. Para continuar existindo socialmente, deve fazer uma escolha forçada, metaforizada por Lacan (1963-64/2008) na frase “a bolsa ou a vida”. A pessoa que, em um assalto, escolhe a vida, acaba por perder a bolsa. Se escolher a bolsa, acabará perdendo os dois. Para entrar em sociedade, o sujeito paga um preço: abre mão do gozo irrestrito do objeto. Se enlaçar ao Outro é adentrar o universo de linguagem.

Na alienação, o sujeito escolhe se submeter à “camisa-de-força da linguagem” (Fink, 1998, p. 72) e entra no campo do Outro – que se expressa através das palavras. Percebe que o Outro também é falho, incompleto e desejante, e quer ser o desejo do Outro. Na separação, o sujeito abandona o objeto e sai com o objeto *a*, que é o vazio correspondente às duas faltas: dele e do Outro. Envolve “o confronto do sujeito alienado com o Outro, dessa vez não como linguagem, mas como desejo” (Fink, 1998, p. 72)

A fantasia cria imagens, usa a linguagem para ser dita e emoldura uma realidade para o sujeito. É como uma tela protetora, mas também direciona um determinado modo de desejar. Organiza a realidade, usando significantes para se articular (Fink, 1998).

Um sujeito só deseja e fantasia porque é barrado. Os significantes usados na narrativa fantasmática dizem algo sobre o desejo do sujeito, sobre aquilo que o causa e que ele busca, sobre seu objeto *a*. Pois é isso que se busca na fantasia: o objeto *a*, gerador do gozo completo, peça que solucionará a vida.

Atravessando a fantasia fundamental, o sujeito vê a quais significantes está amarrado e determinam sua relação com o real. Desta forma, a travessia da fantasia é o objetivo da análise. Ao fim do processo, defronta-se com a condição trágica do desamparo: um sujeito barrado pela lei e pela incompletude da linguagem. Passa-se para a dimensão do real, que é puro movimento pulsional exigindo criação. Do gozo estancado em alguns significantes fixos à plasticidade de um desejo capaz de se recriar

conforme às contingências. O sujeito sai da determinação dos significantes que recebeu do Outro para um modo próprio de desejar.

Assim, objeto *a* e fantasia são interligados, estando o primeiro no centro da segunda, e amarrando os registros real, simbólico e imaginário. Sendo assim, é possível depreender que o sujeito em Lacan é dividido e calcado na falta: a falta em *Das Ding* é reafirmada pela falta oriunda do complexo de Édipo – como se uma nova falta, agora com o instrumento da linguagem, reafirmasse uma falta que existe desde um momento anterior. Essas duas faltas evidenciam o pulsional em seus dois níveis: a falta de um objeto definitivo, que acalme para sempre a pulsão sexual; e, mais especificamente, em *Das Ding*, a pulsão de morte como presença do real – em termos freudianos, a energia à deriva que pode achar ligação em um novo significante.

CAPÍTULO III

O DISPOSITIVO PSICANALÍTICO

No capítulo anterior, discorremos sobre o sujeito da psicanálise. Marcado por desejos inconscientes que se chocarão inevitavelmente com as exigências sociais, a saída da psicanálise será pela criação de um modo particular de lidar com as contingências externas que traga maior satisfação. Ao respeitar idiosincrasias, a psicanálise também permite questionar o entorno. Neste terceiro capítulo, falaremos sobre o papel do analista e o tratamento psicanalítico. Para isso, buscaremos em alguns textos de Freud e de Lacan indicações sobre como o psicanalista direciona o processo, e quais efeitos podem ser esperados.

3.1) A verdade que emerge na fala:

Neste panorama contemporâneo onde o cérebro ostenta o título de “guardião da verdade” quando o assunto é a subjetividade humana, é de se esperar que a Psicanálise, um método que tem a palavra como instrumento e busca nela efeitos terapêuticos, seja cada vez mais desmerecida e tida como obsoleta. Aliás, diante do arsenal de medicamentos do qual dispomos hoje em dia para intervir diretamente sobre o cérebro, o próprio fato de a palavra cura não ser o objetivo em psicanálise já é, em si, de causar estranheza.

Dito isto, cabe discorrer sobre a função da fala no método psicanalítico e na constituição do sujeito. O modo como um ser humano se forja depende intimamente das interações dele com seu meio, seus semelhantes, e a palavra está intimamente envolvida nesse processo. É através da linguagem que o sujeito se define e é a partir dela que uma mudança de posição é possível.

À época dos primórdios da psicanálise, uma das pacientes de Breuer – a famosa Anna O. – deu ao método usado por ele e Freud o apelido de “cura pela palavra” (*talking cure*). Lacan (1953/1978) é explícito ao dizer que o psicanalista só dispõe de um elemento para trabalhar: a fala do paciente, e que isso basta. Muitos analistas pretendiam procurar algo de oculto que viria além fala do paciente – o que Lacan

considerava um equívoco. Na tentativa de vasculhar algo recalcado que o analisando tentava omitir, o analista observaria o comportamento do sujeito para descobrir algo não dito por ele. Necessidades e frustrações estariam presentes o tempo todo nos gestos do paciente.

Toda fala tem um endereçamento e veicula uma demanda. A regra fundamental da psicanálise instaurada por Freud em 1900 é justamente esse convite a falar livremente para alguém que escuta. Sendo assim, é um equívoco por parte do analista procurar entrelinhas em tudo o que o sujeito diz. Quem quer que enderece uma demanda o faz por meio da fala, pois está inserido em um universo simbólico que o constitui. O sujeito, desde antes do nascimento, é falado por aqueles que o esperam. É representado pelos significantes e faz uso deles. Amarra-se, desde a mais tenra idade, às palavras usadas pelos próximos para o definirem e definirem seu entorno. Por ser a fala aquilo que nos torna humanos, que intermedia nossa relação com o outro e o instrumento que usamos para nos referirmos às coisas e a nós mesmos, é sobre ela que o analista deve se debruçar. Não se trata de procurar o que está por trás, mas ouvir o que está na fala, na superfície do discurso, pois nele o Inconsciente se expressa (por exemplo, nos atos falhos e lapsos de língua).

Lacan, diz sobre a fala vazia – isto é, a fala que o analisando endereça ao analista:

“Mesmo se não comunica nada, o discurso representa a existência da comunicação; mesmo se nega a evidência, ele afirma que a fala constitui a verdade; mesmo se é destinado a enganar, especula sobre a fé no testemunho”. (Lacan, 1953/1978, p. 116).

Sobre isso, devemos recordar que Lacan (1953/1978) diferencia o sujeito do Inconsciente do Eu imaginário. A fala vazia é um discurso conscientemente organizado, arrumado já de acordo com a imagem que o sujeito faz de si e as defesas das quais dispõe. O sujeito constrói para si mesmo um mundo fantasioso, constituído por objetos que amparam o Eu em suas interações com o mundo e as pessoas.

A fala plena, em contrapartida, é onde o sujeito realmente aparece: no tropeço, chiste, ato falho, lapso. É nessas formações inconscientes, travestidas de tropeço e aparentemente destituídas de sentido, que o recalcado se mostra. O analista ouve a fala do sujeito e assinala certos elementos, aponta tropeços, faz cortes, interpretações, a fim

de fazer com que o sujeito se indague acerca de seu desejo. Isso resulta em frustração, uma vez que incide sobre a solidez desse mundo imaginário, e a frustração acaba por gerar agressividade.

Este é um motivo forte para que Lacan, em vários momentos de sua obra, critique a Psicanálise que se baseia no Eu (imaginário) em detrimento da linguagem (simbólico). Para ele, atuar em prol de um reforço do Ego ou, pior ainda, fazer com que o paciente se identifique com o Ego do analista e se molde a partir dele, é um grande equívoco que contribuiria para reforçar o sintoma.

A respeito da frustração do paciente em análise, Lacan (1953/1978) diz que esta pode vir por causa de alguma pontuação do analista, ou mesmo por seu silêncio. No entanto, dar respostas prontas tampona a verdadeira questão. E, ao contrário do que pode pensar o senso comum, o autor diz:

“Uma resposta, mesmo e sobretudo aprovadora, a fala vazia mostra frequentemente por seus efeitos que ela é bem mais frustrante que o silêncio.” (Lacan, 1953/1978, p. 114)

Isso se dá porque a frustração é inerente à formação do Eu. A construção imaginária é toda feita para compensar a falta constituinte da própria estrutura neurótica, necessária para a entrada na linguagem e, conseqüentemente, para que o sujeito possa advir como tal. O sujeito deve abrir mão da completude do ser. Como diz Lacan em seu *Seminário 11* (1963-64/2008), deve escolher: “a bolsa ou a vida”. O sujeito, para tornar-se parte do social, deve abrir mão do objeto primeiro de amor. Ao perdê-lo, introjeta a lei, entra na linguagem e, como explica Freud (1923/1976) ao dizer que o Eu é o resultado de objetos abandonados, identifica-se com o objeto perdido. É por abrir mão da completude que o sujeito pode, então, desejar outra coisa, e remeter-se-á a outros objetos no mundo na tentativa de suprir aquilo que lhe falta.

Deste modo, há algo no discurso que não se completa, pois além da falta constituinte, há também a impossibilidade da linguagem de tudo simbolizar. E quando uma análise é pautada no reforço egóico, ela acaba por atingir apenas a parte imaginária, e o cerne da questão não é tangenciado: o trabalho é focado apenas na imagem do Eu.

Ao apontar resistências e defesas aparentes, além de provocar um recrudescimento das mesmas, o analista faz apenas uma análise das construções

imaginárias, dirigindo-se, portanto, ao Eu superficial, e não ao sujeito do Inconsciente. E, ao contrário do que pretende a proposta de construir um Ego mais forte, com a “capacidade de suportar uma frustração”, este Ego “é frustração em sua essência” (Lacan, 1953/1978, p. 114). O Eu carrega um imaginário que almeja uma completude, mas, ao não se completar, frustra-se. Por conta disso, Lacan (1953/1978) coloca que “o sujeito considerará como de desprezo toda fala que se engaje em seu equívoco” (p. 115).

Ao estimular uma identificação com o analista, mais do que uma frustração do sujeito, substitui-se uma formação imaginária por outra. Ao invés da identificação com os pais, a identificação passa a ser com a figura do analista. Ao contrário disso, Lacan (1953/1978) defende o valor da interpretação e do corte da sessão – com sua duração não mais baseada no tempo cronológico, mas no tempo lógico – como formas eficazes de gerar efeitos no processo analítico.

Sabemos que toda fala é uma representação do modo como determinados acontecimentos – não importa se ocorridos ou não – foram apreendidos pelo sujeito. A interpretação é uma pontuação oportuna no discorrer da fala do sujeito – diferentemente de uma mera conversa corriqueira – e o corte da sessão se dá de modo indiferente ao fato de o sujeito ter ou não concluído seu relato. Esses princípios da técnica, ao destacarem certos significantes dão sentido ao discurso do sujeito. Trata-se de um sentido atribuído, e não da verdade do fato em si mesmo. Não se trata de construir uma explicação e entregá-la ao paciente. O sujeito, ao se reconhecer em sua fala – ou seja, ao assumir nela algo de sua própria verdade inconsciente, de seu próprio desejo – pode rever seus posicionamentos perante a vida e construir uma nova significação para os fatos.

Ao basear suas intervenções mais na própria intuição do que naquilo que se escuta do paciente, o analista peca por não tomar a fala com aquilo que ela traz do sujeito. Quem intui, o faz sempre de acordo com as próprias identificações, e o Eu do analista deve ficar totalmente excluído do processo de análise.

Em psicanálise, não consideramos que haja uma verdade oculta que é finalmente desvelada no *setting*. A verdade do sujeito é construída na fala. O paciente narra uma série de episódios, repete certos elementos que compõem sua história. Esse é o material de análise. Não importa se os fatos narrados são verdadeiros ou falsos, se ocorreram ou não. Lacan (1953/1978) faz então um deslocamento da verdade ao dizer que a histórica

escutada por Freud “nos apresenta o nascimento da verdade na fala” (p. 120). A verdade está na fala na medida em que o central não é saber se o fato é imaginário ou real, mas que a verdade do sujeito nasce na fala que ele profere. Podemos dizer que verdade, fala e realidade se fundam no mesmo momento.

Lacan (1953/1978) toma o exemplo da paciente Anna O., que apresentava como um de seus sintomas a dificuldade para beber água. Um dia, sob estado de hipnose, a moça recorda que vira um cachorro bebendo água em uma vasilha, e que tal cena despertara nela um sentimento de nojo. O animal pertencia a uma governanta pela qual Anna O. nutria sentimentos negativos. O sintoma era então um reflexo dessa situação. Após relatar isso, a paciente pediu para beber água e despertou do transe com um copo nos lábios. O relato fez com que o sintoma cessasse. Assim, a fala presente fundou a verdade a partir da realidade concreta do sintoma: a paciente pôde contar uma história e atribuir um sentido à cena e a seu sintoma. Mais importante do que o acontecimento é o sentido que o sujeito dá a ele.

É a fala que atualiza a história do sujeito no presente e dá conta de toda a sua trajetória, revelando as escolhas feitas no passado. Temos aqui um ponto crucial para a psicanálise: a fala não traz algo de aleatório ou dispensável; traz algo preciso, do real da história. A verdade surge na fala, diz das contingências passadas, das escolhas que foram feitas – por mais que essas contingências tenham forçado o sujeito a fazê-las – e que terão efeitos no futuro. O relato reordena os encontros passados, as esquinas pelas quais o sujeito andou em sua história, e que determinarão suas necessidades e vontades futuras. Entendemos assim que, por conta da determinação inconsciente, o sujeito não possui muita liberdade de agir. No entanto, a despeito disso, deve responsabilizar-se por suas escolhas e vontades.

O sujeito se reestrutura no reordenamento da fala, ou seja, ganha novas formas de recontar os episódios e de tomar lugar naquilo que aconteceu. Essa reconfiguração subjetiva só é possível quando, ao ser interpelado pelo analista, algo salta como interrogação para o paciente. Ao produzir elaborações na fala, reconhece que em seu discurso há algo de sua verdade e de seu desejo inconsciente. A partir daí, pode dar um passo ético, que consiste também, se podemos dizer assim, em um passo de liberdade: arriscar agir diferente, arriscar se posicionar de outro modo perante a existência, mesmo não tendo garantias de que isso lhe trará felicidade ou conforto e, ainda assim, bancando

a total responsabilidade por seus atos e mudanças. O acontecimento permanece, mas o sentido é posterior, dado em análise. A fala plena tem por efeito um reordenamento dos fatos, ou seja, um novo sentido.

Ao fazer interpretações e cortes na fala vazia do analisando, o psicanalista aponta o que o sujeito fala sem perceber que fala; pode produzir um sentido, que não será entregue por ele, mas produzido pelo analisando. O significante tem mais importância do que o discurso encadeado. Prova disso é que, por vezes, o assinalar de um significante pelo analista faz com que o analisando desdobre várias associações sobre sua história e seu desejo.

Lacan (1953/1978) lembra que Freud recusou outros meios, como a hipnose e a psicofisiologia, para usar somente a fala no método da psicanálise. Lacan diz que “ela constitui a emergência da verdade no real” (p. 122). Se a fala basta, é porque o sujeito se funda a partir dela. Através da linguagem ele nomeia e atribui sentido às coisas, estabelece relações. É no laço social que o sujeito entra em contato com o significante e o faz operar em seu benefício. No endereçamento ao outro, o sujeito constitui sua história. Trata-se na análise, portanto, da constituição do sujeito. A fala, ao conferir sentido às funções do indivíduo, ao ser usada para organizar e comunicar, carrega também algo de não-sentido que aponta para o Inconsciente.

Freud (1900/1996) defende que o Inconsciente não funciona de acordo com as leis da consciência. Há uma lógica, mas que é outra, muito peculiar. Diferencia os mecanismos entre processos primários (relativos ao Inconsciente) e processos secundários (relativos ao Consciente). A fala vazia citada por Lacan (1953/1978) organiza-se segundo a lógica consciente. Já a fala plena é a expressão do recalcado, sendo fruto então dos processos primários. Aparecem como chistes, lapsos e atos falhos, que partilham da mesma lógica dos sonhos e dos sintomas. Alguns exemplos da lógica Inconsciente são a ausência de negação e de contradição – afetos antagônicos podem estar relacionados a uma mesma representação, assim como um só objeto no sonho pode remeter a duas coisas distintas. Por isso, o não sentido da fala aponta para a verdade do desejo inconsciente.

Vimos até aqui no que o tratamento analítico se diferencia de tratamentos medicamentosos ou cognitivistas, que tomam por base estudos de base biológica. O foco de uma análise é justamente o que fica de fora do domínio orgânico, a saber, a

esfera relacional do sujeito. O analista pode interpretar as formações inconscientes e também questionar o lugar que o sujeito ocupa na relação com o outro. Agora, serão abordados aspectos teóricos e técnicos no que diz respeito ao papel do analista na condução da relação no *setting*.

3.2) A transferência:

Freud (1912a/1996), em seu artigo dedicado exclusivamente ao tema da transferência, coloca que o modo como cada um conduz sua vida – pessoas pelas quais se tem predisposição para afeiçoar, as satisfações que se busca e o modo como é feito, os objetivos que estabelece – derivam principalmente de “disposição inata e das influências sofridas durante os primeiros anos” (Freud, 1912a, p. 111). Esse conjunto de atitudes forma um “clichê estereotípico”, ou seja, um modo de agir que se repetirá durante a vida posterior do sujeito. Ao falar dos impulsos que governam as ações do indivíduo, diz que apenas parte deles passou por um desenvolvimento completo – ou seja, acessou a consciência – e é esta parte que é dirigida ao mundo externo e utilizada conscientemente pelo sujeito. Uma outra parte não se desenvolveu totalmente, ficando afastada da consciência e do mundo externo. As necessidades insatisfeitas também guiam a conduta do sujeito, de modo a tentarem encontrar escoamento libidinal que as satisfaça – sejam essas necessidades conscientes ou inconscientes. Por exemplo: “Se a necessidade que alguém tem de amar não é inteiramente satisfeita pela realidade, ele está fadado a aproximar-se de cada nova pessoa que encontra com ideias libidinais antecipadas” (p. 112).

No tocante à relação analítica, Freud (1912a/1996) diz que é, portanto, natural que esses impulsos também influenciem a atitude do paciente com relação ao analista – o que quer dizer que o analista será tomado como objeto de investimento libidinal por parte do analisando. Relações de investimentos libidinais que originaram clichês estereotípicos serão deslocados, transferidos para a figura do analista. A atitude para com o analista pode ser derivada dos investimentos libidinais feitos tanto com relação ao pai quanto com relação à mãe, e tem como base tanto as ideias conscientes quanto as inconscientes.

As características da transferência têm sua origem na própria neurose, já que em instituições onde pacientes não são tratados de modo psicanalítico, os pacientes podem apresentar transferência inclusive mais intensa. A relação de transferência é concebida tanto como aliada quanto inimiga do processo terapêutico. Esta última faceta acaba por se revelar como a maior das resistências que fazem obstáculo ao trabalho analítico. Freud (1912a/1996) salienta que quando as associações do paciente se tornam escassas, este está sendo tomado por pensamentos sobre o analista ou algo relativo a ele, e isso deveria ser dito ao paciente para que a resistência cesse.

Neste texto de 1912, salienta que em toda situação de patologia neurótica ocorre uma introversão da libido, ou seja, a parte da libido dirigida para a consciência acha-se diminuída, enquanto a parte inconsciente – e conseqüentemente afastada da realidade – é mais vasta. No tratamento analítico, procura-se seguir a trilha desta energia libidinal, trazendo-a à consciência, dirigindo-a assim para as ações sobre o mundo externo. No entanto, as forças que fizeram com que a libido regredisse acabam por se insurgir como resistências a este trabalho, uma vez que o que provoca a regressão é a frustração do indivíduo diante da realidade. Sendo assim, as forças agirão de modo a impedir que tal estado de introversão da libido permaneça inabalado. A libido disponível à consciência sempre esteve sob influência de representações inconscientes – uma vez que estas últimas buscarão expressão e satisfação em elementos da realidade, por meio de deslocamento associativo – e a introversão ocorre quando a realidade, por ser frustrante, se torna repulsiva. Essa libido só é liberada se a representação recalcada consegue acesso à consciência. Deste modo, o trabalho analítico deve lutar contra a resistência da transferência e a resistência das representações conscientes que provocam a regressão da libido.

Com relação à resistência na transferência, Freud (1912a/1996) afirma que ela ocorre quando algo do complexo inconsciente encontra relação com a figura do analista. Quanto mais as associações do paciente se aproximam do núcleo do complexo patogênico, ou seja, das ideias recalçadas que causaram o sintoma, mais o paciente tende a resistir, e a associação seguinte se vale deste elemento do complexo que pode ser transferido para a figura do analista. Este elemento salta à consciência. “Inferimos desta experiência que a ideia transferencial penetrou na consciência à frente de quaisquer outras associações possíveis, *porque* ela satisfaz a resistência.” (p. 115).

“Quanto mais um tratamento analítico demora e mais claramente o paciente se dá conta de que as deformações do material patogênico não podem, por si próprias, oferecer qualquer proteção contra sua revelação, mais sistematicamente faz ela uso de um tipo de deformação que obviamente lhe concede as maiores vantagens - a deformação mediante a transferência. Essas circunstâncias tendem para uma situação na qual, finalmente, todo conflito tem de ser combatido na esfera da transferência.” (Freud, 1912a/1996, p. 115)

No entanto, a transferência, como já dito anteriormente, também é grande aliada do processo analítico, pois é ela quem permite a aliança entre analista e paciente, e que este último sinta confiança para dizer durante a sessão coisas que não teria coragem de dizer fora dela.

Assim, a transferência pode ser positiva (afetos positivos) ou negativa (afetos hostis). Para se configurar como resistência ao tratamento, a transferência deve ser negativa, formada por afetos hostis, ou positiva, formada por afetos eróticos, uma vez que o paciente engajado na sedução do analista relegará a segundo plano o motivo que o fez procurar a análise.

Ao apontar a resistência transferencial, o analista torna-a consciente para o analisando. Neste ponto, Freud (1912a/1996) lembra que todos os sentimentos positivos, mesmo os de amizade, simpatia ou confiança, têm sua raiz em impulsos eróticos inconscientes, sendo desdobramentos destes últimos. Ao apontar a resistência, o analista estaria desligando de si somente os componentes afetivos sexuais inconscientes do paciente. Os componentes afetivos amistosos – cujo acesso à consciência não é censurado – permanecem inalterados. É este manejo transferencial por parte do analista que permite o sucesso de uma análise.

A resistência em análise estabelece um tipo de relação diferente da que se espera. O paciente que resiste passa a não operar segundo a regra da associação livre – que estabelece dizer sem censura o que lhe vem à cabeça – parece esquecer o motivo que o levou à análise e passa a ignorar as colocações do analista que antes eram escutadas com atenção. Essas reações, por serem transferenciais, são provocadas no paciente pelo próprio tratamento. Os impulsos inconscientes, apesar de não poderem ser recordados na forma de lembrança, se atualizam no presente ao buscarem descarga – e essa atualização é possível por conta da atemporalidade do Inconsciente. O paciente

tenta dar vazão a esses impulsos, mesmo que estes não sejam condizentes com a configuração da realidade naquele momento. Nesta hora, diz Freud: “O médico tenta compeli-lo a ajustar esses impulsos emocionais ao nexo do tratamento e da história de sua vida, a submetê-los à consideração intelectual e a compreendê-los à luz de seu valor psíquico” (Freud, 1912a, p. 119). Todo esse trabalho é feito no domínio da transferência, e só é possível com relação a ela. As experiências infantis nas relações com os pais forjaram no paciente uma determinada postura, um modo de agir, que será repetido em relações posteriores durante a vida, e que será também deslocado para a figura do analista no processo terapêutico.

O fenômeno da transferência, apesar de oferecer resistência e ser de difícil manejo, é o que permite a manifestação de impulsos inconscientes, e permite ao analista chegar até eles.

Ao final de sua obra, falando sobre a técnica psicanalítica, Freud (1938/1996) diz que a função do Eu é lidar com as exigências da realidade, do Isso e do Supereu, ao mesmo tempo em que se mantém organizado. Os estados patológicos se instaurariam quando o Eu se vê enfraquecido e não consegue dar conta dessas atividades.

“Nosso conhecimento destina-se a compensar a ignorância do paciente e a devolver a seu ego o domínio sobre regiões perdidas de sua vida mental. Esse pacto constitui a situação analítica.” (Freud, 1938/1996, p. 188).

Freud (1938/1996) concentra sua análise sobre o método psicanalítico em pacientes neuróticos, e sustenta que, para que o Eu seja um aliado no processo terapêutico, este deve ter conservado alguma organização – o que não ocorre em pacientes psicóticos. O paciente deve submeter-se à regra fundamental da psicanálise – associação livre, dizendo sem censura aquilo que lhe passa pela cabeça, sem se preocupar se é desagradável, imoral ou absurdo. Isso possibilita ao Eu o conhecimento sobre o Isso.

Como já dito anteriormente, o Eu nem sempre coopera com o analista: o paciente nem sempre revela todo o material verbal que lhe ocorre ou aceita as interpretações feitas sobre ele como válidas. A transferência faz com que o paciente transfira para a figura do analista reações e sentimentos que tinha para com as figuras parentais.

Freud (1938/1996) cita duas vantagens da transferência. A primeira delas é que, ao projetar no analista uma das figuras parentais, o paciente também atribui àquele o mesmo poder de um Supereu – uma vez sabido que o Supereu de um sujeito é sempre herdado de seus pais, é o representante psíquico deles. Freud vê aí a possibilidade de o analista, no lugar de um novo Supereu, corrigir possíveis erros dos pais ao educar a criança. No entanto, alerta que o analista deve renunciar à tentação de colocar-se no lugar de um modelo, um ideal que o paciente deva atingir. Este não é o seu papel no tratamento – ao contrário, estará sendo negligente se assim agir. “Se o fizer, estará apenas repetindo um equívoco dos pais, que esmagaram a independência do filho através de sua influência, e estará simplesmente substituindo a primitiva dependência do paciente por uma nova.” (p. 190). A outra vantagem é a reprodução em ato que o paciente faz de uma importante parte da vida: a forma de se relacionar com os semelhantes – que fora moldada nos primeiros anos de vida.

No que se refere às desvantagens, está o fato de que, por se tratar de uma reprodução da relação com os pais, a transferência também possui o caráter ambivalente dessa relação: é formada por sentimentos amáveis e hostis. No caso da transferência excessivamente negativa, o paciente desacredita em tudo aquilo que é apontado pelo analista. Se, ao contrário, a transferência é excessivamente positiva, ocorre que o paciente acata tudo que o analista diz unicamente em razão de seu afeto positivo, e não por um julgamento próprio. Ao invés de novos ganhos intelectuais, ocorre uma sugestão, ou seja, influência do analista sobre o analisando. Em ambos os casos, o pacto terapêutico está ameaçado. O analista deve assinalar esta situação ao mostrar que, diferente de novas experiências, trata-se apenas de reedição do passado do paciente – ao acreditar ou desacreditar em alguém unicamente por razões afetivas.

“É tarefa do analista tirar constantemente o paciente da ilusão que o ameaça e mostrar-lhe sempre que o que ele toma por uma vida nova e real é um reflexo do passado. E para que não caia num estado em que fique inacessível a qualquer prova, o analista toma o cuidado de que nem o amor nem a hostilidade atinjam um grau extremo. Isto se faz preparando o paciente, em tempo, para estas possibilidades e não negligenciando os primeiros sinais delas.” (Freud, 1938/1996, p.191).

Quando o analista consegue, com sucesso, esclarecer que ele, paciente, está sujeito aos fenômenos de transferência, a resistência é superada e há um ganho

terapêutico, uma vez que, segundo Freud (1938/1996), o paciente jamais esquece o que foi vivenciado no âmbito da transferência.

Lacan reforça Freud e mostra que o analista ocupa um lugar diferenciado. Neste tipo de relação, ele empresta sua pessoa aos fenômenos da transferência (Lacan, 1958a/1998). Daí a sua famosa colocação de que o analista paga com sua pessoa. Portanto, um dos desafios do analista seria justamente não deixar que suas convicções pessoais interferissem no processo terapêutico do analisando. Assim, não se trata de qualquer escuta corriqueira da relação entre um sujeito e seu semelhante. O analista ocupa uma função, e isso toca diretamente a psicanálise em sua ética e em seu objetivo.

Em Lacan (1960-61/2010) a transferência é entendida a partir do objeto parcial, que representa a falta: o “*a*”, aquilo que o sujeito persegue na busca por sentido e completude que apaziguariam seus eventuais desconfortos ao existir; aquilo que, se ele tivesse ou soubesse, solucionaria a sua vida. O analista ocupa o lugar desse objeto, uma vez que alguém recorre à análise em busca de respostas – e o analista ocupa o lugar daquele que sabe. Ocupar o lugar não significa ser, mas fazer um semblante, parecer ser o objeto, uma vez que ele não fornece respostas prontas, mas conduz o analisando na busca por respostas próprias. Soluções prêt-à-porter só fariam tamponar a questão. Ao indagar-se sobre seus desejos, é possível construir um saber.

3.3) A *Contratransferência*:

Freud, ao longo de sua obra, dedicou inúmeras linhas ao tema da transferência. Dois de seus artigos sobre a técnica (*Observações Sobre o Amor Transferencial*, de 1914 e *Dinâmica da Transferência*, de 1912) tratam mais especificamente sobre esse conceito que se refere à aliança terapêutica entre analista e analisando e à projeção das figuras parentais, por parte do paciente, na pessoa do analista.

Já com relação à contratransferência, Freud não teceu maiores comentários. A aparição deste conceito é bastante tímida em sua obra. Neste trabalho, tentaremos utilizar o conceito de contratransferência para pensar as implicações e responsabilidades da condução do analista em um processo de análise. O psicanalista, mesmo que embasado por uma teoria e uma técnica, não deixa de ser humano que baseando-se em

suas próprias impressões para intervir ou mesmo inferir sobre a condição de seus pacientes.

Seria a contratransferência um entrave à análise, como postulava Freud? Se for, até que ponto isso não compromete a eficácia das intervenções analíticas? A contratransferência “viciaria” as pontuações de um analista, comprometendo sua utilidade?

Apesar de a Psicanálise buscar um saber sobre o inconsciente, pois a partir de seu emergir é possível gerar mudanças subjetivas, Freud (1912b/1996) dizia que a escuta analítica deve ser feita de modo despretensioso, no sentido de dar a mesma atenção a todos os pontos da fala do analisando, e de não se afobar por achar alguma espécie de trauma ou conflito que concentrem a explicação para um determinado sintoma ou padrão neurótico para responder a determinadas situações da vida anímica. A escuta deve ser despida de preconceitos. Para isso, o analista não pode reter a atenção somente naquilo que ele, como pessoa, julga mais importante. Como em um filme de suspense, muitas vezes, certos elementos citados em análise só farão sentido quando associados a outro que só serão ditos muito posteriormente. Ao colocar suas inclinações pessoais diante da escuta, o analista pode deixar passar aquilo que realmente importa para o sujeito – o que é recorrente em seu discurso, quais palavras se repetem, a quais pontos ele se apega – sob pena de encontrar apenas aquilo que já sabe, ou pensa saber. A verdade está nas palavras do paciente (Freud, 1900/1996).

A contratransferência seria, então, a contrapartida da transferência sentida por parte do analista. Quais afetos o paciente nele mobiliza, quais representações inconscientes seriam atingidas. Freud somente aborda este conceito em seu texto *As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica* (1910a/1996) e em *Observações Sobre o Amor Transferencial* (1915[1914]/1996).

Sendo assim, Freud (1937a/1996) coloca como condição fundamental na formação de um analista que ele se submeta a um processo de análise. Uma das finalidades desse processo seria justamente não deixar que suas questões interfiram negativamente na análise de seus pacientes, de modo a direcioná-los a agir conforme aquilo que seu analista acredita ser o mais correto. Seu material inconsciente não pode e não deve influenciar no tratamento de seus pacientes, sob pena de impedir o andamento do mesmo. Deste modo, a contratransferência, e não somente a transferência (quando

em forma de enamoramento ou raiva pela figura do analista) se constituiria como um entrave ao processo analítico.

A contratransferência era, para Freud (1910a), algo a ser rechaçado com veemência durante o processo de análise. A falha na condução dos afetos contratransferenciais pode ser letal para o encaminhamento de uma análise. O analista deve, sempre, permanecer neutro com relação aos afetos destinados a ele por parte do analisando, e levar para a sua análise pessoal os afetos que seus pacientes nele suscitam. Seja com outro analista, ou por meio de uma auto-análise, os efeitos contratransferenciais deve ser observados com cuidado.

“Tornamo-nos cientes da contratransferência que, nele, surge como resultado da influência do paciente sobre os seus sentimentos inconscientes e estamos quase inclinados a insistir que ele reconhecerá a contratransferência, em si mesmo, e a sobrepujará. Agora que um considerável número de pessoas está praticando a psicanálise e, reciprocamente, trocando observações, notamos que nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas; e, em consequência, requeremos que ele deva iniciar sua atividade por uma auto-análise e levá-la, de modo contínuo, cada vez mais profundamente, enquanto esteja realizando suas observações sobre seus pacientes. Qualquer um que falhe em produzir resultados numa auto-análise desse tipo deve desistir, imediatamente, de qualquer ideia de tornar-se capaz de tratar pacientes pela análise.” (Freud, 1910a/1996, p. 150-151)

Lacan nos dá a seguinte definição de contratransferência: “A contratransferência (...) é feita de sentimentos experimentados pelo analista na análise, e que são determinados a cada instante por suas relações com o analisando” (Lacan, 1960-61/2010, p. 237). Em *A direção do tratamento* (1958a/1998), aponta que a contratransferência leva o tratamento analítico à estagnação, e por ser a aparição do Eu do analista, constitui um erro. Ter como parâmetro o Eu do analista acabaria levando, ao final da análise, com que o paciente se identificasse ao Eu do analista – supostamente um modelo a ser seguido.

Ampara-se em Freud que ao longo de sua obra sempre sustentou a postura neutra do analista e diz que, para sustentar o lugar de suposto-saber – ou seja, a quem o analisando dirige seus questionamentos sobre a existência – o analista não deve aparecer como sujeito. Anular-se como sujeito é servir de suporte para a transferência (Lacan,

1958a/1998). A questão não seria a relação entre analista e analisando – pois esta já estaria englobada nos fenômenos transferenciais ao qual o analista empresta sua pessoa –, mas a função que o analista ocupa. Ao trabalhar em cima da contratransferência, o analista ocupa o lugar de semelhante, plano onde se dão as identificações, e abandona o lugar de causa de desejo que permite ao paciente indagar-se sobre seus próprios anseios e atos.

Ao invés de uma comunicação entre inconscientes, Lacan (1960-61/2010) toma a análise como calcada no Desejo do Analista, surgido ao final da análise pessoal deste último, o que garantiria uma nova forma de relação. Em um fim de análise, tem-se a aceitação do vazio do real, ou seja, uma impossibilidade irremediável de solucionar ou dar sentido a tudo que nos cerca. Entende-se que há uma carga de mal-estar que devemos, inevitavelmente, suportar, e deixa-se de acreditar em uma solução infalível para os impasses da existência. Esta compreensão já anula sumariamente a ideia de que uma identificação com o Ego do analista conduziria necessariamente o paciente a um estado de melhora. Freud (1912b/1996) já alertava para expectativas muito grandes por parte dos analistas, e que cada sujeito trilharia seu caminho de acordo com as possibilidades das quais dispõe. Além disso, o analista, na condição de ser humano, não pode achar-se no lugar de um modelo ideal a ser seguido.

Para Lacan, o psicanalista deve funcionar como causa de desejo para o paciente, instigá-lo a questionar seu próprio desejo e procurar suas próprias respostas.

“Direi – afinal de contas, o de que se trata é menos lembrar do que reescrever a história”. (Lacan, 1953-54/1986, p. 23)

A contratransferência seria, portanto, um entrave a essa função. Uma vez que o analista deve dirigir o tratamento, mas nunca o paciente, sua aparição como sujeito poderia gerar um direcionamento tendencioso do processo terapêutico, persuadindo o paciente a tomar determinados rumos, ou mesmo julgando-o de acordo com suas próprias convicções pessoais, em vez de trabalhar apenas com os afetos expressos pelo paciente. Tendo em vista que a tendência do sujeito é modelar-se segundo o desejo do Outro, o analista que apresenta suas próprias opiniões acaba ocupando o lugar de um Outro a ser imitado – postura que favorece a identificação por parte do analisando (Fink, 1998).

Assim como os afetos que emergem na transferência podem constituir um embargo ao tratamento, aqueles da contratransferência também podem assumir o mesmo papel, caso não sejam manejados de forma correta. Lacan, em “*Intervenção sobre a transferência*” (1951/1998), mostra que a contratransferência no Caso Dora fez com que Freud se atrapalhasse em suas interpretações, ao enfatizar demais a relação de Dora com o Sr. K.:

“Em razão de sua contratransferência, Freud volta com excessiva constância ao amor que o Sr. K. inspirava em Dora, e é curioso ver como sempre interpreta no sentido de uma confissão as respostas, embora variadíssimas, que Dora lhe opõe.” (Lacan, 1951 / 1998, p. 223.)

A crítica de Lacan não é relacionada a uma falha na neutralidade enquanto psicanalista, mas à atenção que Freud destinou excessivamente a um conteúdo em detrimento de outros. Essa atenção seletiva seria obra da contratransferência. Ao procurar um sentido, deixou escapar outros. O próprio Freud (1905a/1996) relata ter sido um manejo transferencial impreciso aquilo que levou Dora a abandonar a análise.

Lacan (1960-61/2010) coloca, concordando com Freud, que a investigação sobre seu próprio Inconsciente é fundamental para que o analista não deixe suas próprias paixões interferirem no curso do tratamento. No entanto, não é somente isso que o permite ter a neutralidade necessária para não misturar as coisas. O que estaria faltando, então, para que haja um analista?

“(...) se o analista realiza como que a imagem popular, ou igualmente, a imagem deontológica da apatia, é na medida em que é possuído por um desejo mais forte que os desejos que poderiam estar em causa, a saber, de chegar às vias de fato com seu paciente, de tomá-lo nos braços ou atirá-lo pela janela. Isso acontece. Eu teria mesmo maus augúrios, ousou dizê-lo, para alguém que jamais houvesse sentido isso. Mas, enfim, (...) isso não deve acontecer de maneira comum”. (Lacan, 1960-61/2010, p. 233)

Quando não é o Desejo do Analista que conduz o tratamento, o desejo inconsciente entrará em cena. A função Desejo do Analista é a de causar no paciente o amor pela verdade (que Freud dizia ser o motivador da análise), ocupando o lugar de “tesouro dos significantes” onde o paciente buscará respostas. Em contrapartida, a contratransferência operaria em direção diametralmente oposta, configurando-se como uma barreira que impede ao analista tomar posse de seu lugar. Lacan é, deste modo, fiel

a Freud: o analista deve ser neutro, funcionar como uma tela branca para que o paciente projete seus conflitos na neurose de transferência.

Para Lacan (1954-55/1985) há resistência da parte do analista. Dele espera-se que, por já ter passado por uma análise, reconheça a castração e não pense compreender tudo sobre o desejo daquele que ele analisa. A escuta do analista ficará prejudicada quando a fala do sujeito ressoar com pontos não analisados da análise pessoal de seu analista. Ao apontar esse tipo de resistência, Lacan atenta para o risco de o analista permanecer no lugar de objeto parcial na relação com o analisando. Por isso não se deve dar conselhos ou respostas aos pacientes. No lugar de fazer operar o Desejo do Analista, este último colocar-se-ia no mesmo lugar que os semelhantes ocupam nas relações corriqueiras do cotidiano – afinal, elas são um recurso para lidar com a falta inerente à existência. O analista deve exercer sua função de desejo do analista, ocupando o lugar de objeto causa de desejo. Aí reside a sua responsabilidade. Seu trabalho deve ter como norte a ética do desejo, ao invés de uma moral com modelos a serem copiados.

Ora, então o analista competente estaria sempre imune a reações provocadas por seus pacientes? Sentir amor ou ódio seria sinal de que o profissional não avançou o suficiente em sua análise? Não. O fato de sentir algo no contato com seus analisandos não é indicativo de despreparo técnico. Ao contrário: quanto mais analisada uma pessoa é, mais predisposta está a sentir afeição ou aversão por quem quer que seja. Cabe ainda lembrar que aquilo que é sentido conscientemente não necessariamente condiz com algo que jaz inconsciente: o recaiado se deforma para alcançar a consciência. O principal de um analista não são rígidas regras de conduta ou o rechaço de seus sentimentos. O que de fato faz diferença é o modo como o analista lida com seus afetos durante a sessão. E se lhes impõe um freio, é porque é tomado por um desejo maior: o desejo de analisar – e nele se enraíza a apatia do psicanalista. (Lacan, 1960-61/2010)

Caso o analista se deixe guiar por seus afetos, deixa de ocupar sua função e incorre em uma atitude equivocada – a saber, qualquer intervenção que fira a ética psicanalítica ou onde o profissional deixe de sustentar o Desejo do Analista. O manejo da transferência e a interpretação devem ser o norte da técnica do profissional para lidar com as resistências que inevitavelmente surgirão no discurso do analisando, à medida que este for se aproximando de algum material recaiado. Ao analista cabe lutar contra

suas próprias resistências contratransferenciais – ditas resistências, pois, independente do afeto despertado, embarreiram o tratamento.

Portanto, a contratransferência deve ser vista como algo inerente ao processo de análise. No entanto, lembremos que o analista não deve ceder a ela, para não incorrer no erro de se colocar no lugar de sujeito. É por ter ido suficientemente longe em sua análise que o analista pode fazer advir esse outro desejo. Ao final de análise, não basta ter se confrontado com a verdade do real, que é a verdade da castração, ou seja, enxergar-se como falho e assumir a impossibilidade de tudo saber. O analista advém quando o sujeito é tomado por um outro desejo: esta descoberta deve causar-lhe o ânimo de ajudar que outros desbravem este mesmo caminho. O saber sobre a vida deve ser construído por cada um, no movimento conciliador entre as pulsões e os diques civilizatórios. No deslizar da fala em análise, reescreve-se a própria história. A impossibilidade de chegar a uma verdade última sobre a existência é o combustível para a construção de um saber. É na tentativa de costurar o vazio que se pode produzir algo.

3.4) Sobre a atuação do analista:

Diferente de tratamentos que tamponam a questão do sujeito, a relação entre analista e analisando permite a abertura de questões que são caras àquele que fala, justamente por determinarem seu modo de estar no mundo. No tocante à escuta analítica, Freud (1912b/1996) defende uma atenção flutuante por parte do psicanalista, o que implica não se fixar demais em um determinado detalhe da fala do paciente, mas destinar a todos os pontos de seu discurso igual atenção. Isso deve ser feito para evitar que alguns trechos da fala sejam supervalorizados e outros negligenciados. Muito daquilo que é dito em análise só fará sentido posteriormente, à medida que o vasto material verbal despejado ao longo do processo analítico se encaixa. Ao agir desse modo, o analista estará seguindo suas próprias inclinações segundo aquilo que ele, segundo suas convicções, julga importante. Deixa passar, assim, o que é importante para o paciente, o que é recorrente em seu discurso, quais palavras repete frequentemente para narrar sua história, a quais pontos se apega. Ao fazer isso, o analista seleciona o material e “estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe; e, se seguir as *[suas próprias]* inclinações, certamente falsificará o que possa perceber.” (Freud, 1912b/1996, p. 126).

A primeira intenção do método analítico, ao fortalecer o Eu, é ampliar o conhecimento do paciente sobre si mesmo. A perda deste conhecimento é o primeiro sinal de que o Eu está sendo enfraquecido, esmagado pelas exigências do Isso e do Supereu. Por esta razão o analista oferece – e o paciente deve colaborar – um trabalho intelectual, ao coletar informações que são fornecidas nas associações livres, atuadas na transferência, reveladas pelas interpretações dos sonhos, lapsos ou atos falhos. “Todo esse material ajuda-nos a fazer construções acerca do que lhe aconteceu e foi esquecido, bem como sobre o que lhe está acontecendo no momento, sem que o compreenda.” (Freud, 1938/1996, p. 192).

Em *Construções em Análise* (1937b/1996), Freud diz que o analisando deve recordar algo que foi vivido e esquecido – recalcado – por conta de seu caráter desprazeroso ou inadequado à realidade externa. Ao analista compete preencher essas lacunas das lembranças do paciente, a partir do próprio material que este último fornece sobre sua vida. Isso são as construções: sínteses, atribuições de sentido sobre a narrativa do sujeito.

A esse respeito, é importante que as comunicações ao paciente sejam feitas com o devido cuidado. O analista só fornece ao paciente uma construção ou explicação quando este já está, por meio do próprio deslizar de sua fala, tão próximo dela que só reste um passo a ser dado com direção à conclusão final. A síntese do analista aparece, assim, como uma conclusão lógica do raciocínio do próprio paciente. Se uma informação é dada sem que o paciente esteja preparado para ouvi-la, ela soa tão dissonante de suas ideias que, ou não produz efeito algum, ou acaba gerando uma resistência. Em contrapartida, se o paciente já está preparado para receber a informação, é comum que ele mesmo confirme a construção do analista e recorde algum fato relevante que fora esquecido. (Freud, 1938/1996)

Em 1910, Freud já criticava o que chamava de “psicanálise selvagem”. Tratar-se-ia justamente dos analistas que fazem interpretações e construções, comunicando-as aos pacientes sem a devida precaução. Não basta dar conselhos, como por exemplo, dizer que o paciente deve buscar a satisfação em suas atividades. Deve-se considerar as resistências internas que o habitam. Caso tais resistências não existissem, o próprio sujeito seria capaz de guiar-se para obter a satisfação, descarregar o excesso de libido retida que causa seu mal estar, e não estaria queixando-se de sua condição de

sofrimento. Achar simplesmente que expor ao paciente a causa de seu sintoma fará com que ele se cure é uma ingenuidade. Não é só a ignorância que faz com que o sujeito sofra, mas também as resistências internas que a provocam. Elas originaram o desconhecimento e tratam de conservá-lo. O tratamento tentará, justamente, remover essas resistências.

Já no início da psicanálise, Freud (1910b/1996) dava uma prévia daquilo que viria a reforçar no final de sua vida: para informar ao paciente sobre os mistérios de seu Inconsciente, duas condições devem ser satisfeitas: que o paciente já tenha alcançado, por meio de sua própria narrativa, proximidade com aquilo que recalcou; e que a confiança no analista já esteja solidificada por meio da transferência.

Freud (1938/1996) coloca que vencer as resistências é a parte do tratamento que mais consome tempo e esforço, mas que é fundamental por ocasionar profundas mudanças no Eu do paciente. Independentemente da transferência, essas alterações surtirão efeito no posicionamento do paciente perante as demais situações da vida. Além disso, trabalha-se para dissolver a alteração do Eu gerada por material inconsciente, da qual o paciente se queixa. Isso se faz ao detectar em suas ideias conscientes os derivados das ideias inconscientes, colocando-os em questão junto com o analisando.

Dois fatores que se insurgem contra o tratamento na medida em que ele vai obtendo progressos – ou seja, o crescimento da compreensão do paciente sobre suas próprias tramas psíquicas que o entram. Ambos expressariam uma “necessidade de permanecer doente”. São eles: o sentimento inconsciente de culpa e a tendência à autodestruição. O primeiro, causado por um Supereu feroz e cruel, não chega a prejudicar o trabalho intelectual em análise, mas faz com que novas formas de sofrimento neurótico sejam criadas para substituir as que forem removidas ou apaziguadas. O analista deve tentar tornar essa resistência consciente, de modo a desconstruir a hostilidade superegógica. O segundo, ligado a uma quantidade excessiva de pulsão de morte agindo sobre o sujeito, Freud diz se tratar de uma situação que não é possível explicar com clareza. (Freud, 1938/1996)

Freud (1937a/1996) faz ainda indicações importantes sobre a pessoa do analista e sua influência no processo de análise. Diz que, entre os fatores que influenciam o tratamento e podem atrapalhar tanto quanto as resistências, está a individualidade do analista. Os psicanalistas são seres humanos como quaisquer outros, imperfeitos, que

aprenderam a pôr em prática um determinado método. Sobre a técnica, Freud (1910b) explicita que deve ser aprendida com analistas mais experientes, já iniciados no fazer psicanalítico.

Ao comparar o trabalho do psicanalista com o de um médico, diz que um cardiologista, por exemplo, não é impedido de tratar o coração de um paciente, ainda que ele mesmo possua algum problema interno da mesma espécie – contanto, obviamente, que isso não inviabilize sua saúde para trabalhar. Já com o psicanalista, o mesmo não ocorre. As condições do trabalho intelectual em análise fazem com que defeitos graves por parte do analista interfiram na sua avaliação e condução dos casos que atende. Uma vez que o trabalho analítico considera primordialmente a verdade, a realidade, deve-se tomar o máximo cuidado para não agir tendenciosamente, ou baseado em falsas impressões.

Não se pode exigir perfeição da personalidade do analista, mas a capacidade para conduzir os processos analíticos de seus pacientes é adquirida em seu próprio trabalho de análise pessoal. Daí a importância de todos aqueles que pretendem se tornar analistas se submeterem, eles mesmos, a tratamento psicanalítico. A finalidade da análise do analista é fornecer evidências contundentes da existência do Inconsciente, fazer com que ele, ao tornar-se consciente de seu material mental recalcado, veja em si mesmo coisas que não veria de outro modo, e servir como uma demonstração primeira da técnica do trabalho psicanalítico. Espera-se, como em toda análise, que os progressos feitos não cessem com o seu término. Pelo contrário, que o Eu conserve a capacidade de se adaptar às próximas mudanças que se fizerem necessárias na vida, e que as novas experiências sejam enxergadas de modo mais racional e flexível, à luz do que foi trabalhado em análise (Freud, 1937a/1996).

Em suma, a situação de análise, onde o analista, aliando-se ao paciente, pretende alcançar alguma solução para o mal-estar que o acomete, é permeada por dificuldades. Para começar, o paciente não se lembra de todas as suas experiências, e conseqüentemente, não é consciente de tudo aquilo que deseja, de todas as ações que executa e posturas que assume, e como essas contribuem para a manutenção daquilo de que ele mesmo se queixa. Deste modo, seu Eu se vê atordoado pelas exigências do mundo externo, pelas proibições do Supereu e pelos anseios do Isso, e tem sua organização comprometida. Para tentar reverter esta situação, o lança mão da

interpretação e do manejo da transferência. Chega-se às ideias inconscientes responsáveis pelo sofrimento, e elas são submetidas a questionamentos, problematizações. A vontade de progresso por parte do paciente, bem como seu interesse intelectual e confiança na psicanálise, são aliados do analista nesse processo – sem esquecer, é claro, da transferência positiva. Como inimigos, temos a resistência negativa e o amor transferencial, a resistência do recalçamento (já que o que foi recalçado teve esse destino justamente por seu caráter desprazeroso à consciência), o sentimento de culpa superegótico e a ação da pulsão de morte manifestando-se como tendência à autodestruição. Outros fatores que influenciarão no decorrer do processo são a capacidade do paciente de sublimar suas pulsões, sua capacidade intelectual e sua facilidade para adaptar-se a mudanças – o que está ligado à facilidade da libido em abandonar a fixação a certas ideias ou objetos.

Nas palavras de Freud, teremos servido bem ao paciente se “(...) transformamos o que se tornou inconsciente e reprimido em material pré-consciente, e assim devolvêmo-lo, mais uma vez, à posse de seu ego.” (Freud, 1938/1996, p. 195). Conclui que o resultado do trabalho do analista depende da quantidade de energia libidinal que ele consegue mobilizar no paciente para lutar contra as forças que mantêm o estado desorganizado do Eu: “(...) fortalecer o ego, fazê-lo mais independente do superego, ampliar seu campo de percepção e expandir sua organização, de maneira a poder assenhorear-se de novas partes do id. Onde estava o id, ali estará o ego” (Freud, 1932a/1996, p. 84). Porém, nem sempre o desfecho é positivo. Freud (1912b/1996) enfatiza que, ao conduzir o tratamento, o analista deve basear-se nas reais possibilidades e capacidades do paciente, e não em seus próprios desejos.

Aquilo que não pode ser lembrado retorna em forma de ato na transferência (Freud, 1914a/1996; 1920a/1976). Ao tomar consciência das ideias recalçadas que influenciam suas ações, o paciente estaria pronto para estranhá-las, submetê-las a crítica e fazer o que Freud indica em *Construções em Análise* como finalidade da análise: “abandonar as repressões (empregando a palavra no sentido mais amplo) própria a seu primitivo desenvolvimento e a substituí-las por reações de um tipo que corresponda a uma condição psiquicamente madura.” (Freud, 1937b/1996, p. 275).

Posto que o analista deve anular-se enquanto sujeito, sem encarnar o papel de professor ou de exemplo, a experiência de análise não é de natureza educativa. Sobre a

rememoração do material recalcado, Lacan (1953-54/1986) aponta que se trata menos de lembrar e mais de reescrever a própria história. No ano seguinte, afirma: “Um sentido é uma ordem, isto é, um surgimento” (Lacan, 1954-55/1985, p. 292). É algo a ser produzido pelo homem a partir disso que o perturba e insiste. Diante disso, podemos depreender que o fortalecimento do Eu citado por Freud não diz respeito a encaixar-se em um modo correto de funcionamento ditado pelo analista. Ocorre que, ciente dos significantes mestres que determinam seu inconsciente, o sujeito pode ressignificar seu entorno. Assim, ganha mais liberdade de escolha para operar de outro modo e vislumbrar novos destinos para suas pulsões.

Sobre os objetivos de uma análise, queira ou não o analisando tornar-se também analista, conforme Freud coloca:

“Nosso objetivo não será dissipar todas as peculiaridades do caráter humano em benefício de uma ‘normalidade’ esquemática, nem tampouco exigir que a pessoa que foi ‘completamente analisada’ não sinta paixões nem desenvolva conflitos internos. A missão da análise é garantir as melhores condições psicológicas possíveis para as funções do ego; com isso, ela se desincumbiu de sua tarefa.” (Freud, 1937a/1996, p.266-267)

3.5) *A Análise e a experiência de auto (re)criação:*

No texto *Uma Nota Sobre a Pré-História da Técnica de Análise* (1920b), são apresentadas as ideias contidas em um ensaio de Ludwig Börne, escrito em 1823 e intitulado “A Arte de Tornar-se Um Escritor Original em Três Dias”. Neste ensaio, o autor dá uma série de dicas de como produzir um texto literário. Tratar-se-ia de o sujeito colocar no papel, durante três dias, tudo aquilo que viesse à sua cabeça sobre os mais variados e inusitados assuntos. Ao final desses três dias, todos esses pensamentos, de certa forma ligados, seriam capazes de produzir um bom texto. Freud, que havia sido ávido leitor de Börne, relatava ter encontrado em suas obras uma série de opiniões que ele mesmo já carregava há tempos.

O método descrito por Börne é, sem dúvida, bastante semelhante à regra fundamental da psicanálise. A associação livre consiste em que o analisando diga, sem qualquer tipo de censura, tudo aquilo que vem à sua cabeça. Suspensas as amarras

morais, seria possível, por meio do deslocamento de uma ideia à outra, ter acesso ao material inconsciente.

Diante do exposto acima, podemos pensar que o método analítico funciona como um dispositivo de sublimação.

Em *Escritores Criativos e Devaneio* (1908[1907]/1996) Freud compara o brincar infantil ao devaneio do adulto. Nos dois processos, cria-se um mundo paralelo de fantasia onde se investe grande parte de emoção, e onde os elementos são ajustados a seu bel-prazer, ao mesmo tempo em que se conserva, paralelamente, a noção do mundo externo. Conforme vai crescendo, a criança vai abandonando o brincar pelo fantasiar.

Ao contrário da atividade lúdica que é executada e exposta aos outros, o adulto tem vergonha de suas fantasias. O motivo é bastante claro: a criança tem suas brincadeiras impulsionadas pelo desejo de tornar-se adulto. Já o adulto, além de ser esperado dele que aja sobre o mundo ao invés de apenas fantasiar, alguns dos desejos que originam suas fantasias seriam facilmente repreendidos pela moral social. A fantasia resulta então da frustração de não poder concretizá-los. Esses desejos se dividiriam em dois grupos principais: os desejos ambiciosos e os desejos eróticos. A respeito da formação das fantasias, Freud escreve:

“A relação entre a fantasia e o tempo é, em geral, muito importante. É como se ela flutuasse entre três tempos - os três momentos abrangidos pela nossa ideação. O trabalho mental vincula-se a uma impressão atual, a alguma ocasião motivadora no presente que foi capaz de despertar um dos desejos principais do sujeito. Dali, retrocede à lembrança de uma experiência anterior (geralmente da infância) na qual esse desejo foi realizado, criando uma situação referente ao futuro que representa a realização do desejo. O que se cria então é um devaneio ou fantasia, que encerra traços de sua origem a partir da ocasião que o provocou e a partir da lembrança. Dessa forma o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une.” (Freud, 1908[1907]/1996, p. 138)

Assim, o desejo, a partir de situações presentes e modelos passados, tenta fazer uma projeção futura. Freud salienta que as fantasias também são motores de nossos sonhos e estão na base dos sintomas patológicos que afligem os indivíduos neuróticos. Na comparação entre neuróticos e escritores criativos, Freud assinala a constante

presença da figura de um herói nas obras literárias, a quem são atribuídos todos os êxitos e a quem dirigimos nossa simpatia. Essa figura seria representante do ego.

Segundo o autor, alguma experiência presente acenderia no escritor criativo a lembrança de algum acontecimento passado (normalmente infantil) e suscitaria um desejo que encontraria escoamento na escrita. Deste modo, Freud supõe que a obra literária seria uma continuação do brincar infantil.

Vemos então que a obra literária e o sintoma encontrariam sua raiz na fantasia. A prática literária é aproximada da ideia de devanear. Assim, há equivalência metapsicológica entre o sonho e a arte (de ordem individual) e o mito (que seria um fantasiar de ordem coletiva). A equivalência dessas formações possibilitaria ao leitor ver um sentido na obra, já que todos são produções imaginativas.

No que tange a aproximação entre a atividade literária e o processo de análise, vemos que, da mesma forma como o devanear é a condição para a produção literária, também o é para o trabalho de análise (associação livre). O que importa são as fantasias inconscientes que circulam quando se suspende o imperativo da consciência moral e do pragmatismo. A posição do analisante em tratamento é semelhante à do sujeito que pretende fazer poesia: devanear como regra fundamental.

A própria narrativa de casos em psicanálise carrega semelhança com a narrativa romanesca, já que o objeto central é a figura do sujeito ao invés da enfermidade em si. Freud se interessa não apenas na doença, mas em como a experiência singular se processou para o paciente. É algo diferente de usar passagens clínicas para exemplificar conceitos.

A experiência analítica seria centrada na revelação e na constituição de um sujeito singular. Por isso mesmo, seria equivalente à experiência de criação literária do sonho e do mito (indo do plano individual ao coletivo). Em ambas, o que está em jogo é a problematização que o sujeito faz da experiência, e tentar encontrar destinos possíveis para as formações inconscientes – ao contrário do sintoma, onde há fixação de energia libidinal.

A problematização de si implica um trabalho de criação. Falar de si, de sua história, e não apenas de sua patologia, aproxima a psicanálise da criação artística. Freud, ao escrever seus casos, transforma os sujeitos das narrativas em personagens e

nomeia seus fantasmas, ao mesmo tempo em que tenta captar suas lógicas organizadoras. A narrativa que o próprio sujeito faz de si é uma exibição do campo das fantasias. O devanear, análogo ao livre associar, equivale a uma experiência de ficção, mas não da ordem da mentira. O que está em jogo é a fantasia Inconsciente que orienta o sujeito em sua experiência.

3.6) *Das Ding e Pulsão de Morte: a falta que permite a criação*

Em seu *Seminário 7*, Lacan tocará no tema da sublimação, articulando-o com a ética em Psicanálise – o que vai nos interessar para a articulação com o trabalho analítico. *Das Ding* (a Coisa), como já foi brevemente exposto no capítulo anterior, seria o objeto perdido da primeira vivência de satisfação, conforme Freud coloca em seu *Projeto Para Uma Psicologia Científica* (1950[1985]/1996).

Lacan (1959-60/2008) diz que *Das Ding* está no registro do real, ou seja, não existe como representação no aparelho psíquico – a incapacidade do simbólico de tudo representar é sua defasagem diante do real. Disso resulta que *Das Ding* nos impele a sublimar, criar coisas novas, e coloca-se como um furo que direciona toda a trama desejante do sujeito. Valendo-se dos significantes da linguagem, o sujeito apazigua a Coisa, porém, ela jamais se esgota, visto que não há palavra na linguagem que possa defini-la totalmente. A atividade pulsional é norteadada por *Das Ding*, que não se reduz diante da articulação das representações. É no esforço desse reencontro com o objeto perdido, ou no esforço de simbolização, que o sujeito se lança na direção de produzir algo novo.

A pulsão de morte – também já abordada no capítulo anterior – segundo Freud, seria uma tendência inata a retornar à inércia do estado inanimado, sem vida, onde não há qualquer tensão no organismo. O Princípio do Nirvana direcionaria esse movimento do organismo ao ponto mínimo de tensão. O Princípio do Prazer seria um desvio nessa tendência fundamental do organismo: visaria manter um nível mínimo de tensão que conserve o organismo em vida, porém, sem deixá-la aumentar muito, já que isso levaria ao desprazer.

A compulsão à repetição é uma das formas de expressão da pulsão de morte: uma maneira de reavivar mentalmente experiências desagradáveis. Força demoníaca

que se opõe ao princípio do prazer, ao invés de produzir descarga libidinal para obter satisfação, essa repetição não é vivida conscientemente como prazerosa. Produz uma satisfação que está para além do princípio do prazer.

O dualismo pulsional desta 2ª tópica opõe pulsões de vida e pulsão de morte. As primeiras objetivariam a ligação de energia psíquica a objetos, construção, agregação de unidades dispersas em um todo maior. As segundas teriam objetivo oposto: destruir, desagregar. Falar em pulsão de morte implica falar, então, em uma satisfação que está para além do princípio do prazer: forças pulsionais que, ao não se regularem por este princípio, empurram o indivíduo para ações que não o conduzirão a um estado de felicidade ou bem-estar.

A civilização seria um produto das pulsões de vida, já que reúne os seres humanos em grupos, enquanto que a agressividade, oriunda da pulsão de morte, seria uma ameaça a esse projeto. As leis e a religião, por exemplo, são modos de manter unidos os seres humanos (1930/1974).

Lacan (1959-60/2008) reafirma o que diz Freud em 1920: a pulsão de morte seria a pulsão por excelência. E acrescenta que sua destrutividade expressa a vontade de outra coisa.

A Coisa – como já dito, objeto mítico e inatingível – evidencia o vazio da pulsão de morte. *Das Ding* remete ao vazio, ao não sentido, ao não simbolizado. Tanto no que diz respeito a esse objeto que jamais pode ser reencontrado, pois o encontro com o objeto nunca é igual ao anterior; como no que diz respeito à lacuna da linguagem, ou seja, a impossibilidade de tudo exprimir em palavras, de tudo simbolizar.

Usamos a linguagem para mediar nossa relação com o mundo e os semelhantes, e é a partir dela que definimos inclusive a nós mesmos. Lacan (1959-60/2008) atribui à pulsão de vida tudo o que é relativo ao simbólico, uma vez que o sujeito se remete aos significantes da linguagem para amarrar sua energia libidinal aos objetos do mundo e construir sua vida. Já à pulsão de morte, atribui tudo aquilo que é da ordem do real, ou seja, tudo aquilo que se relaciona ao não-sentido, indizível, que não se consegue simbolizar.

Deste modo, há uma relação entre *Das Ding* e a pulsão de morte. Uma vez que *Das Ding* é o objeto perdido, impossível de reencontrar, desconhecido e indizível, está

ligado ao real. De todo esforço do sujeito em alcançar a satisfação, em atribuir sentido aos acontecimentos que o cercam, sempre resta algo que não se consegue abarcar. Este real retorna ao sujeito como exigência de trabalho. Isso que resta acoça o sujeito, insiste para se inscrever na cadeia significativa, para se ligar a um objeto, ganhando, assim, um sentido. Temos a força pulsional destrutiva, que tende ao vazio, e o objeto perdido que queremos reaver, e que pode surgir como algo novo a partir desse vazio.

Freud toma *Das Ding* como o objeto perdido, impossível de reencontrar. Lacan relaciona *Das Ding* à própria impossibilidade do simbólico de tudo simbolizar. É essa falha da linguagem, a ausência de um significante que possa nos satisfazer por inteiro, que faz com que o sujeito se remeta a vários significantes na busca de uma amarração de sentido para sua vida. Sendo assim, *Das Ding* está no norte das ações do sujeito. O esforço de trabalho humano é orientado na direção de encontrar esse objeto que produziria um apaziguamento final da pulsão.

A sublimação atribui a alguns objetos o lugar de Coisa. Os conceitos culturais de belo e do bem são modos de representar a perfeição e plenitude inatingíveis de *Das Ding*. Por *Das Ding* não possuir uma forma específica, pode ser representada através de variados objetos e ideias. Daí a famosa máxima de Lacan (1959-60/2008): “a sublimação (...) eleva o objeto (...) à dignidade da coisa” (p. 137).

É o confronto com esse lugar vazio que faz com que o criador invente algo para aplacar a angústia e condensar em si a Coisa. No processo criador, o confronto com esse lugar, cujo preenchimento é aberto a vários modos possíveis, é também um confronto com o além do princípio do prazer.

Enquanto o recalque opera um afastamento – uma vez que elimina algo da consciência – a sublimação age desviando esse algo, dando a ele uma forma socialmente aceitável, e até mesmo louvável. O recalcado volta por meio do sintoma, do ato falho, ou por meio da sublimação – o que é socialmente exaltado.

Ao passo que o neurótico, através da entrada nas leis da civilização, afasta a angústia do encontro com a Coisa, o artista se aproxima desta Coisa, afastando-a através da representação dela mesma em um objeto artístico.

A sublimação não preenche o furo, mas em seu processo de criação a partir do nada, vela o desconfortável vazio do irrepresentável, da morte, ao conceber um objeto

que representa a Coisa. Ao se embrenhar na produção de uma obra, o artista se encontra com o “real”, ou seja, aquilo que foge à linguagem, que é irrepresentável.

“Essa Coisa, da qual todas as formas criadas pelo homem são do registro da sublimação, será sempre representada por um vazio, precisamente pelo fato de ela não poder ser representada por outra coisa — ou, mais exatamente, de ela não poder ser representada senão por outra coisa” (Lacan, 1959-60/2008 p.158).

Ou seja, *Das Ding*, apesar de ser irrepresentável, se manifesta sempre representado na forma de uma obra de arte. Poderíamos dizer que, na obra de um determinado artista, *Das Ding* aparece naquele traço que sempre surge, que não cessa de se repetir em suas criações. O objeto criado não evita a coisa, mas a evidencia, representando-a.

Lacan (1959-60/2008) toma o exemplo do oleiro ao fazer um vaso. O vaso é uma criação *ex nihilo*, surge do nada, e poderá ou não ser preenchido. No ato de confeccionar o vaso, surge a ideia de vazio. Seu preenchimento pode acontecer, mas mesmo que seja aconteça, ainda restará todo o vazio externo ao vaso. O vaso apresenta então um vazio circunscrito, delimitado, evidenciado por seus próprios contornos. É por haver essa criação do nada (o significante vaso) que se pode conceber as noções de pleno e vazio. O vaso representa o vazio, porém, um vazio que não se esgota em seu conteúdo. É semelhante ao significante que representa a Coisa, porém, sem dominá-la, abarcá-la totalmente.

O surgimento da obra ocorre ao mesmo tempo que a perda da Coisa, já que a obra surge no lugar desse vazio deixado por *Das Ding*. Assim como um artista cria a obra, na experiência de análise é possível criar novos destinos para si mesmo a partir do vazio de *Das Ding*.

3.7) A ética da Psicanálise e o tratamento analítico:

A ciência fez calar o céu dos planetas. Na Idade Antiga ou na Idade Média, o sujeito tinha sua vida pautada pela obediência às suas tradições de linhagem ou às vontades dos deuses. A partir da modernidade, a ciência faz cair por terra, através de sua matematização, as respostas religiosas para os enigmas do mundo natural. A física de

Galileu e de Newton estabelece a fórmula para o movimento dos corpos terrestres e celestiais. A existência de um Deus não é mais suficiente para responder a tudo aquilo que cerca nossa existência no mundo. Desprovido da tutela deste Outro absoluto que dirigia por seu arbítrio os elementos limitados da abóboda celeste, o sujeito está sozinho com seus vasos, seus significantes, tendo que se arranjar com eles frente ao buraco que evocam e à própria Coisa enquanto vazio inexorável que retorna sobre o sujeito como um enigma exigindo respostas sobre todas as questões relativas à existência. Aí jaz a questão ética que, conforme Lacan, está relacionada à existência de *Das Ding*.

Em *O Mal-Estar na Civilização*, Freud fala do paradoxo do Supereu: quanto mais se obedece às suas exigências, mais exigências ele faz. Assim, para se chegar à satisfação, é necessário transgredir uma lei, e é exatamente aí que está a relação direta entre lei e desejo.

Freud, ao falar da sexualidade em seus *Três Ensaios Sobre A Teoria da Sexualidade* (1905/2002) escreve que qualquer forma de contato sexual que fugisse à norma (norma da cultura, entendida como natural) constituiria um desvio da moral. Em contrapartida, faria valer o desejo do sujeito, já que o que interliga lei e desejo é a Coisa, a falta constituinte do humano. Melhor dizendo, remeteria ao objeto que teve de ser abandonado por imposição da lei social. O desejo é recalcado e permanecerá inconsciente. A criança, ao ter que abrir mão do investimento libidinal nos pais, fica com esse lugar de objeto vazio. Como dito anteriormente, por conta dessa falta, o sujeito passa a desejar, e se valer dos vários significantes dispostos na linguagem para tentar nomear seu desejo e preencher, de algum modo, a falta inerente ao ser humano.

A transgressão da moral esbarra com o esforço agregador das pulsões de vida. Estas, na tentativa de frear os impulsos egoístas e destrutivos, se esforçam por agregar as partes em unidades maiores – neste caso, os seres humanos em civilizações. Como sabemos, isso só é possível com o estabelecimento das leis. Por isso, pode-se dizer que a transgressão vai na mesma direção da pulsão de morte, excesso pulsional, pois perturbaria o equilíbrio dessa unidade visada pelas pulsões de vida, ultrapassando seus limites em nome de uma satisfação pessoal. Faz referência a um excesso.

No entanto, Freud (1930/1974) não aponta só uma vertente negativa da pulsão de morte. Diz, inclusive, que comumente as duas classes pulsionais encontram-se

fundidas, agindo ao mesmo tempo e, muitas vezes, uma está a serviço da outra, apesar de os objetivos serem diferentes.

A pulsão de morte aparece, neste caso, como a possibilidade de surgimento do novo, de algo diferente, mesmo onde não existe nada. Dá vazão à criação de um desejo ao romper com a ordem estabelecida pelas pulsões de vida, escancarando o vazio e abrindo a possibilidade do preenchimento com outra coisa.

Assim, a pulsão de morte seria o próprio motor do movimento desejante, pois é o impossível, o resto que sobra insatisfeito de todo esforço de trabalho humano, que retorna sobre o sujeito exigindo outro movimento. Facilita o aparecimento daquilo que é particular em cada sujeito, já que, em seu limite, a agregação da pulsão de vida leva ao apagamento da subjetividade em nome do bem maior de um grupo.

No caso da sublimação, se faz possível a partir desse vazio de satisfação que é deixado pela Coisa. Vale lembrar que o vazio advém da produção dos significantes, uma vez que é o próprio significante que faz a representação de uma ausência. O real, redondo e completo, não tem falta de nada. A falha é da linguagem, em seu limite de representação do mundo.

Religião, ciência e arte são diferentes formas de lidar com a falta de sentido. A religião, estabelecendo normas, delegando ao desejo uma rígida proibição – o *status* de pecado – e dando à morte o sentido de uma passagem para a felicidade eterna, condizente com a boa conduta tida em vida. A ciência obliteraria a falta com novos significantes e a pretensão de tudo explicar. A arte apenas a afasta, representando-a em uma obra (Lacan, 1959-60/2008).

Neste ponto, é importante fazer uma distinção entre moral e ética. Na moral, temos normas de obediência e conduta para o bem viver, a fim de alcançarmos uma virtude. É um código de valores com referência histórica na tradição cristã. Na modernidade, com a ciência e a morte de deus, a referência social passa a ser laica. Nesta perspectiva, o discurso da ética é moderno e se opõe à moral. Enquanto esta última constitui um código de valores, a ética diz respeito à forma como o sujeito singular se defronta com o campo desse código. No lugar da certeza cega de que se deve seguir às exigências morais, surge um questionamento das mesmas. A moral deixa de ser incontestável.

A despeito da moral, há algo de impossível e não simbolizável que impede o apaziguamento pulsional, um bem total sem mal-estar. Como dito antes, a submissão às exigências do tirano Supereu (representante da lei moral no psíquico) só faz com que ele exija mais de nós, aumentando o sentimento de culpa. Em uma submissão cega às normas, o sujeito não sustenta o movimento de seu desejo e sofre com uma culpa excessiva.

A experiência analítica nos mostra que, para alcançar a um bem geral, deve-se pagar o custo da renúncia àquilo que se deseja. Tendo a análise a proposta de revelar um desejo, ou mesmo construí-lo, seu projeto se chocaria com o bem geral imposto pelas normas culturais.

A partir do momento em que tudo se organiza em torno de fazer o bem, algo de sem sentido retorna incessantemente sobre nossa própria ação com intenção bondosa, aludindo à Coisa. Ao contrário do que ocorre no processo de criação, esse retorno da falta de *Das Ding* não alavancaria a produção de novos objetos, mas tomaria lugar uma angústia pela impossibilidade de atingir a um ideal, e uma exigência superegóica cada vez mais tirana. No estado de angústia a cadeia de significantes se vê enfraquecida, o que compromete o circuito do desejo, uma vez que este se formula por meio dos mesmos significantes.

O antídoto para a angústia seria, então, o desejo, que impulsionado pela Coisa deverá procurar sempre outro significante que a represente. Portanto, a ética da psicanálise é a ética do desejo: a ética centrada no desejo contra o imperativo da submissão ao Supereu. Ao final da análise, produz-se algo – que pode ser um objeto ou uma mudança de posição – que gera efeitos no laço social.

Sendo assim, a psicanálise não se propõe a ser uma ciência. Não se trata de um método normativo, já que não há uma medida de bem estar comum a todos os seres, ou algo que garanta uma solução última frente ao mal-estar. O bem supremo está no campo da moral, da norma, enquanto no fim de análise o sujeito deixaria de esperar uma solução definitiva para, entre as brechas da norma, achar um escoamento para seu desejo, responsabilizando-se por ele e pagando o preço que isso exigir. Isso é a sustentação do desejo singular.

A psicanálise também não é hedonista, pois não prega o prazer desenfreado e enfatiza a importância da lei para a constituição do sujeito. A proibição ao final do Édipo é necessária para a emergência do sujeito falante e desejante. Daí a ética em psicanálise girar em torno do vazio provocado pelo afastamento da Coisa. Sempre haverá um vazio que não poderá ser reduzido a um objeto, não poderá ser representado em um significante, permanecendo sem sentido. É exatamente esse vazio que impelirá o sujeito a novas criações artísticas ou ressignificações subjetivas.

Em vez de uma total transgressão, a psicanálise fala em equilibrar as exigências pulsionais com os freios morais necessários à civilização e à própria preservação da vida, achando, nesse meio, uma brecha para o desejo. Tanto o trabalho de análise quanto a sublimação, a partir do esforço por chegar a *Das Ding*, são formas de positivar a força da pulsão de morte, fazendo valer a sua vertente criadora e possibilitando o surgimento de algo novo.

A análise possibilita que o sujeito recontar sua história de outro modo, repositicione-se de outro modo perante aquilo que o incomoda ou o mobiliza de algum modo, assumindo uma postura de responsabilidade com relação a suas escolhas.

3.8) A importância da responsabilização: do analisando e do analista

A experiência de análise é trágica por fazer com que o sujeito entre em contato direto com o seu desejo, e responsabilize-se por ele, o que significa dizer que o sujeito deve sustentar o próprio desejo. Podemos entender a questão da tragédia por dois lados diferentes, mas que se complementam.

O primeiro ponto é que, assim como Freud (1917/1976) dizia que o Eu não é senhor em sua própria casa, o sujeito não é senhor de seu desejo, mas assujeitado a ele. Isso porque o desejo é sempre o desejo do Outro (tanto o Outro primordial do início da vida quanto ao Outro, morada dos significantes em uma língua). A causa do desejo é o vazio – presente em *Das Ding* e movido pela pulsão de morte – e o sujeito é efeito do movimento que advém deste vazio. A condição de comandado por seu desejo surge por conta da dependência patente que se tem do próximo, desde o início da vida. São os significantes desse próximo que marcam o corpo do sujeito e se fixam em seu

inconsciente, dando as balizas para que ele se mova ao longo da vida. E essas balizas se forjam antes mesmo que emerja o sujeito dividido entre consciente e inconsciente.

O segundo ponto é que, em momento algum, há garantia de que o sujeito atingirá êxito em sua empreitada. Ao se lançar em direção a qualquer objetivo, não pode ter certeza de que obterá prazer, sucesso, reconhecimento ou acolhimento alheio. É uma experiência de contato com o real, para o qual não há respostas previamente dadas. O desejo não necessariamente está em confluência com o caminho mais cômodo para o sujeito, nem tampouco com aquilo que poderia ser descrito como um bem geral, como diz Lacan em seu seminário sobre a ética.

Sobre esta questão do desejo, Lacan (1959-60/2008) cita a tragédia grega de Antígona. A heroína possui uma lei autônoma, que opõe-se à lei da cidade. Na tentativa obstinada de enterrar seu irmão, Antígona está disposta a ir contra sua própria vida, assim como não se importa com as ameaçadoras restrições impostas por Creonte, nem com os apelos de sua própria família. Assim, contraria claramente a noção de bem geral, conforme uma ética aristotélica que conduz à felicidade. Por outro lado, aproxima-se de uma ética kantiana, uma vez que para Kant a ação de acordo com a ética não tem a ver com aquilo que trará bem ao próprio sujeito ou aos seus pares. A ação ética seria a ação que tem valor em si mesma, independente de uma finalidade externa. Ela é feita porque precisa ser feita, porque o sujeito é tomado por um imperativo do qual não consegue se desvencilhar. Uma ação que obedece à lei do próprio sujeito, que é absoluta e desinteressada de qualquer benefício posterior. (Lacan, 1959-60/2008)

Se por um lado Antígona ilustra muito bem a condição do desejo para a psicanálise – aquilo que causa o sujeito e o faz se mexer, sem que ele mesmo saiba o porquê – também ilustra que o desejo é, na verdade, do Outro. Antígona é escrava de seu desejo, ao mesmo tempo em que este desejo não é dela. Questionada por Electra sobre suas atitudes que só fariam prolongar os males provocados pelo mal feito de Édipo, a heroína concorda, porém responde que esta é a única forma como consegue agir. Antígona é tomada por um impulso do qual não consegue escapar. Em contrapartida, a lealdade a seu irmão impede que ela construa um destino que seja só dela, uma construção baseada em um desejo do qual ela seja, de fato, autora. Sendo assim, com a tragédia de Antígona é possível perceber uma separação entre a dimensão do ato e a dimensão da escolha. Antígona se responsabiliza por um desejo tão caro a

ponto de valer sua vida, e vai até o fim para que ele se concretize. A dimensão da criação de uma história escrita de próprio punho, no entanto, permanece negligenciada. A personagem permanece comprometida com a história de seu irmão, uma história que não lhe pertence (Lacan, 1959-60/2008).

A questão da *ética*, para Lacan, tem a ver com a ação. O sujeito se precipita num ato, mesmo sem garantias prévias, arcando os possíveis custos disso. É o que faz Antígona. No entanto, fazer valer o seu desejo não implica a construção de um *saber* acerca do mesmo. (Lacan, 1959-60/2008). Não ocorre – como é o esperado em uma análise – a mudança de posição perante sua verdade, o que implica a construção de um saber, de uma *nova verdade*, feita a partir de novos sentidos produzidos conforme o sujeito narra e revê sua história (Lacan, 1953/1978). Para construir um desejo próprio, é necessário *trair* o desejo do Outro.

Lacan, em seu *Seminário 7* (1959-60/2008), diz: “A única coisa da qual se pode ser culpado é de ter cedido de seu desejo.” (p.376). Uma vez que a ética da psicanálise é a ética do desejo inconsciente, ceder de seu desejo seria equiparável a uma traição a si mesmo: ao ignorar o desejo, o sujeito permanece engessado em seu sintoma. Abdica do saber sobre a sua verdade inconsciente e permanece operando de um modo que, apesar de menos trabalhoso, gera muitas queixas. Na análise, busca-se que o paciente possa passar do gozo do sintoma ao deslizamento do desejo. Os dois estão ligados à satisfação inconsciente. O que os diferencia é que, enquanto o sintoma pressupõe um engessamento da libido, culpabilização e queixa, o desejo pressupõe o deslizamento libidinal, ou seja, novos posicionamentos perante suas queixas. Ao abraçar seu desejo, o sujeito não está livre de eventuais desconfortos ou sofrimentos, mas sai de uma posição queixosa e culpabilizante para assumir os riscos e as responsabilidades por seus atos. Há um compromisso com a própria vontade.

Desta forma, a responsabilidade do analista está intimamente conectada à responsabilidade do sujeito. Se uma responsabilização por parte do sujeito significa tomar as rédeas de seu próprio desejo, o analista terá como papel inquietá-lo, de modo que, ao se defrontar com enigmas, ele reconheça a importância de se implicar em seus atos. Seria como dizer que o sujeito faz aquilo que deseja. Portanto, faz-se mister assumir que, mesmo onde ele não se reconhece, mesmo naquilo que ele repudia em si mesmo, há algo de satisfação inconsciente, algo de sua verdade. E é essa assunção que

possibilita a transição para um modo de satisfação que não gere tanto sofrimento no nível da consciência. Passa-se da posição de vítima para a posição de autor da própria vida. Esse é o objetivo de um processo analítico: o compromisso com o desejo – e essa é sua ética.

A responsabilidade do analista é, operando na função Desejo do Analista, provocar que o Inconsciente do analisando apareça à medida em que desliza o discurso, produzindo, assim, um sentido. Tem-se assim as condições para convocar o sujeito a escutar aquilo que diz de si em seu discurso: ele realmente quer aquilo que deseja?

A Psicanálise, por ser uma ética do desejo, não aposta em um “adestramento” (segundo as palavras de Miller, 2005) ou pedagogia. O analista trabalha com os significantes vindos do sujeito, para que ele mesmo tome suas decisões. Não se trata de um saber que o analista detém sobre o sujeito e que pode transmiti-lo (como na universidade). Lacan apresenta tal definição da situação da experiência analítica:

“(...) ela dá ao outro, como sujeito, o lugar dominante no discurso da histórica, histeriza seu discurso, faz dele um sujeito a quem se solicita que abandone qualquer referência que não seja a das quatro paredes que o envolvem, e que produza significantes que constituam a associação livre soberana, em suma, do campo” (Lacan, 1969-70/2007, p. 35)

O saber que há da parte do analista é o *savoir-faire*, um manejo técnico. No discurso do analista, ele é objeto-causa do sujeito que está trabalhando – desdobrando o saber da cadeia de significantes. O saber está no lugar da verdade. Por isso, não cabe ao analista dar conselhos a seu paciente ou se colocar na posição de modelo. A crença em um saber pleno motiva a busca por saber, mas deve-se admitir um ponto de limite. E, na situação de análise, é no ponto onde não se pode dizer mais nada que há a possibilidade de o sujeito se precipitar em um ato.

Lacan (1969/70) diz que a verdade é a impotência. Com isso, entendemos que não há produção ou trabalho que vá abarca-la totalmente. Como é da própria linguagem não conseguir nomear tudo, na tentativa de esquematizar toda a verdade – apreender o real pelo simbólico – sempre há algo que nos escapa. A verdade será, então, sempre parcial. Enquanto o discurso científico/universitário toma o saber como a verdade da concretude e acredita em sua totalidade, o discurso psicanalítico não crê em um saber que possa recobrir todo o real. É justamente por haver algo que o saber científico não dá

conta, que a psicanálise existe: para recolher isso que sobra e se faz presente no sintoma e nas diferentes manifestações de mal-estar que surgem nos sujeitos da civilização.

A direção da psicanálise é oposta à da “medicalização da vida” e à da “judicialização dos conflitos”, tão em voga atualmente. Nelas, vemos uma “infantilização” do sujeito, uma vez que ele é destituído da sua responsabilidade e da noção de que nem tudo é possível de ser feito. Na primeira, além de apontar-se uma causa biológica para todos os sentimentos e comportamentos, propõe-se uma solução exterior – medicamentosa. Na segunda, as decisões para os mais corriqueiros conflitos são ditadas por um juiz – que encarna, podemos dizer, uma instância paterna externa. Destituir o sujeito de sua responsabilidade é como dizer que seu destino independe de suas ações. É importante que a psicanálise possa sustentar esse lugar de implicar o sujeito em seus atos, buscando um arranjo entre a satisfação pulsional e as exigências sociais, e confrontando-o com a dimensão do impossível. O destino do homem depende de um passo ético.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, apontamos o lugar central do corpo no contemporâneo, desde o narcisismo nos cuidados estéticos até a crença do cérebro como lugar da causalidade psíquica – questão que nos interessa. Alguns fatores sociais foram responsáveis por isso, como as referências simbólicas pulverizadas, a cultura capitalista – com o consumismo e os ideais impostos –, o esvaziamento do simbólico e empobrecimento dos discursos dos sujeitos, e a propagação da ciência como guardiã da Verdade. O sujeito psicanalítico é evanescente, surge nos tropeços de linguagem, nos sonhos, nos lapsos, em todos os atos onde o indivíduo consciente não se reconhece. Marcado por sua história, não é objetivável por meio de imagens cerebrais ou processos neuroquímicos. É enigmático, impossível de ser desvendado, e sempre por se fazer no curso de suas escolhas. Isso implica uma terapêutica centrada na fala, onde o analista dirige o processo, mas não dirige o paciente (Lacan, 1958a/1998).

No *Seminário 2* de Lacan (1954-55/1985), vamos ter a relação entre ciência e psicanálise abordada através da pergunta: por que os planetas não falam. Ao que responde: “Os planetas não falam – primeiro, porque não têm nada a dizer – segundo, porque não têm tempo para isto – terceiro, porque se os fez calar” (p. 298).

Com a ciência moderna, esse mundo natural, onde as qualidades dos objetos eram atribuídas sempre de modo subjetivo e as coisas se relacionam por semelhança, é substituído pelo mundo objetivo da matematização da natureza. Essa delimitação do real pelo discurso científico fez com que os planetas se calassem. Newton, ao criar a fórmula do movimento dos corpos, ofereceu respostas formais e concretas para a questão, anulando explicações de outra ordem que não a científica.

O real da ciência serviu de base para o real da psicanálise, já que a ciência constatou que um real puro e perfeito não existe. As fórmulas são por nós construídas para tentar dar arrumação à natureza. A realidade existe, então, na medida em que criamos um universo de linguagem para dar sentido ao real. A linguagem científica delimita o real e o real só se presentifica pelo simbólico.

Lacan completa: “tudo que entrar no campo unificado nunca mais falará, por tratar-se de realidades completamente reduzidas à linguagem. Penso que vocês estão vendo aqui a oposição que existe entre fala e linguagem” (p. 302). Enquanto a

linguagem está em um plano mais geral, abrangendo todos os signos de uma língua e os diferentes modos que esses signos são utilizados em uma cultura, a fala é algo particular: diz respeito ao modo como cada falante se apropria dos significantes disponíveis, agrupa-os e arranja-os para se dirigir ao outro.

Há uma diferença notável entre o real da ciência e o real da psicanálise. Explica Freire (1997):

“Entretanto, esse real não-sentido – se a ciência teve como finalidade desde sua origem, cerca-lo, esvaziá-lo através do discurso, reduzi-lo a uma fórmula mínima, a um número, – na psicanálise ele não se cala e, malgrado as fórmulas e cadeias significantes que o circunscrevem, ele retorna, causando o sujeito” (p. 4).

Sendo assim, da mesma forma que a ciência, a psicanálise aponta a irreduzibilidade do real pelo simbólico. Mas vai, além disso, ao apontar sua dimensão de impossível e falta de sentido, atentando para a inquietação e desconforto que ele gera ao não cessar em incidir sobre o sujeito. É esse não-sentido que impulsiona o homem a buscar respostas para os enigmas da existência. Ou seja, ao mesmo tempo em que Lacan reconhece que só se pode acessar o real através da linguagem, também aponta que é justamente essa impossibilidade de abarcá-lo totalmente pelo simbólico que move a vida do ser humano. É essa irreduzibilidade do real e essa reincidência que faz com que os sujeitos não se calem. A psicanálise “busca nesse real o que ‘fala’ e causa, em seu vazio, marcas no sujeito” (Freire, 1997, p. 5). Os seres humanos não se calam porque a condição de sujeito do Inconsciente não lhes permite ter sua “fórmula” desvendada – ao contrário dos planetas.

Dito isto, faremos algumas considerações acerca: (1) da redutibilidade da subjetividade ao biológico na atualidade, (2) das decorrentes críticas desferidas à psicanálise, (3) da proposta terapêutica da psicanálise (quais são seus possíveis efeitos) e, (4) da relação entre psicanálise e neurociência.

(1) Não podemos cair na armadilha de execrar o presente num tom saudosista, esquecendo que os tempos passados também tinham suas mazelas. Freud (1930/1974) fez questão de nos lembrar que o mal-estar inerente à condição humana é irremediável, e não há configuração social capaz de saná-lo. No entanto, cabe fazer algumas perguntas ao presente. No âmbito cultural, qual a sociedade que queremos construir?

Vale a pena tanto esmero para manter um padrão existencial focado na imagem e no consumismo? Os ideais fixados na esfera profissional, pessoal e nos cuidados com o corpo – a figura do “vencedor” – não estariam cobrando um preço alto demais? Se as restrições morais do século XIX coíbiam os desejos compelindo a uma renúncia sacrificante, a liberdade de comportamento e decisão por nós conquistada trouxe outros sacrifícios. Além de também trazer manifestações sintomáticas, traz um individualismo que não facilita o contato com o outro e a expressão dos sentimentos. Traz ainda a mesma escravidão vitoriana, porém a um outro tipo de norma, cuja receita de cumprimento é mais enigmática.

No filme “Augustine”, uma das pacientes de Charcot se queixa justamente do fato de seu médico não escutá-la. É comum, hoje, ouvir de vários sujeitos a queixa sobre a falta de escuta em consultórios médicos e outros espaços da área da saúde. Após mais de um século da criação da psicanálise, ainda vemos a questão do sujeito ser negligenciada, inclusive onde ela mais deveria ser objeto de atenção. Uma célebre paciente de Breuer definiu a psicanálise como *talking cure*. Apesar do caráter implacável do mal-estar, de não poder falar em cura para o encontro com o real, anos de prática analítica mostraram os efeitos que o deslizar de significantes na fala em análise podem ter no modo como o sujeito gere seu destino. Mesmo com a não remoção sintomática – um fracasso – a possibilidade de falar de seu sintoma faz operar mudanças na vida do sujeito.

Sendo seres de carne e osso, ninguém duvida que o organismo biológico é condição *sine qua non* para a vida, desde a esfera íntima até a social. O que podemos contestar é a ideia de que a vida subjetiva é decifrável através de circuitos cerebrais ou, mesmo que a vida subjetiva é o somatório de atividades cerebrais. A ciência não dá conta da diversidade de nuances sentimentais que o ser humano é capaz de esboçar, em suas coerências lógicas e em suas contradições. Além disso, há algo que requer um posicionamento ético, que implica a condição trágica de incerteza que nos persegue desde o nascimento até o momento derradeiro. Conforme coloca Lacan (1954-55/1985): “A vida é isto – um rodeio, um rodeio obstinado, em si mesmo transitório e caduco, e desprovido de significação” (p. 292).

Mapear o funcionamento cerebral e a constituição genética, podendo intervir com fármacos quando necessário é, sem dúvida, um avanço notável, e algo que se faz

útil em diversas ocasiões, como por exemplo, quadros depressivos ou de ansiedade que impedem ao sujeito levar a cabo as mais simples e elementares atividades cotidianas. No entanto, tomar o mapeamento dos processos fisiológicos como a totalidade de uma condição mental é um excesso teórico – concordando aqui com Ehrenberg (2009). A biologia humana é uma parcela, não é a condição mental ela mesma, tampouco a chave para o sentido da vida.

Freud (1915b/1976) entendia que processos psíquicos se dão no corpo, e hoje é sabido que há áreas cerebrais responsáveis por funções como memória, linguagem e afetividade. Porém, a despeito de correlatos cerebrais para funções psicológicas, as neuroimagens não possibilitam localizar no cérebro uma certa experiência subjetiva, ou seja, o funcionamento cerebral não explica a dimensão da experiência tal como é vivenciada (Solms, 2000). Pessoas com estados patológicos semelhantes, por exemplo, podem ter relatos diferentes sobre suas condições. Pensar uma personalidade que se reduz ao cérebro é cair no deslumbre pós-moderno com o corpo físico e respostas rápidas. Mais que isso, é assumir uma *ausência de sujeito*.

Pontuações ético-políticas também surgem. Ainda que se admita plasticidade e suscetibilidade do cerebral, ao invés de determinismo, ainda que se admita a possibilidade de uma intervenção ao invés de um destino implacável, a estrada pode levar a um destino perigoso. Quando a ciência lança recomendações no âmbito relacional para que o cérebro se molde de tal ou qual jeito (por exemplo, modos de as mães lidarem com seus bebês) há uma tentativa de normatizar os domínios da vida privada dos indivíduos, conduzindo-os para os ideais de quem dita essas regras. Rose (2003) coloca que os psicofármacos estão atrelados a uma concepção de como os sujeitos devem ser. A ideia por trás da criação de remédios não envolve apenas a recondução do sujeito a um estado de humor confortável, mas modos de ser, pensar, agir e perceber o mundo em que vivem. Foucault já nos alertou para os perigos de um controle governamental do corpo em *O Nascimento da Biopolítica* (1979/1997). No campo da genética, Zatz (2000) levanta questões éticas como: quais os benefícios de testes pré-sintomáticos, quem teria acesso aos testes genéticos (empregadores? Companhias de seguro? O poder judiciário?), a possibilidade de recusar-se a fazer esse tipo de teste.

Em uma época de sujeitos cada vez mais referidos à imagem e com narrativas cada vez mais empobrecidas sobre suas histórias e suas questões, é comum vermos proliferar os tutoriais do bem viver. Manuais de autoajuda (e até mesmo cursos presenciais) que abordam as searas mais diversas: o modo como se portar para fazer amigos, como ser irresistível para um pretendente amoroso e manejar uma relação afetiva, como ser um profissional bem sucedido, como criar os filhos, etc. Conduzir a vida sempre dependeu das trocas intersubjetivas com aqueles que nos cercam. Por esta razão, nunca foi tarefa fácil. Mas o que vemos atualmente é uma dificuldade crescente não apenas em nomear os sentimentos, como em imaginar destinos possíveis para as diversas situações. Destinos baseados não só no controle das contingências, mas na própria vontade, no próprio jeito de ser, naquilo que o sujeito desenvolveu ao longo de sua história.

Parece possível afirmar que as tentativas da ciência de criar “manuais de bem-estar” são semelhantes às da indústria da autoajuda, apesar de obviamente respaldada por um referencial de bem mais credibilidade. O importante neste debate é: troca-se aquilo que, no devir da existência, deveria ser da ordem da singularidade e de uma escolha ética por algo da ordem de uma receita engessada. Isso se choca com a concepção psicanalítica de que há uma satisfação inconsciente no sintoma – não se tratando, portanto, da simples remoção sintomática. O ideal é o mesmo ideal normativo da medicina. Normatizar a existência até as capilaridades da vida íntima, regulando minúcias e produzindo sujeitos pasteurizados que atendem a um ideal de mercado é tirar a riqueza da paleta de cores da existência.

Em uma época de sujeitos tamponados e discursos esvaziados, lembremos que Freud sempre priorizou a escuta de seus pacientes, deixando-os falar livremente. E esse é o diferencial e a importância que a psicanálise pode ter hoje: sustentar um lugar para a impossibilidade e fazer com que o sujeito (re)construa uma história sobre si. A postura psicanalítica com relação ao real é outra; vai na direção oposta a de métodos terapêuticos que, por meio de condicionamentos e treinamentos cognitivos, fornecem respostas prontas ao sujeito, excluindo do processo a dimensão idiossincrática do desejo. Não se trata de um método normativo, já que não há uma medida de bem estar comum a todos os seres, ou algo que garanta uma solução última frente ao mal-estar.

(2) Quanto à teoria e prática em psicanálise, relembro as colocações de Perelson (2011) no prefácio do livro, escrito por comportamentalistas, que tem como intenção reduzir a psicanálise a pó. A psicanalista escreve que tal publicação acabou por trazer à cena pública francesa uma importante discussão sobre do que se trata a teoria e prática psicanalíticas, quais são seus princípios éticos, e justificar a sua não promessa de cura – oposta à proposta das terapias comportamentais – ou felicidade baseada na lógica do desejo inconsciente. Com isso, os psicanalistas foram levados a saírem das discussões fechadas em seus círculos e escolas de formação e se dirigirem ao grande público, aos leigos, e que esse tipo de discussão também seria bem vinda no Brasil.

Segundo Perelson (2011), a única crítica que foi encarada com seriedade pelos psicanalistas – e capaz de suscitar alguma reflexão – foi a que abordava o dogmatismo no qual alguns psicanalistas muitas vezes incorreram. Com relação a isso defensores da psicanálise assumiram esse risco e lembraram que a psicanálise deve ter frequentemente o seu conjunto de teses posto em questão. Daniel Kuperman escreve que “A psicanálise é um saber cuja possibilidade de produção e de transmissão é regulada pela força dos processos de recalçamento e, também, pelas vicissitudes da transferência” (2009, p. 302). Por mais que a disciplina de Freud preze pela observação clínica, a afirmação faz sentido, uma vez sabendo que o fenômeno transferencial existe e baseia-se no saber que se assume que o outro tem. Em círculos de diálogo mais fechados, é ainda mais plausível que isso ocorra. Afinal, a prática científica também é sujeita a processos de socialização, onde o meio em que o cientista se insere influi no modo como ele observa os fenômenos e coloca perguntas (Stengers, 2002). Essa questão não pode passar despercebida aos olhos de um analista.

Para Perelson (2011), os pontos positivos de uma publicação polêmica e crítica à psicanálise são justamente o debate e a reflexão que ela desencadeia, para benefício tanto de praticantes e teóricos da psicanálise, quanto de pacientes. Nesse sentido, Roudinesco (2012) admitiu a possibilidade de tratamentos analíticos mais breves feitos em sessões mais longas, onde o sujeito tenha uma questão focal a ser trabalhada. Por mais que se saiba que é comum o sujeito chegar à clínica sempre com uma questão específica, e que uma questão sempre acaba, no decorrer de uma análise, remetendo a várias outras, a estudiosa argumenta que a psicanálise é mundialmente conhecida e todos sabem da “existência” de um Inconsciente, mas nem todos possuem interesse em explorá-lo profundamente. Por mais que se possa fazer várias objeções a essa proposta,

é uma nova tentativa, em um mundo com configurações diferentes do início do século XX. Este, inclusive, foi um dos fatores que mudou desde a época de Freud, quando os pacientes chegavam a frequentar a análise cinco vezes por semana – situação praticamente inviável nos dias de hoje. Não podemos esquecer que o pai da psicanálise também construiu seu conjunto de técnicas em um processo de tentativa e erro.

Tendo o próprio Freud dito que a psicanálise se apoia na visão de mundo científica por se preocupar com a investigação empírica dos fenômenos, os psicanalistas não podem fugir da necessidade de revisão da teoria e da prática que os ampara quando isso se mostrar necessário. Lembremos o próprio: “O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições” (1915a/1976, p. 137). Cabe acrescentar uma longa, porém importante citação de Sándor Ferenczi, pupilo de Freud, a este respeito:

"Na verdade, não sei se devo invejar nos meus colegas mais jovens a facilidade que têm para entrar na posse de tudo aquilo que a geração precedente conquistou ao preço de duros esforços. Às vezes, parece-me que não é a mesma coisa receber uma tradição já feita e acabada, por válida que seja, ou estabelecer uma por si mesmo". (Ferenczi, 1930, p. 55)

E ainda:

"Mas nós, seus alunos, somos propensos a seguir muito mais ao pé da letra as falas mais recentes do mestre, a proclamar como única verdade a última descoberta e assim cair, por vezes, no erro. A minha posição pessoal no movimento psicanalítico fez da minha pessoa uma coisa intermediária entre aluno e professor, e esta dupla posição autoriza-me e habilita-me, talvez, a sublinhar esse gênero de perspectivas unilaterais e, sem renunciar ao que há de bom na novidade, defender uma justa apreciação do que foi confirmado pela experiência". (Ferenczi, 1930, p. 53-4)

E se há mitos e críticas tão ferrenhas à psicanálise, não cabe supor que estas possam se dar também por conta de um distanciamento da psicanálise frente à sociedade? Certamente a cultura capitalista que exalta a imagem e o imediatismo não convida à reflexão. Temos ainda a colocação de Freud (1917/1976) de que sempre haverá resistência à psicanálise, uma vez que ela desnuda processos inconscientes que o eu consciente se esforça tanto para ignorar. Mas também parece um pouco cômodo – e até mesmo arrogante – deduzir que todas as críticas se tratam de resistências. Ir por esta

via não é cabível aos analistas. Não estariam alguns analistas assumindo posturas herméticas e usando uma linguagem pouco acessível a leigos e aprendizes? São indagações provocativas, mas cabe também uma autocrítica em um cenário de tantos ataques.

Após mais de um século de prática e mudanças sociais, o saber psicanalítico se consolidou e está entremeado no imaginário social. Em meio a clichês positivos e negativos, apreensão popular de termos como “recalque” e a crença de que a psicanálise explica tudo o que gostaríamos – e não gostaríamos – de saber sobre nós mesmos, é inegável que o “acontecimento Freud”, como coloca Lacan em seu *Seminário 16*, foi um marco no pensamento ocidental. É justo que a psicanálise se lance no debate público. Jamais no sentido de atender a uma demanda por explicações últimas e um bem-estar geral, uma solução final, um modelo adaptativo. Isso sim, do ponto de vista psicanalítico, seria um charlatanismo. Mas abrindo para a sociedade, cujos sujeitos procuram a clínica, quais são seus fins terapêuticos, e em que ela pode ser útil diante do mal-estar contemporâneo.

(3) O objetivo de uma análise é o descolamento dos significantes do Outro para a criação de um desejo próprio. Assim, é no decorrer da fala que se dá o deslizamento dos significantes e é possível identificar quais deles comandam o desejo do sujeito, em torno de quais significantes ele tece sua história, norteia suas atitudes. O que move a análise é o sujeito falar de si mesmo. É na fala que ele se define.

Lacan enfatiza que não há um objeto, uma palavra que possa esgotar o desejo. Esta falta, que se encontra para além de qualquer representação completa, é que anima o desejo e, por conseguinte, as ações humanas. Deste modo, o desejo deve ser criado. Na análise, trata-se de fazer com que o sujeito fale sobre seu desejo,

“de ensinar o sujeito a nomear, a articular, a fazer passar para a existência este desejo que está, literalmente, para além da existência, e por isso insiste. Se o desejo não ousa dizer seu nome, é porque, este nome, o sujeito ainda não o fez surgir. Que o sujeito chegue a reconhecer e a nomear seu desejo, eis aí a ação eficaz da análise.” (1954-55/1985, p. 287).

A verdade, para a Psicanálise, é não-toda, uma meia verdade, pois relaciona-se à verdade inconsciente (Lacan, 1969-70/2007). Como fala Freud (1900/1996) há um

limite para toda interpretação, onde qualquer tentativa de produzir um sentido se torna inútil. Uma vez atingido o umbigo do sonho, não se pode mais avançar.

Sendo o saber uma construção simbólica, pois se trata de um encadeamento de significantes (Lacan, 1969-70/2007), é possível perceber que ele também possui um limite. Além da própria limitação da linguagem para tudo nomear, temos a dimensão de inalcançável do Inconsciente. Nenhum sujeito é capaz de saber ou dizer tudo, nem mesmo sobre si.

A psicanálise, em vez de tentar solucionar o real, transformá-lo em fórmulas, como faz a ciência, entende-o como aquilo que provoca e move a vida psíquica dos sujeitos. Por isso, ao invés de tamponar questões, o que interessa é colocar questões. Seu compromisso não é com a ortopedia em prol de um “bem geral”, mas com o desejo singular de cada um e sua possibilidade de realização. Como afirma Freire (1997): “(...) a psicanálise nos faz sofrer e nos faz recolocar questões já esquecidas pela ciência, tais como ‘o que isso (as estrelas, o mistério do mundo, os astros) significa para mim enquanto sujeito?’” (p. 6). O modo de recolher o que a ciência não consegue apreender é fazer com que o sujeito se indague sobre sua história, aquilo de que ele não abre mão (a despeito do desconforto que cause) e construa um saber próprio sobre si. Em termos freudianos, criar destinos para a energia pulsional desligada no Isso, amarrando-a a objetos do mundo.

“Não esperem portanto de meu discurso nada de mais subversivo do que não pretender a solução”, disse Lacan (1969-70/2007, p. 66). A psicanálise admite um fracasso por lidar com aquilo que não funciona – o real é aquilo que volta sempre para o mesmo lugar. Não promete uma vida sem sofrer, pois não assume um ser humano direcionado apenas a uma adaptação evolucionista. Mesmo a sustentação do desejo implica em renúncias e percalços. Porém, supõe sair de um modo engessado de satisfação sintomática, onde: “Eles não se contentam com seu estado, mas, estando esse estado tão pouco contentador, eles se contentam assim mesmo” (Lacan, 1963/2008, p. 164) para algo de sua escolha. Um desejo que vale a pena se engajar, e cuja satisfação compensa o trabalho e riscos que pode correr. Ao analista cabe “(...) a sustentação do impossível, como tal, *em aberto, sem solução*” e “(...) se chega a fazer a experiência do impossível em ato (e não apenas no plano do saber – que o levaria à impotência), o

sujeito vê abrir-se diante dele a um só tempo o desarrimo e a chance de seu desejo” (Costa-Moura, 2010, p. 251-252).

(4) O domínio das neurociências não deve ser desqualificado, e dizer isso seria obscurantismo. No entanto, tentar transpô-lo para a psicanálise seria valer-se da teoria psicanalítica para endossar o que Ehrenberg (2009) considera não como “um passo a mais”, mas um “passo demais”. Trata-se apenas de demarcar limites para os dois campos de saber. Se por um lado o cérebro está em todos os momentos da vida, a atividade cerebral deve ser vista mais como um produto desta vida do que como causa primeira das manifestações de um sujeito. Áreas cerebrais são ativadas por conta de um determinado entorno ao qual o sujeito reage pautado em suas vivências no laço social, nos trilhamentos simbólicos que percorreu. Sem um contexto, os impulsos cerebrais acabam por ser descargas elétricas soltas.

Não faz sentido a psicanálise se dobrar aos ideais e modelo científico se seu papel é recolher o que resta, o que não encontra respaldo no esforço científico.

O “eu neuroquímico” (*neurochemical self*) está sempre por se fazer, conforme marca Rose (2003). Da mesma forma é o sujeito da psicanálise. Porém, enquanto o primeiro se faz na administração de remédios e condicionamentos comportamentais, que obedecem a uma ética que não leva em conta a história individual, o segundo devém no curso de suas escolhas.

Neste sentido, a psicanálise opõe-se à proposta de uma clínica sem sujeito, onde o ser humano é reduzido à sua performance comportamental e suas reações fisiológicas. O objetivo é fazer com que o sujeito em análise se coloque perguntas. Em escala macro, questiona os rumos da civilização, suas configurações produtoras de mal-estar e as tentativas de controle social que tentam uniformizar e obturar o lugar do desejo – como por exemplo, a “psiquiatrização” generalizada de uma sociedade e a adequação a comportamentos meramente funcionais.

Se há dados mostrando que 25% da população geral, que não faz uso de serviços psiquiátricos, virá a desenvolver alguma desordem mental presente no DSM-IV pelos próximos 12 meses, e 50% desenvolverá durante a vida (Rose, 2010), duas questões podem ser colocadas. A primeira é que, se a sociedade de livre circulação de informação nos trouxe certa liberdade para pensar a agir, também trouxe, em contrapartida, mais

ansiedade para o cotidiano. Isso se explica com as exigências por flexibilidade, eficiência e autonomia (Ehrenberg, 1998). A segunda é que sentimentos tidos como disfuncionais para esse padrão de exigência (como insegurança e tristeza, por exemplo) passam de parte da vida psicológica de cada um de nós para uma anomalia que deve ser alvo de intervenção.

Por fim, ainda que o modelo de funcionamento psíquico observado por Freud seja confirmado pela neurociência, isso não confere maior validação à psicanálise. Descobrir que processos Inconscientes de fato possuem um funcionamento cerebral correlato não muda a questão. A totalidade da experiência psicológica continua a depender de um entorno ambiental mediado por trocas de linguagem, onde fármacos e imagens cerebrais não são suficientes para solucionar o todo. A psicanálise também não é, mas continua a conservar seu papel de recolher aquilo que a ciência não consegue recolher, a saber, um posicionamento ético do sujeito perante o irremediável, a dimensão trágica da vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. M. Um diálogo entre a psicanálise e a neurociência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BADIOU, A. Faut-il brûler la psychanalyse ?. Entrevista concedida ao Le Nouvel Observateur, 19 de Abril, 2012. Disponível em <http://tempsreel.nouvelobs.com/le-dossier-de-l-obs/20120418.OBS6476/faut-il-bruler-la-psychanalyse.html> Acesso em 09 Jun. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BIRMAN, J. Discurso freudiano e medicina. In: BIRMAN, J.; Fortes, I.; PERELSON, S. (Orgs.). Um novo lance de dados: psicanálise e medicina na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2010.

_____. A materialidade da psicanálise. In: LO BIANCO, A. C. (org.) A materialidade da psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

_____. Alexander, o grande. São Paulo, Estadão, 09 de novembro, 2013. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,alexander-o-grande,1094957,0.htm>>

_____. Dor e sofrimento num mundo sem mediação. Estados Gerais da Psicanálise: II Encontro Mundial. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/5c_Birman_02230503_port.pdf>. Acesso: 08 Abr. 2013.

COSTA, J. F. O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

COSTA-MOURA, F. O fracasso normal da psicanálise: o real e a função do analista. In: BIRMAN, Joel; FORTES, Isabel; PERELSON, Simone. (orgs.) Um Novo Lance de Dados – Psicanálise e Medicina na Contemporaneidade. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2010.

EHRENBERG, A. O sujeito cerebral. *Psicologia Clinica*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 187-213. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 16 Ago. 2012

_____. *La Fatigue d'être soi: Dépression et société*. Paris: Odile Jacob, 2008.

FALCONE, E. M. O. Psicoterapia cognitiva. In: RANGÉ, B. (Org.). *Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria*. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 49-61.

FARAH, B. Depressão e vergonha: contrafaces dos ideais de iniciativa e autonomia na contemporaneidade. In: VERZTMAN, J.; HERZOG, R.; PINHEIRO, T.; PACHECO-FERREIRA, F. (orgs.) *Sofrimentos Narcísicos*. Rio de Janeiro: Cia de Freud: UFRJ; Brasília, DF: CAPES PRODOC, 2012.

FAVERET, B. A contemporaneidade e seus novos paradigmas: questões acerca de psicanálise e das neurociências. *Psicanálise & Barroco em Revista*, v. 5, 2005.

FERENCZI, S. (1930) Princípio de relaxamento e neocatarse. In: *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FINK, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FORTES, I. O Corpo na Clínica Contemporânea e a Anorexia Mental. In: BIRMAN, Joel; FORTES, Isabel; PERELSON, Simone. (orgs.) *Um Novo Lance de Dados – Psicanálise e Medicina na Contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2010.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica (1963)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.

_____. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Vigiar e Punir (1975)*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, A. B. *Por que os planetas não falam?*. Rio de Janeiro: Revinter, 1997

- FREUD, S. (1950[1892-1899]) Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. Carta 52. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- _____. (1950[1895]) Projeto Para Uma Psicologia Científica. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- _____. (1900) a Interpretação dos Sonhos. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. IV e V. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1905a) Fragmento da Análise de Um Caso de Histeria. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- _____. (1905) Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 2002
- _____. (1908) A Direção da Análise. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- _____. (1908[1907]) Escritores Criativos e Devaneios. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- _____. (1910a) As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1910b) Psicanálise Silvestre. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1912a) Dinâmica da Transferência. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1912b) Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1914a) Recordar, Repetir e Elaborar. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- _____. (1915[1914]) Observações Sobre o Amor Transferencial. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1914b) Sobre o Narcisismo: uma introdução. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

- _____. (1915a) Os instintos e suas vicissitudes. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976
- _____. (1915b) O Inconsciente. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976
- _____. (1917) Uma dificuldade no caminho da psicanálise. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976
- _____. (1919) O 'Estranho'. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976
- _____. (1920a) Além do Princípio do Prazer. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976
- _____. (1920b) Uma Nota sobre a Pré-História da Técnica de Análise. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976
- _____. (1923[1922]) Dois verbetes de enciclopédia. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976
- _____. (1923) O Ego e o Id. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976
- _____. (1930) O Mal-Estar na Civilização. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974
- _____. (1932a) Novas Conferências Introdutórias. Conferência XXXI: a dissecação da personalidade psíquica. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- _____. (1932b) Novas Conferências Introdutórias. Conferência XXXV: A Questão de uma Weltanschauung. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- _____. (1937a) Análise Terminável e Interminável. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1937b) Construções em Análise. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1938) Esboço de Psicanálise. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GUERRA, E.; XAVIER, J. Perspectivas sobre o projeto de constituição da neuropsicanálise: um olhar crítico. Ciências e Cognição. v. 13, n. 3, 2008

HERZOG, R. A Questão da Influência da Psicanálise na Medicina. In.: FIGUEIRA, S. A. (org.). Efeito Psi: A Influência da Psicanálise. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KEHL, M. R. Sobre ética e psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUPERMANN, D.. Sobre a produção psicanalítica e os cenários da universidade.

Psico, Porto Alegre, n. 40, mar. 2010. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/6597> Acesso em: 20 Dez. 2013.

LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In.: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. (1949) O estágio do espelho como formador da função do eu. In.: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1951). Intervenção sobre a transferência. In.: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1958a). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In.: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1958b) A significação do falo . In.: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1953/54). O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. (1954/1955). O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. (1958/1959). O Seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação. Não publicado.

_____. (1959/1960). O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. (1960/1961). O Seminário, livro 8: a transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. (1963/1964) O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. (1968/1969) O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. (1969/1970). O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LAPLANCHE, J.; PONTALLIS, J.-B. Vocabulário de Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LIMA, A. P. O modelo estrutural de Freud e o cérebro: uma proposta de integração entre a psicanálise e a neurofisiologia. Revista de Psiquiatria Clínica, v. 37, n. 3, 2010. Disponível em: < <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol37/n6/280.htm>>. Acesso: 08 Abr. 2013.

MILLER, J. Reflexões psicanalíticas com a filha de Lacan. Rio de Janeiro: Revista O Globo, 5 de Agosto, 2007.

MILLER, J-A. Jacques-Alain Miller répond aux anti-Freud. Le Point, n° 1723, p. 80, 22/09/2005. Disponível em <<http://libertaire.free.fr/LivreNoirPsy23.html>>. Acesso: 15 Ago. 2012.

MILLER, J-A.; MILNER, J-C. Você quer mesmo ser avaliado?. Barueri – SP: Manole, 2006.

MOREIRA, M. Gostar de rock começa a pesar na avaliação profissional. São Paulo, Estadão, 22 de agosto, 2011. Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/combate_rock/gostar-de-rock-comeca-a- pesar-na-avaliacao-profissional/> Acesso em 12 Dez. 2013

ORTEGA, F. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. Mana, Rio de Janeiro , v. 14, n. 2, Out. 2008 .

PACHECO, O. Sujeito e singularidade: ensaio sobre a construção da diferença. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PERELSON, S. Prefácio. In: MEYER, Catherine. (org.) O Livro Negro da Psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PORTO, Patrícia et al . Evidências científicas das neurociências para a terapia cognitivo-comportamental. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, Dec. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2008000300006>. Acesso em 08 Abr. 2013.

RIZZOLATTI, G.; FOGASSI, L.; GALLESE, V. Mirrors in the mind. In.: Scientific American. Novembro, 2006.

ROSE, N. Neurochemical Selves. Society, v. 41, n. 1, 2003.

_____. Cérebro, self e sociedade: uma conversa com Nikolas Rose. Physis, Rio de Janeiro , v. 20, n. 1, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000100016 Acesso em 09 Jun. 2013.

ROUDINESCO, E. Por que a psicanálise?. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. A Anatomia de um livro negro. In.: Em Defesa da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. Disponível em <<http://www.zahar.com.br/doc/t1199.pdf>>. Acesso: 15 Ago. 2012.

_____. Faut-il brûler la psychanalyse ?. Entrevista concedida ao Le Nouvel Observateur, 19 de Abril, 2012. Disponível em <http://tempsreel.nouvelobs.com/le-dossier-de-l-obs/20120418.OBS6476/faut-il-bruler-la-psychanalyse.html> Acesso em 09 Jun. 2012.

SAHLINS, M. (1976) The use and abuse of biology: an anthropological critique of sociobiology. The University of Michigan Press, 2002.

SOLLERO-DE-CAMPOS, F. Algumas observações sobre o não verbal: neurociência da memória e clínica psicanalítica. Ciências e Cognição, v. 14, n. 3, 2009. Disponível em <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/244/152>>. Acesso: 08 Abr. 2013.

SOLMS, M. Psychoanalysis And The Brain. 2000. Disponível em <http://www.pschoanalysis.org.uk/solms.htm> Acesso: 12 Dez. 2013.

_____. Freud está de volta. In.: Mente & Cérebro, setembro de 2004. Disponível em http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/freud_esta_de_volta.html Acesso em 12 Dez. 2013.

STENGERS, I. A invenção das ciências modernas. São Paulo: Editora 32, 2002.

TRUNK, P. 15 Things Overachievers Do. New York, Business Insider, 9 de Abril, 2013. Disponível em <<http://www.businessinsider.com/15-things-overachievers-do-2013-4>> Acesso em 03 Jan. 2014.

WINOGRAD, M. Matéria pensante: a fertilidade do encontro entre psicanálise e neurociência. Arquivos brasileiros de psicologia, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672004000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 08 Abr. 2013.

ZATZ, M. Projeto genoma humano e ética. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, 2000.

_____. Entrevista, 4 de Dezembro, 2006. Disponível em http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/90/entrevistados/mayana_zatz_2006.htm Acesso: 05 Mai. 2013.